

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
DEPARTAMENTO DE DIREITO – DIR

PAULA KOVALSKI FERNANDES

A EFICÁCIA REPRESSIVA DO CADE E O PODER JUDICIÁRIO
O controle jurisdicional dos processos administrativos: uma abordagem
prática.

Florianópolis – SC

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PAULA KOVALSKI FERNANDES

A EFICÁCIA REPRESSIVA DO CADE E O PODER JUDICIÁRIO
O controle jurisdicional dos processos administrativos: uma abordagem prática.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Direito.

ORIENTADOR: PROF. DR. ARNO DAL RI JUNIOR

FLORIANÓPOLIS – SC
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**A EFICÁCIA REPRESSIVA DO CADÊ R O PODER JUDICIÁRIO O controle Jurisdicional dos processos administrativos: Uma abordagem prática**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Paula Kovalski Fernandes**, defendido em **08/07/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,5 (nove e meio), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 8 de Julho de 2015

Arno Dal Ri Júnior
Professor(a) Orientador(a)

Cristiane Derani
Membro de Banca

Eduardo Mattos
Membro de Banca



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): **Paula Kovalski Fernandes**

RG:

CPF:

Matrícula: **10200070**

Título do TCC: **A EFICÁCIA REPRESSIVA DO CADE E O PODER**

JUDICIÁRIO O controle Jurisdicional dos processos administrativos: Uma abordagem prática

Orientador(a): **Arno Dal Ri Júnior**

Eu, **Paula Kovalski Fernandes**, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 8 de Julho de 2015

A assinatura manuscrita de Paula Kovalski Fernandes, escrita em uma caligrafia cursiva e fluida.

Paula Kovalski Fernandes

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram com a minha formação acadêmica e humana. Poder concluir um curso de graduação em uma faculdade pública é um privilégio que poucos possuem. Espero na minha vida profissional poder retribuir à sociedade essa oportunidade e agir com ética, retidão e consciência social.

Agradeço, em especial, aos meus pais, minha família e meus amigos.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a analisar a eficácia da atividade repressiva praticada pelo órgão de defesa da concorrência no Brasil, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em face do controle jurisdicional praticado pelo Poder Judiciário. A partir do contato direto com o trabalho realizado pela autarquia, especificamente na Procuradoria Geral junto ao CADE, foi possível perceber uma tendência à judicialização das decisões condenatórias por infrações contra a ordem econômica, especialmente por parte de representados com alto poder de mercado. Verificou-se, também, que grande parte das condenações não são cumpridas espontaneamente, forçando o ajuizamento de Execuções Fiscais. Nesse sentido, foram analisadas quais as abordagens praticadas pelo Poder Judiciário no que se refere às ações que visam suspender e anular as decisões do CADE. Parte da doutrina nacional e internacional entende que a revisão judicial deve ser ampla e irrestrita, não havendo qualquer margem de discricionariedade nos atos administrativos praticados pela autarquia. Por outro lado, defende-se que o órgão de defesa da concorrência deve atuar com liberdade para a consecução da finalidade da lei 12.529 de 30 de novembro de 2011. Através da análise de dados concretos, coletados a partir das decisões administrativas prolatadas em 2012 e 2013 e sua repercussão judicial, foi possível verificar que o controle judicial, quando praticado irrestritamente, mitiga a eficácia repressiva da autarquia, causando danos para a sociedade – consumidores e empresários. Partindo das abordagens teóricas desenvolvidas pelas escolas clássicas de Direito Antitruste e pelos autores brasileiros, consignou-se em que medida as decisões do CADE devem ser passíveis de controle jurisdicional e em quais pontos não devem sofrer reforma no âmbito do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Direito da Concorrência. Processo Administrativo. Infrações à ordem econômica. Controle jurisdicional. Poder Judiciário.

ABSTRACT

This paper proposes to examine the effectiveness of repressive activity practiced by the antitrust agency in Brazil, CADE, in view of jurisdictional control practiced by the Judiciary. From direct contact with the work done by the authority, specifically the Attorney General with CADE, was possible to perceive a trend toward judicialization of convictions for offenses against the economic order, especially from companies with high market power. It has been found, also, that much of the convictions were not complied voluntarily, forcing the filing of Tax Enforcement. In this sense, we analyzed how the judiciary deals with actions aimed to suspend and annul the decisions of the CADE. Part of the national and international doctrine understands that the judicial review should be broad and unrestricted, without any discretion on the administrative actions taken by the authority. On the other hand, we understand that the antitrust agency must act with freedom to achieve the purpose of the law 12.529 of November 30, 2011. By concrete data analysis, collected from administrative decisions handed down in 2012 and 2013 and its judicial impact, we observed that the judicial control, when practiced unrestrictedly, mitigates the effectiveness of repressive authority, causing damage to society - consumers and entrepreneurs. Based on the theoretical approaches developed by the classical schools of Antitrust Law and the Brazilian authors, we conclude the extent to which CADE's decisions must be subject to judicial review and which points should not undergo reform within the Judiciary.

Key-words: Competition Law. Administrative Process. Restraint of trade. Jurisdictional control. Judiciary.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O DIREITO DA CONCORRÊNCIA E A REVISÃO JUDICIAL	12
2.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA DEFESA DA CONCORRÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM O PODER JUDICIÁRIO	12
2.1.1. A Defesa da Concorrência e o Poder Judiciário: Estado Liberal e Teoria da divisão dos poderes.....	12
2.1.2. Defesa da Concorrência no Brasil: breve panorama histórico.....	16
2.1.3. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.....	21
2.2 OS SISTEMAS ANTITRUSTE DOS ESTADOS UNIDOS E DA UNIÃO EUROPÉIA: UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE, FEDERAL TRADE COMMISSION E EUROPEAN COMMISSION.....	22
2.2.1. O Sistema Antitruste Norte-Americano.....	22
2.2.2. O Sistema Antitruste Europeu.....	24
2.3 PRINCIPAIS OBJETIVOS DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA.....	25
2.3.1. Objetivos do Direito da Concorrência nos Estados Unidos.....	25
2.3.2. Objetivos do Direito da Concorrência na União Européia.....	28
2.3.3. Objetivos do Direito da Concorrência no Brasil.....	29
2.4 O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL	31
3 A REVISÃO JUDICIAL DAS DECISÕES DO CADE: LEVANTAMENTO DE DADOS	33
3.1. CONTROLE ESTRUTURAL E CONTROLE COMPORTAMENTAL	33
3.2. INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INFRAÇÕES À ORDEM ECONÔMICA.....	36
3.3. COMPETÊNCIA PARA JULGAR AÇÕES QUE ENVOLVAM O CADE.....	38
3.4. APRESENTAÇÃO DE DADOS.....	39
3.4.1. Controle judicial das decisões administrativas condenatórias por infração à ordem econômica no ano de 2012.....	41
3.4.2. Controle judicial das decisões administrativas condenatórias por infração à ordem econômica no ano de 2013.....	42

4 A EFICÁCIA REPRESSIVA DAS DECISÕES DO CADE	55
4.1 O CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	55
4.1.1. Conceito de ato administrativo e natureza das decisões do CADE.....	55
4.1.2. Vinculação e discricionariedade das decisões do CADE enquanto atos administrativos.....	57
4.1.3. A especialidade da matéria concorrencial e a liberdade de atuação do CADE.....	61
4.2 O CONTROLE JURISDICIONAL E O ENFRAQUECIMENTO DA ATUAÇÃO REPRESSIVA DO CADE	67
4.2.1. Análise de dados à luz dos casos concretos.....	69
4.2.2. O CADE e o Poder Judiciário.....	78
4.3 MEIOS DE INCREMENTO DA EFICÁCIA REPRESSIVA DO CADE	80
5 CONCLUSÃO.....	86
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo monográfico trata da relação entre o Poder Judiciário e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que, nos termos da Lei nº 12.529 de 30 de novembro de 2011, constitui “entidade judicante com jurisdição em todo o território nacional, que se constitui em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça”.

Pretende-se com o presente trabalho verificar em que medida a revisão judicial, fundamentada no princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, é capaz de mitigar a eficácia repressiva da autoridade de defesa da concorrência, considerando a possibilidade de que as decisões prolatadas pelo CADE venham a ser suspensas e posteriormente anuladas pelo Poder Judiciário.

A importância do Direito Antitruste, no contexto da sociedade de mercado, decorre da indispensabilidade de o Estado promover a manutenção da ordem econômica. Tem como principais escopos a proteção dos consumidores e da livre concorrência. O abuso de poder econômico por grandes empresas pode gerar imensos danos à sociedade, tendo como consequências o fechamento de mercado, o aumento de preços, a diminuição da oferta de produtos e serviços, entre outros.

Faz-se necessário que a autoridade antitruste possa atuar de modo eficaz na repressão aos ilícitos contra a ordem econômica. A revisão judicial, garantida pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, pode mitigar o poder repressivo do CADE, caso funcione como uma forma de retardar o cumprimento das decisões administrativas ou mesmo reformar o mérito das mesmas. Dessa maneira, haveria um incentivo para que grandes empresas desrespeitassem a legislação concorrencial.

O método de abordagem utilizado foi o indutivo, uma vez que foi realizado um levantamento de dados a respeito da judicialização das decisões do CADE, a fim de verificar o tratamento conferido pelo Poder Judiciário às decisões administrativas emitidas pela autoridade concorrencial. Optou-se por delimitar a presente pesquisa às infrações contra a ordem econômica relativas à disciplina das condutas, a despeito da importância do controle estrutural realizado pela autarquia.

Entende-se que a atividade repressiva praticada pela autoridade de defesa da concorrência sofre maiores impactos com a revisão realizada pelo controle judicial, pois é praxe que empresas condenadas administrativamente recorram ao Poder Judiciário visando

retardar o cumprimento das decisões do CADE e, em última instância, anulá-las. Considerando que a sanção das condutas infrativas pelo órgão antitruste, além de possuir função pedagógica, tem a finalidade de corrigir distorções de mercado, restaurando o ambiente de livre concorrência e impedindo o abuso de posição dominante, é de suma importância que o CADE possa dar efetividade à suas decisões.

A técnica utilizada foi, majoritariamente, a coleta, organização e análise de dados relativos às decisões condenatórias por infrações contra a ordem econômica emitidas pelo CADE nos anos de 2012 e 2013 e a repercussão judicial das mesmas, através do levantamento jurisprudencial em Cortes Superiores e verificação do andamento processual das ações pertinentes na Justiça Federal do Distrito Federal e no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em segunda instância, primou-se pela pesquisa bibliográfica, a fim de fundamentar a análise crítica das informações coletadas.

O presente escrito foi realizado no marco teórico do Direito da Concorrência, que, com o advento da legislação mais recente no Brasil – a partir de 1994 – adquiriu novas nuances, recorrendo-se a autores como Paula Forgioni e Calixto Salomão Filho, sem ignorar as escolas clássicas do Antitruste.

O presente trabalho monográfico está dividido em três capítulos.

O capítulo inaugural busca apresentar as origens da relação entre o Direito da Concorrência e o Poder Judiciário, expondo de maneira perfunctória as razões do surgimento da disciplina antitruste, no contexto do liberalismo econômico, bem como da teoria da divisão dos poderes, que motiva o controle entre Judiciário, Executivo e Legislativo. Em seguida, expõe-se um breve panorama histórico da disciplina antitruste no Brasil, apontando-se a evolução legislativa da matéria, até a consolidação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Faz-se, também, uma sucinta descrição dos sistemas concorrenciais norte-americano e europeu, haja vista concentrarem os mais importantes órgãos de defesa da concorrência. Além disso, as principais correntes teóricas e doutrinárias surgiram nestes sistemas, sendo fundamental a comparação entre o Brasil, os Estados Unidos e a Europa, para uma maior profundidade no tema. Após, no contexto das diferentes abordagens teóricas e principais escolas antitruste, são apontados os principais objetivos do Direito da Concorrência nos três sistemas. Procura-se com isso demonstrar que as decisões do CADE carregam diferentes orientações materiais a respeito da finalidade da legislação antitruste, podendo embasar de forma distinta, porém igualmente correta, o mérito das decisões da autoridade

concorrencial. Por fim, trata-se brevemente do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

O segundo capítulo apresenta os dados coletados com a finalidade de fundamentar a presente pesquisa monográfica. *Ab initio*, são discutidas as diferenças entre a disciplina das estruturas e a disciplina das condutas, de modo a justificar o recorte realizado neste estudo, posto que a eficácia da atividade do CADE no aspecto repressivo sofre maior influência do controle judicial do que no âmbito preventivo. Segue uma sucinta descrição das modalidades de infração previstas na Lei nº 12.529/2011 e dos principais aspectos do processo administrativo para apuração de infrações contra a ordem econômica. Os dados coletados para este estudo referem-se aos processos administrativos julgados nos anos de 2012 e 2013 pelo CADE. Para tanto, foram analisadas todas as atas das Sessões Ordinárias de Julgamento dos referidos anos, a fim de verificar em quantos e em quais processos houveram condenações por infrações à ordem econômica. Da posse de tais dados, procedeu-se à pesquisa nas ferramentas de consulta processual do site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O levantamento de dados realizado verificou se os representados condenados administrativamente propuseram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da decisão do CADE e sua posterior anulação. Foi possível também apurar a quantidade de execuções fiscais ajuizadas pela própria autarquia, objetivando o cumprimento de suas decisões.

No terceiro e último capítulo, discutiram-se os principais aspectos do controle jurisdicional praticado pelo Poder Judiciário em relação às decisões administrativas condenatórias por infrações contra a ordem econômica. Para tanto, buscou-se consignar o conceito de ato administrativo, definindo que as decisões do CADE são entendidas como tal. Nesse diapasão, considerando que os atos administrativos podem ser discricionários ou vinculados, discorreu-se criticamente sobre a ideia de que a legislação concorrencial pode permitir aos aplicadores, no caso os Conselheiros da autarquia, uma margem de liberdade, na qual, através do juízo de conveniência e oportunidade, é possível encontrar mais de uma solução ótima possível, cabendo aos mesmos definir qual delas representa melhor a finalidade da lei. Refletiu-se, também, sobre o fato de a matéria concorrencial exigir um conhecimento específico e aprofundado sobre economia e direito econômico, bem como a realização de análises particulares sobre mercados extremamente distintos, o que fugiria à especialidade técnica dos magistrados. Foram expostos diversos casos concretos para demonstrar que o Poder Judiciário possui uma tendência a suspender as decisões do CADE, ainda que não se configurem os requisitos necessários para isto, o que provoca a mitigação da eficácia

repressiva da Administração. Por fim, buscou-se apresentar soluções que possam levar ao incremento do controle de condutas efetuado pela autarquia antitruste.

2. O DIREITO DA CONCORRÊNCIA E A REVISÃO JUDICIAL

2.1. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA DEFESA DA CONCORRÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM O PODER JUDICIÁRIO

2.1.1. A Defesa da Concorrência e o Poder Judiciário: Estado Liberal e Teoria da divisão dos poderes

O surgimento do Direito da Concorrência está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo. Somente em uma economia de mercado é necessário que existam normas que versem sobre o controle de poder econômico. A crença em um sistema dirigido exclusivamente pelos preços do mercado, contudo, impediu a previsão das consequências sociais, políticas e econômicas desse modelo.

A desintegração da economia mundial na virada do século XIX para o XX, o crescimento da concentração do controle econômico das atividades produtivas em um grupo reduzido de pessoas¹ e as posteriores transformações provocadas pela crise de 1930, mostraram que a ideia de um mercado autorregulável não poderia ocorrer da maneira como pretendiam os liberais. Nesse contexto, os Estados viram-se obrigados a desenvolver métodos de controle da economia, a fim de alcançar o bem-estar social.

A esse respeito, assere Karl Polanyi:

Nossa tese é que a ideia de um mercado auto-regulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger, mas, quaisquer que tenham sido essas medidas, elas prejudicariam a auto-regulação do mercado, desorganizariam a vida industrial e, assim, ameaçariam a sociedade em mais de uma maneira.²

¹ Then, with extraordinary rapidity as historical time is reckoned, that order was overwhelmed by the giant Corporation. In the last three decades of the nineteenth century a wholly new economy came into being. An american born in 1828, the year of Jackson's election, came of age in a society in which the old small-enterprise economy, however dynamic and expansive, had kept it's fundamental pattern more or less intact. But in his mature years he would have seen that economy fast becoming obsolete, and if he lived as late as 1904, he would have seen industry concentrated to a degree inconceivable not only to his fathers but even to him during most of his adult life. This economic transformation happened so fast that the mind could not easily absorb it. An entire people could hardly be expected to cease overnight to dream the dreams of a small entrepreneur. In 1900 the problem of big business and the threat of monopoly were still so new that it was hard to get one's bearings. Bigness had come with such a rush that its momentum seemed irresistible. No one knew when or how it could be stopped. (HANDLER, Milton. [et al.] *Trade Regulation: cases and materials*. 4. ed. Nova Iorque: The Foundation Press, 1997. p. 09)

² POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 18.

Prossegue o autor:

“A crença no progresso espontâneo pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica. Este papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso. Se acreditarmos que tal ritmo é inalterável ou, o que é pior, se acreditarmos ser um sacrilégio interferir com ele, então não existe mesmo um campo para qualquer intervenção”.³

O ideal liberal da época sofreu abalos, ante o fracasso das políticas econômicas então praticadas. A transição natural para modelos intervencionistas, em maior ou menor grau, demonstrou as inconsistências dessa doutrina, ao passo que “os próprios liberais extremados apelaram para intervenções múltiplas do estado, a fim de garantir as precondições de funcionamento de um mercado autorregulável contra acordos monopolistas”.⁴

Consoante nos ensina Norberto Bobbio, liberalismo e igualitarismo são duas doutrinas parcialmente antitéticas. O autor fundamenta esta afirmação no fato de que, em primeiro lugar, “o liberalismo não surgiu como uma proposta democrática na distribuição de um poder igualitário”.⁵ E, em segundo, “porque o liberalismo sempre encontrou dificuldades em especificar uma teoria que pudesse compatibilizar seus ideais de igualdade e neutralidade com a luta por escassos recursos e poder estimulada pelos espíritos mais livres e dominadores do mercado”.⁶

Ensina o citado autor:

“Em seus significados mais amplos, quando se estendem à esfera econômica respectivamente o direito à liberdade e o direito à igualdade, como ocorre nas doutrinas opostas do liberalismo e do igualitarismo, liberdade e igualdade são valores antitéticos, no sentido de que não se pode realizar plenamente um sem limitar fortemente o outro: uma sociedade liberal-liberista é inevitavelmente não-igualitária, assim como uma sociedade igualitária é inevitavelmente não-liberal. Libertarismo e igualitarismo fundam suas raízes em concepções do homem e da sociedade profundamente diversas: individualista, conflituísta e pluralista a liberal; totalizante, harmônica e monista a igualitária. Para o liberal, o fim principal é a expansão da personalidade individual, mesmo se o desenvolvimento da personalidade mais rica e dotada puder se afirmar em detrimento do desenvolvimento da personalidade mais pobre e menos dotada; para o igualitário, o fim principal é o desenvolvimento da comunidade em seu conjunto, mesmo que ao custo de diminuir a esfera de liberdade dos singulares”.⁷

³ POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 55.

⁴ POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 182.

⁵ FREITAS, Raquel Coelho de. *A igualdade liberal*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 409-446, jan./jun. 2013.

⁶ FREITAS, Raquel Coelho de. *A igualdade liberal*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 409-446, jan./jun. 2013.

⁷ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 39.

O Direito Antitruste situa-se em um ponto médio entre esses conceitos⁸. Ao passo que somente faz sentido falar do tema em estados que adotam a livre concorrência, a manutenção da ordem econômica, nestes casos, é exercida através do intervencionismo, em um aparente paradoxo. Esse controle tem por finalidade a persecução de ideais igualitários, posto que limita, em certo ponto, a liberdade dos particulares em favor do bem comum.

Não obstante, as limitações impostas pela doutrina antitruste são somente aquelas estritamente necessárias para a correção de distorções econômicas causadas pelo desequilíbrio entre os concorrentes, sem que haja qualquer interferência além destas. Em suma, o Direito Concorrencial congrega, naquilo em que é possível convergir, o libertarismo e o igualitarismo.

Discorre Paula Forgioni:

“No mercado idealizado pela doutrina liberal, não haveria lugar para o poder econômico. Ao contrário, a atomização do ambiente faria com que nenhum agente econômico pudesse agir com indiferença ou independência em relação aos demais. Entretanto, para que as livres forças de mercado se manifestassem de forma a atuar a lei da oferta e da procura, alguns requisitos haveriam de estar presentes. Primeiramente, não se poderia verificar a existência de economias de escala, ou mesmo a diferenciação dos produtos. Despiciendo frisar que muito raramente esses pressupostos se encontram presentes na pululante realidade dos mercados. Ao contrário, como nos ensina Fábio Nusdeo, existem cinco “inoperacionalidades” que, “se não aniquilam o mercado como mecanismo dúctil e ágil de coordenação de controle das decisões econômicas, mostram, no entanto, a sua inaptidão para eficiência quando alguns de seus pressupostos deixam de estar presentes. São elas: [i] a falta de mobilidade de fatores que gera as crises de super ou subprodução; [ii] o deficiente acesso a todas as informações relevantes pelos agentes econômicos que falseia as suas decisões; [iii] a concentração empresarial derivada do fenômeno das economias de escala que elimina o jogo concorrencial por inquinar a estrutura mercantil; [iv] os efeitos externos da atividade econômica produzindo custos e benefícios sociais – as externalidades – que se quedam incomensurados e, assim, deixam de sinalizar adequadamente a escassez; [v] a impossibilidade de captar as necessidades da comunidade por bens de caráter coletivo, isto é, aqueles que

⁸ At first sight it might perhaps seem ironic that competition laws seek to control and interfere with the freedom of conduct of firms in the cause of promoting free competition. Similar paradoxes face democratic governments in other spheres: how far should the liberties of individuals be constrained in order to uphold liberty itself?

In the competition context regulatory rules are necessary because, left alone to determine their own conduct, firms are likely to combine and collude in a way which is profitable to those firms but which also distorts the competitive process to the detriment of consumers and consumer welfare as a whole. As early as the eighteenth century Adam Smith described the tendency of those operating within the same trade to conspire to fix prices. Cartels are an age-old phenomenon. Further, the process of competition may result in one firm dominating market. Competition between firms may produce a “winner” which dominates the market, or “natural” monopolies may exist on a market. In these situations it may be necessary for competition law to restrain the dominating firms’ behaviour. Monopolies may also be created if competitors are allowed to merge freely with one another. Competition law may thus aim to preclude mergers where necessary to preserve the competitive process on the market. (JONES, Alison; SUFRIN, Brenda. *EC Competition Law: text, cases, and materials*. 1. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001. p. 04)

atendem concomitantemente às necessidades de um número razoavelmente grande de pessoas”⁹

A Defesa da Concorrência surge, portanto, em um contexto de transição e readaptação econômica enfrentada pelas grandes potências, diante do declínio dos modelos liberais, que demonstraram serem impraticáveis. A dissonância entre a teoria e a realidade forçou a implantação de ferramentas de correção dos problemas decorrentes de um mercado livre de qualquer intervenção.

O Direito Antitruste é um tema bastante recente e, conforme afirmado anteriormente, a existência de referida teoria só passou a ser necessária a partir do estabelecimento da sociedade de mercado. Por outro lado, no que tange ao desenvolvimento da teoria das formas de governo, essa possui raízes muito mais longínquas.

O pensamento sobre a política e sobre as tipologias das formas de governo remontam à Grécia antiga. Autores como Heródoto, Platão e Aristóteles dedicaram-se ao desenvolvimento das noções de estrutura do Estado. Nesse diapasão, desenvolveu-se a teoria da separação dos poderes.

Sobre o tema, escreve Norberto Bobbio:

A teoria da separação dos poderes é formulada por Montesquieu no Livro XI, que trata das leis que forma a liberdade política. Nesse capítulo, após definir liberdade como “o direito de fazer tudo que as leis permitem” (o que hoje se chamaria de liberdade “negativa”), afirma que: “A liberdade política se encontra nos governos moderados” e prossegue:

“Mas ela não existe sempre nos Estados moderados: só quando não há “abuso de poder”. Acontece sempre que todos os homens, quando têm poder, “se inclinam ao seu abuso”, até encontrar limites... Para que não seja possível abusar do poder é necessário que, pela disposição das coisas, “o poder constitua um freio para o poder” (ênfase acrescentada).¹⁰

A teoria da separação dos poderes, consoante o mencionado autor, visa, fundamentalmente, à contenção de um poder pelo outro, de modo a garantir o governo “moderado”, distante dos modelos tirânicos e despóticos de governar. Não obstante, o controle exercido por um poder em relação a outro não pode ser irrestrito, de modo a impedir o desenvolvimento de determinada atividade estatal.

Nem sempre a definição sobre tais limites é precisa. Hodiernamente, de um lado, procura-se defender as garantias constitucionais dos Administrados. Por outro, busca-se

⁹ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 165.

¹⁰ BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. 10 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1976, p. 137.

que o Estado atue de acordo com o princípio da eficiência, igualmente expresso na Carta Magna. O conflito entre estas duas premissas é objeto do presente estudo.

O fracasso da doutrina liberal e o surgimento da sociedade de mercado exigiram o desenvolvimento de mecanismos capazes de conter distorções como a formação de monopólios e os abusos de poder econômico. Tais ferramentas, manejadas pelo Poder Executivo, inserem-se em um contexto de separação de poderes, o que significa que seu uso não está impassível de controle por outros poderes. Os limites entre a atividade administrativa praticada pelo Executivo e o controle exercido pelo Judiciário situam-se em uma zona cinzenta, de conflito entre garantias individuais e interesse público.

A manutenção da ordem econômica deve ser exercida pelo Estado, através do Poder Executivo, sem que este interfira na livre concorrência. Logo, sua função resume-se a correção das distorções ocorridas no sistema concorrencial do país. Por outro lado, o Poder Judiciário deve realizar o controle da atividade administrativa, mediante provocação, sem que isso represente uma forma de obstar a atuação do Executivo na sua atividade de defesa da concorrência.

Procura-se, portanto, promover a reflexão sobre a relação entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo no que tange à defesa da concorrência. É necessário garantir os direitos dos representados em processos administrativos julgados pelo CADE, mas sem desconsiderar que o Estado deve buscar a eficiência – o que significa a proteção mediata dos direitos constitucionais dos cidadãos como um todo.

2.1.2. Defesa da Concorrência no Brasil: breve panorama histórico

A tendência às concentrações de mercado, nos ambientes de livre concorrência, provocadoras de monopólios, oligopólios ou monopsônios, exigiu o desenvolvimento de mecanismos capazes de conter tais distorções. A partir do momento em que a concorrência perfeita mostrou-se uma verdadeira utopia, foi preciso que os estados garantissem a manutenção da ordem econômica, a fim de evitar os prejuízos advindos do abuso do poder de mercado.

No que se refere ao Brasil, impende ressaltar, inicialmente, que o processo de desenvolvimento das Colônias baseou-se justamente na estrutura monopolista. Por esta razão, o Direito Antitruste possui especial importância, no sentido de corrigir os efeitos desse passado histórico.

Considerando que o regime de monopólio monocultor foi o mais adotado pelos países colonizadores na América Latina, a organização das relações econômicas no período Republicano torna-se objeto de tutela legal. Consoante assevera Calixto Salomão Filho, “a real alternativa ao poder econômico concentrado é uma estrutura econômica equilibrada (em termos de informação e capacidade de barganha) entre oferta e demanda”.

Mais adiante, prossegue esse autor:

“A ideia de regulamentação do poder econômico no mercado tem origem em uma premissa socioeconômica fundamental: todo agrupamento social, por mais simples que seja, organizado ou não sob a forma de Estado, que queira ter como fundamento básico da organização econômica a economia de mercado deve contar com um corpo de regras mínimas que garantam ao menos o funcionamento desse mercado, ou seja, que garantam um nível mínimo de controle das relações econômicas”¹¹

É bastante recente a consolidação da concorrência institucional¹² e regulamentar no Brasil. Embora uma análise perfunctória da história republicana nacional possa levar a crer que as constituições e a legislação infraconstitucional continham mecanismos estatais efetivos de manutenção da ordem econômica, isto não se confirma quando confrontado com a realidade. É possível observar que, durante muitos anos, concentrações em certos mercados ocorriam sem que o Estado tivesse qualquer intenção de corrigi-las, chegando a acreditar que as mesmas eram necessárias para o desenvolvimento social¹³.

Todavia, ideias relacionadas à proteção da concorrência foram sendo incluídas em diversas leis ao longo do século XX. Uma análise comparada demonstra que o desenvolvimento da disciplina antitruste é uma decorrência do desenvolvimento do capitalismo¹⁴.

Segundo a professora Amanda Flávio de Oliveira:

“[...] uma legislação que tratasse desse assunto somente se fez necessária a partir de um determinado estágio de desenvolvimento do próprio capitalismo, que passou a exigir normas que regulamentassem o poder econômico privado, nas situações em que o exercício desse poder se constituísse em abuso ou adquirisse proporções exageradas no contexto do mercado a que pertencesse”.

¹¹ SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito concorrencial*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 36

¹² O Direito concorrencial, em sua concepção institucional, não impõe um resultado, ou efeito econômico, mas garante que o relacionamento entre os concorrentes se dê de forma leal e que a concorrência efetivamente exista, não sendo substituída por relações de poder, típicas dos mercados livres. Pretende, assim, assegurar que os agentes econômicos descubram as melhores opções e ordenem as relações econômicas da forma mais justa e mais equilibrada. (SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito concorrencial*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 62)

¹³ OLIVEIRA, Amanda Flávio de. *O Direito da Concorrência e o Poder Judiciário*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 13.

¹⁴ VENÂNCIO FILHO, Alberto. *A Intervenção do Estado no domínio econômico*. In OLIVEIRA, Amanda Flávio de. *O Direito da Concorrência e o Poder Judiciário*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p.12.

As primeiras ideias relacionadas à disciplina concorrencial incluídas na legislação brasileira constam da Constituição de 1934¹⁵. Este diploma trouxe a liberdade econômica como um dos princípios do Estado, embora estabelecesse limites para seu exercício. Tal imposição reflete uma concepção relativamente intervencionista nos domínios econômicos. Posteriormente, a Carta Magna de 1937 reforça esse conceito, ao definir que a iniciativa individual deve ser exercida nos limites do bem público¹⁶.

O Decreto-lei 869, de 18 de novembro de 1938, regulamentou o artigo 141 da Constituição Federal de 1937, que consagrava o princípio da proteção à economia popular. Segundo Paula Forgioni, “o primeiro diploma brasileiro antitruste surge com função constitucional bastante definida, buscando a tutela da economia popular e portanto, precipuamente, do consumidor”.

Esta legislação colocou pela primeira vez no ordenamento brasileiro algumas normas antitruste que ainda subsistem, tais como a coibição ao açambarcamento de mercadorias, manipulação da oferta e da procura, fixação de preços mediante acordo entre empresas, venda abaixo do preço de custo e exclusividade¹⁷. Não obstante, autores como Benjamin Schieber ressaltam a insignificância de tal diploma, sobretudo devido à inexistência de “um órgão especializado com competência para executar os dispositivos antitruste do Decreto-lei 869”¹⁸.

Posteriormente, em 1945, durante o governo Getúlio Vargas, foi promulgado o Decreto-lei 7.666, conhecido como Lei Malaia. De autoria do ministro Agamemnon Magalhães, resultou dos esforços contra o poder econômico que derivava do capital estrangeiro¹⁹. Esta lei teve o condão de sistematizar a matéria antitruste, possuindo caráter administrativo, possibilitando ao governo atuar de maneira protecionista.

¹⁵ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 95.

¹⁶ Art 135 - Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado. A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo ou da gestão direta.

¹⁷ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 101.

¹⁸ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 102.

¹⁹ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 103.

A Constituição de 1946 inaugura, de forma expressa, ainda que controversa, o princípio de repressão ao abuso de poder econômico. A querela residia no fato de a Carta Magna condenar atos abusivos por sua finalidade, ainda que não tenham alcançado os efeitos pretendidos. Isso refletia a política da época, que, embora intervencionista (no sentido de fixar preços), buscava reprimir cartéis.

Essa dicotomia chegou a ser questionada por Pontes de Miranda, ao afirmar que “fixar preço e perseguir trustes, sem aparelhamento quase genial, senão genial, de economia e administração públicas, é o mais perigoso dos empirismos²⁰”. Por tais razões, não houve, de fato, neste período, a tutela da concorrência no Brasil.

“A aplicação da lei antitruste ficou tolhida pela política econômica adotada no país à época, que se baseava na intervenção estatal. O Estado controlava preços de alguns setores; a maioria das grandes corporações industriais, de transporte e financeiras ou eram empresas públicas – às quais não se aplicavam as normas antitruste – ou monopólios privados sancionados publicamente”.²¹

Até a promulgação da Lei nº 4.137, em 1962, não havia um diploma legal específico sobre a matéria concorrencial, subsistindo apenas as já mencionadas referências correlacionadas à matéria, esparsas no sistema normativo brasileiro. Com o advento da citada legislação, foi criado o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, marcando finalmente o cenário nacional no que se refere à prevenção e repressão ao abuso do poder econômico.

De acordo com Calixto Salomão Filho:

“No Brasil, efeito positivo teve a Lei 4.137/1962 (revogada pela lei 8.884/1994, por sua vez revogada pela Lei 12.529/2011), que trouxe consigo a ideia da proteção da existência da concorrência exatamente através das condutas tendentes à dominação do mercado, que são ora objeto de estudo. Não é exagerado, portanto, afirmar que esse texto legal é um marco fundamental na introdução da visão institucional da proteção da concorrência no País”.²²

Ainda que a Lei 4.137/1962 represente uma mudança fundamental para o Brasil, no que se refere à defesa da concorrência, várias críticas foram feitas ao diploma, especialmente com relação à falta de eficácia material da lei. Nas palavras de Paula Forgioni:

“Ao contrário do que se possa pensar, não é insignificante o número de averiguações preliminares que se fez proceder durante a vigência da Lei 4.137, de 1962. Não obstante, até o ano de 1975, apenas onze processos haviam sido julgados pelo CADE, e em apenas um a prática foi considerada abuso de poder econômico.

²⁰ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 108

²¹ Disponível em: <http://www.cade.gov.br/Default.aspx?f145d523f228fc06103d0f58ec54>

²² SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito concorrencial*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 66.

Um dos principais problemas enfrentados na concretização das disposições da Lei 4.137 pelo CADE derivou da atuação do Poder Judiciário, agindo para salvaguarda das garantias individuais dos cidadãos, constitucionalmente asseguradas. A grande maioria das decisões do Conselho acabou por ter seus efeitos suspensos em decorrência de mandados de segurança impetrados pelas empresas condenadas na esfera administrativa”.²³

Tal constatação é fundamental para demonstrar que, desde suas origens, o Poder Judiciário atuou como um limitador para a atividade do CADE. Ainda que a falta de eficácia do órgão nesse período derivasse dos problemas estruturais de uma autoridade recém instituída, o que provocava, por exemplo, que na maior parte dos processos levados a julgamento o denunciado fosse absolvido por falta de provas, o controle judicial não deixou de representar um fator externo de mitigância.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que adotou a livre concorrência como um princípio da ordem econômica, o cenário político e econômico no País passou por fortes alterações. Os impactos no cenário da defesa da concorrência foram notáveis. A ideia de um mercado autorregulável não afastava a necessidade de um controle, por parte do Estado, das atividades dos agentes econômicos. Pelo contrário, quanto maior a liberdade dos agentes no mercado, maior a chance de ocorrerem disfunções.

Extraí-se da Constituição Federal, que em seu artigo 170 dispõe sobre os princípios da ordem econômica, dentre os quais a livre concorrência:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

O panorama histórico do desenvolvimento da legislação concorrencial, bem como da criação e evolução dos órgãos de defesa da concorrência no Brasil, demonstra que

²³ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 117.

foi tímida e morosa a consolidação dos alicerces da matéria em nosso sistema legal. O Poder Judiciário, desde as épocas mais remotas, atuou como mitigador da atividade praticada pelo CADE, posto que havia um alto índice de anulação das decisões administrativas pelos Tribunais.

Ainda que o órgão de defesa da concorrência tenha levado bastante tempo para se firmar como autoridade antitruste no cenário econômico nacional e que ainda padeça com dificuldades em termos orçamentários e estruturais, é possível afirmar que o descrédito conferido ao CADE resultou, ao menos parcialmente, da facilidade com que os representados condenados administrativamente eram e ainda são capazes de anular judicialmente as multas e demais sanções.

2.1.3. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

Em 1991, a Lei 8.158 foi responsável por criar a SNDE – Secretaria Nacional de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, que passou a atuar junto ao CADE. Já em 1994, o advento da Lei 8.884 otimizou ainda mais os mecanismos de defesa da concorrência, introduzindo várias mudanças notáveis no sistema antitruste brasileiro.

A legislação de 1994 foi responsável por transformar o CADE em autarquia, dando-lhe maior autonomia. Foi a partir do referido diploma que o SBDC - Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência foi implementado. O SBDC era composto, à época, pelo CADE, conjuntamente com a SEAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico, vinculada ao Ministério da Fazenda, e com a SDE – Secretaria de Direito Econômico, ligada ao Ministério da Justiça.

Com a consolidação do SBDC, é possível afirmar que o Brasil finalmente passou a possuir os mecanismos necessários para a promoção da defesa da concorrência. O fortalecimento do órgão antitruste e o aumento do número de processos administrativos julgados promoveram, paulatinamente, a cultura concorrencial no País, permitindo que empresários e a sociedade em geral tomassem consciência a respeito da matéria.

Embora o diploma de 1994 tenha trazido importantes mudanças, menos de uma década depois entrou em vigor nova legislação, que aprimorou a estrutura administrativa da autarquia. A Lei 12.529 de 2011 foi parte desse processo de intenso crescimento da disciplina concorrencial no Brasil. Com o advento da referida lei, criou-se o chamado “super CADE”, que concentrou as competências de investigação e instauração de processos no mesmo órgão.

As principais alterações trazidas pela nova lei deram-se no aspecto estrutural do órgão. No que se refere ao direito material, pouco se alterou em relação ao diploma anterior. A reestruturação do SBDC ocorreu com principalmente com a instauração da Superintendência-Geral do CADE, deslocando para o órgão as funções anteriormente realizadas pela SDE.

Nesse contexto, é possível afirmar que atualmente o CADE é uma das maiores autoridades em defesa da concorrência no mundo. O crescimento do órgão, assim como o aprimoramento dos métodos de prevenção e repressão aos abusos de poder econômico, representam um grande avanço para o País em termos políticos e econômicos.

No que se refere à disciplina das estruturas, a instauração da Superintendência-Geral do CADE representou expressivo avanço. Atualmente, os Atos de Concentração são previamente analisados por essa instância. Não havendo impedimentos, são aprovados, sem que sejam submetidos ao Tribunal. A rapidez com que referidos procedimentos vêm sendo realizados – em média, 25 dias para aprovação de um Ato de Concentração²⁴ – demonstra que a Superintendência-Geral do CADE potencializou as atividades da autarquia.

Contudo, em relação às infrações contra a ordem econômica, a Superintendência-Geral ainda necessita ser melhor aparelhada para que possa acurar a realização da instrução dos inquéritos administrativos e posteriores processos administrativos. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ainda padece em termos de eficiência no que toca à disciplina das condutas, tendo observado maiores evoluções no seu aspecto preventivo. A expectativa é que tais avanços se estendam também para a atividade repressiva do órgão.

2.2. OS SISTEMAS ANTITRUSTE DOS ESTADOS UNIDOS E DA UNIÃO EUROPÉIA: UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE, FEDERAL TRADE COMMISSION E EUROPEAN COMMISSION

2.2.1. O Sistema Antitruste Norte-Americano

Os principais diplomas sobre matéria antitruste nos Estados Unidos são o Sherman Act, de 1890, o Clayton Act, de 1914 e o Federal Trade Commission Act, também de

²⁴

Disponível em: <http://www.cade.gov.br/Default.aspx?59ec3dcc24f90e15e16fc191a6aa>

1914. Estas leis surgiram na primeira fase de desenvolvimento do Direito da Concorrência norte-americano.

Sobre o assunto, destaca Handler:

The history of antitrust may be divided into three phases. In the first, from about 1890 to 1914 – the era of the founding fathers of antitrust – the opening steps were taken, in statutes and in the courts, to define what form the antitrust efforts of the federal government might take and to see how they would work. The great outburst of business consolidation quickened antitrust sentiment, which was strong throughout the Progressive era. Often a common hostility to big business was the one link that bound together a variety of interest groups that diverged on other issues. The Progressive era, which culminated in 1914 with the passing of the Clayton Act and the creation of the Federal Trade Commission, probably marks the high point of anti-big-business sentiment in our history. As a movement, though hardly as an administrative reality, antitrust was in the high gear.

O enforcement da política antitruste nos Estados Unidos é realizado principalmente por meio do Federal Trade Commission, uma agência independente do governo, e do U.S. Department of Justice, através da Antitrust Division, que integram o governo federal, mas cidadãos por meio de ações privadas e os governos dos estados americanos também podem atuar nesse sentido.

O sistema de defesa da concorrência norte-americano baseia-se especialmente nas atividades realizadas pela agência independente e pelo órgão de governo. A Federal Trade Commission é composta por cinco comissários, indicados pelo Presidente e confirmados no Senado. Divide-se em três escritórios: competição, proteção do consumidor e economia.

A atuação da agência na defesa da concorrência pode se dar através de acordos com o agente envolvido em alguma operação ilegal (compliance), por meio de processos administrativos ou de um litígio civil perante a Federal Court. Os processos administrativos podem ser discutidos posteriormente perante a U.S. Court of Appeals e, por fim, na Supreme Court.

Extrai-se do FTC Act (15 U.S. Code § 45 - Unfair methods of competition unlawful; prevention by Commission):

(a) Declaration of unlawfulness; power to prohibit unfair practices; inapplicability to foreign trade

[...]

(2) The Commission is hereby empowered and directed to prevent persons, partnerships, or corporations [...] from using unfair methods of competition in or affecting commerce and unfair or deceptive acts or practices in or affecting commerce.

[...]

(b) Proceeding by Commission; modifying and setting aside orders

Whenever the Commission shall have reason to believe that any such person, partnership, or corporation has been or is using any unfair method of competition or unfair or deceptive act or practice in or affecting commerce, and if it shall appear to the Commission that a proceeding by it in respect thereof would be to the interest of

the public, it shall issue and serve upon such person, partnership, or corporation a complaint stating its charges in that respect [...]

Já a divisão antitruste do U.S. Department of Justice, que integra o governo federal, é também responsável pelo enforcement da lei e da política antitruste. Assim como a FTC, o órgão tem capacidade para ajuizar ações civis contra agentes econômicos que atuem em desacordo com a legislação concorrencial. Mas, acumula também a competência de promover ações criminais para punir violações contra as leis antitruste.

2.2.2. O Sistema Antitruste Europeu

O principal órgão de defesa da concorrência na União Europeia é a European Commission, através da divisão antitruste. A política de defesa da concorrência na comunidade europeia tem base nos artigos 101 a 109 do Tratado da União Europeia. No artigo 101 são proibidos acordos colusivos entre empresas, enquanto o artigo 102 proíbe o abuso de posição dominante. A Comissão possui poderes investigativos, bem como tem competência para impor multas por violações à lei antitruste da União Europeia.

A política concorrencial, ainda, é realizada pelas autoridades nacionais dos países europeus. No Reino Unido, há o Competition and Markets Authority (CMA), um departamento não ministerial do governo. Na França, a Autorité de la Concurrence é a responsável pela regulação da concorrência. Na Alemanha, esse papel é desempenhado pelo Bundeskartellamt, ou Federal Cartel Office. Na Itália, pela Autorità Garante della Concorrenza e del Mercato. A autoridade responsável pela defesa da concorrência na Polónia é The Office of Competition and Consumer Protection (UOKiK) e em Portugal, a Autoridade da Concorrência. Outros países da União Europeia também possuem órgãos próprios.

O processo na Comissão tem natureza administrativa. Sobre o processo sancionatório na European Commission:

Os processos sancionatórios podem ser desencadeados por denúncia apresentada por pessoa singular ou colectiva que invoque um interesse legítimo ou por um ou mais Estados-membros ou ainda oficiosamente (art. 7º). O início de um processo pela Comissão priva as ANC de competência para a sua apreciação quanto aos artigos 81º e 82º (nº 6 do artigo 11º). No entanto, caso estas já tenham tomado uma decisão e a mesma tenha sido impugnada judicialmente, o tribunal não vê a sua competência prejudicada pela abertura de um processo pela Comissão, ficando então sujeito às obrigações do artigo 16º (nº 23 do artigo 35º).²⁵

²⁵ SILVA, Miguel Moura e. *Direito da Concorrência: uma introdução jurisprudencial*. Coimbra: Almedina. 2008.

2.3. PRINCIPAIS OBJETIVOS DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Contextualmente, a necessidade de serem tutelados os interesses objeto do Direito da Concorrência, decorreu dos problemas surgidos no bojo da sociedade de mercado e do capitalismo. Dada a complexidade desses conceitos, os doutrinadores apontam diversas finalidades principais da legislação antitruste.

Citando Paula Forgioni:

“É impressionante a miríade de “objetivos máximos” que já foram atribuídos às leis antitruste: redistribuição de renda; proteção das pequenas empresas; concentração do poder político, controle regional dos negócios, proteção dos trabalhadores, eficiência econômica, bem-estar do consumidor, controle de preços, obtenção de resultados econômicos desejáveis (v.g., eficiência na utilização das riquezas, progresso, estabilidade de produção e emprego e distribuição equitativa de renda), promoção da concorrência, promoção de condutas leais, limitação da atuação e da expansão das grandes empresas, controle do poder político dos grandes conglomerados, ampliação da capacidade competitiva das empresas nacionais para assegurar participação maior no comércio internacional e assim por diante”.²⁶

A existência de tantas finalidades atribuídas à disciplina antitruste e a presença de uma pluralidade de interesses “impõe uma delicada convivência entre critérios valorativos jurídicos e critérios lógico-econômicos no momento da aplicação da norma”²⁷. Sobre a questão, discorre o professor Calixto Salomão:

“A explícita inclusão de interesses conflitantes é necessária à aplicação da norma. Essa inclusão se torna tanto mais fácil quando se nota que, uma vez entendido o processo concorrencial como um processo de escolha racional, os interesses de concorrentes e consumidores, ao contrário de conflitantes, são reciprocamente instrumentais. Sob essa perspectiva, a resolução de eventuais conflitos que possam aparecer em casos específicos se resume a verificar, relativamente a determinada situação, que interesse o legislador considerou predominante, e se a proteção desse interesse é passível, ao menos em tese, de ser instrumental à proteção do remanescente. Nesse caso, não há como negar a racionalidade da aplicação estrita da norma”.²⁸

Diante de tantas abordagens possíveis, convém expor, em linhas gerais, os principais objetivos das escolas de pensamento antitruste nos Estados Unidos, na União Européia e no Brasil.

2.3.1. Objetivos do Direito da Concorrência nos Estados Unidos

²⁶ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 161

²⁷ SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito concorrencial*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 81

²⁸ SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito concorrencial*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 81

O Direito Antitruste norte-americano tem como principais teorias aquelas desenvolvidas pelas escolas de Harvard e de Chicago. Os principais expoentes da primeira escola são Areeda, Turner, Sullivan e Blake e da segunda são Bork, Bowman, Mac Gee, Telser e Posner.

A escola de Harvard defende, basicamente, ser natural que as empresas façam uso do poder econômico para agir de maneira anticompetitiva. Por essa razão, concentrações excessivas são prejudiciais e devem ser refreadas. O modelo ideal seria o chamado de “workable competition”.

Sobre esse conceito, escrevem Areeda e Kaplow:

“Nevertheless, it can be said that the antitrust laws are not demonstrably unwise in promoting competition and in challenging the impediments to it. Ensuring that there is at least some rivalry can tend toward the results of the competitive model, although less precisely or inevitably so. Rivalry tends to keep costs and prices lower and quality higher than monopoly would. It provides a stimulus to more eficiente production, to lower costs, and thus to lower prices. It also tends to induce resources to move out of áreas of declining demand and into industries of increasing demand – with, to be sure, time lags and imperfections.

But, of course, the question is: How much rivalry? And how can it be tested? It is said that na imperfect market whose results are reasonably compatible with general economic welfare is workably competitive. Workable competition is not a precise concept, nor it intended to be. It directs our attention to practical approximations rather than the hypothetical, rarely existing extreme of “perfect” competition”. 29

Os critérios para avaliar se um mercado se encaixa no conceito de “workable competition”, segundo os mesmos autores, são: [i] comportamentais, ou seja, uma empresa deve tomar suas decisões (especialmente aquelas relativas a preços e oferta) sem a realização de colusões com competidores e deve eliminar rivais com base apenas em seus próprios méritos, sem fazer uso de táticas anticompetitivas; e [ii] de desempenho, ou seja, se uma empresa consistentemente alcança resultados fora dos padrões, ela provavelmente está usando táticas anticompetitivas.

As principais características de um mercado de acordo com o modelo de “workable competition” são a existência de um grande número de empresas, com alto poder de distribuição, e pequenas barreiras de entrada para novas empresas no mercado. Portanto, a escola de Harvard valoriza uma estrutura “pulverizada”³⁰.

²⁹ AREEDA, Phillip; KAPLOW, Louis. *Antitrust Analysis*. 5. ed. Nova Iorque: Aspen Law na Business, 1997. p. 35.

³⁰ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 168.

A escola de Chicago, por sua vez, tem como principais objetivos a eficiência alocativa do mercado, com vistas ao benefício dos consumidores. Isso seria atingido através de um baixo grau de controle estatal, ou seja, a intervenção nas relações entre concorrentes deve ser a menor possível.

Seguindo essa linha de pensamento, concentrações de mercado ou acordos verticais não são necessariamente ruins, caso isso possa ser explicado em termos de eficiência e vantagens para os consumidores. Outra importante contribuição da escola de Chicago para a teoria antitruste foi a introdução da análise econômica, ferramenta que permitiria aferir o grau de eficiência de uma conduta, bem como seus possíveis resultados.

Acerca das diferenças entre as duas escolas, discorre Hovenkamp:

“The Harvard School began in a much diferente place than the Chicago School but also has diverged much more from its historical roots. Traditionally Harvard School economics was heavily “structuralist”, wich meant that it was apt to view markets as noncompetitive whenever they deviated from what were thought to be basic competitive conditions. For example, as the number of firms in a Market became fewer and more diverse, or as products became more differentiated or entry became more difficult, Harvard School economists tended to see significant opportunities for noncompetitive performance. To oversimplify, while the Chicago School emphasized the ways that firms would continue to compete notwithstanding imperfect structures, the Harvard School emphasized the ways that firms could avoid competing”.³¹

Considerando as diferenças entre as duas escolas de pensamento, é possível verificar que cada uma delas privilegia determinados objetivos. Enquanto a escola de Harvard, estruturalista, volta-se para a restrição de práticas que ameacem a competitividade, a escola de Chicago, atualmente predominante, valoriza a eficiência, mesmo que isso ocorra em uma estrutura imperfeita.

Consoante os ensinamentos de Handler:

“Antitrust policy may serve a variety of ultimate aims. We can divide the aims agains which any policy proposal may be tested into four broad classes: the attainment of desirable economic performance by individual firms and ultimately by the economy as a whole; the achievement and maintenance of competitive processes in the Market-regulated sector of the economy as na end itself; the prescription of a standard of business conduct, a code of fair competition; and the prevention of big business, viewed broadly in terms of the distribution of power in the society at large”.³²

Sobre o tema, também disserta Wish:

³¹ HOVENKAMP, Herbert. *The antitrust enterprise: principles and execution*. 1. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2005. p. 35.

³² HANDLER, Milton. [et al.] *Trade Regulation: cases and materials*. 4. ed. Nova Iorque: The Foundation Press, 1997, p. 02.

“At its simplest – and it is sensible in considering competition law and policy not to lose sight of the simple propositions – the benefits of competition are lower prices, better products, wider choice and greater efficiency than would obtain under conditions of monopoly. According to neo-classical economic theory, social welfare is maximised in conditions of perfect competition. For this purpose, “social welfare” is not a vague generalised concept, but instead has a more specific meaning: that allocative and productive efficiency is that society’s wealth overall is maximised. Consumer welfare, which is specifically concerned with gains to consumers as opposed to society at large, is also maximised in perfect competition. A related benefit of competitions is that it will have the dynamic effect of stimulating innovation as competitors strive to produce new and better products for consumers: this is a particularly important feature of high technology markets”.³³

2.3.2. Objetivos do Direito da Concorrência na União Europeia

O artigo 3º do Tratado estabelece as bases da defesa da concorrência na União Europeia. Define o direito antitruste como um instrumento para a persecução de equilíbrio econômico, mesmo que para isso seja preciso aniquilar a concorrência. Esta abordagem instrumental tem como escopo a integração dos mercados nacionais em um mercado único, rechaçando a ideia de que a concorrência é um valor em si mesmo.

Sobre os objetivos do Direito da Concorrência na União Europeia, discorre Goyder:

“The aims of the European Community in this field are well summarized in a publication of the Organization for Economic Co-operation and Development: Competition policy has its central economic goal the preservation and promotion of the competitive process, a process which encourages efficiency in the production and allocation of goods and services, and over time, through its effects on innovation and adjustment to technological change, a dynamic process of sustained economic growth. In conditions of effective competition, rivals have equal opportunities to compete for business on the basis and quality of their outputs, and resource deployment follows Market success in meeting consumers demand at the lowest possible cost”.³⁴

A tutela da concorrência na União Europeia, portanto, busca a manutenção do processo competitivo, com base na qualidade dos produtos comercializados e na eficiência alocativa. Este modelo, chamado de “competition on the merits”, promove a efetiva competição entre os agentes econômicos, mesmo entre aqueles de maior e menor porte.

Os principais objetivos da doutrina antitruste europeia são a preservação do bem-estar econômico, da competitividade e da integração entre os mercados nacionais. A Comissão Europeia, autoridade responsável pela integração dos estados-membros na

³³ WHISH, Richard; BAILEY, David. *Competition Law*. 7. ed. Oxford: The Oxford University Press, 2012. p. 04.

³⁴ GOYDER, Joanna; ALBORS-LLORENS, Albertina. *Goyder’s EC Competition Law*. 5. ed. Oxford: The Oxford University Press, 2009. p. 15.

execução das políticas comunitárias em matéria antitruste, delinea as principais linhas estruturais da relação entre os concorrentes, por meio da emissão de regulamentos.

Sobre eficiência, dispõe o Informativo 2009/C 45/02:

“The question of whether conduct is objectively necessary and proportionate must be determined on the basis of factors external to the dominant undertaking. Exclusionary conduct may, for example, be considered objectively necessary for health or safety reasons related to the nature of the product in question. However, proof of whether conduct of this kind is objectively necessary must take into account that it is normally the task of public authorities to set and enforce public health and safety standards. It is not the task of a dominant undertaking to take steps on its own initiative to exclude products which it regards, rightly or wrongly, as dangerous or inferior to its own product.

The Commission considers that a dominant undertaking may also justify conduct leading to a foreclosure of competitors on the ground of efficiencies that are sufficient to guarantee that no net harm to consumers is likely to arise. In this context, the dominant undertaking will generally be expected to demonstrate with a sufficient degree of probability, and on the basis of verifiable evidence, that the following cumulative conditions are fulfilled:

- the likely efficiencies brought about by the conduct outweigh any likely negative effects on competition and consumer welfare in the affected markets,
- the conduct does not eliminate effective competition, by removing all or most existing sources of actual potential competition.³⁵

2.3.3. Objetivos do Direito da Concorrência no Brasil

De acordo com o já citado artigo 170 da Constituição Federal, a manutenção da ordem econômica no Brasil tem a finalidade de garantir a existência digna de todos, conforme os ditames da justiça social. A livre concorrência e a defesa do consumidor são, portanto, modos de se alcançar estes objetivos maiores. Nesse diapasão, a defesa da concorrência no Brasil assume caráter instrumental.

A legislação concorrencial pátria, por conseguinte, resguarda os mesmos interesses previstos na Lei Maior, orientando-se pelos princípios da “liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão do abuso de poder econômico”.

Consoante assevera José Afonso da Silva:

“Assim, a liberdade de iniciativa econômica privada, num contexto de uma Constituição preocupada com a realização da justiça social (o fim condiciona os meios), não pode significar mais do que liberdade de desenvolvimento da empresa

35

Disponível

em:

[http://eur-](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:045:0007:0020:EN:PDF)

[lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:045:0007:0020:EN:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:045:0007:0020:EN:PDF)

no quadro estabelecido pelo poder público, e, portanto, possibilidade de gozar das facilidades e necessidades de submeter-se às limitações postas pelo mesmo”.³⁶

Com relação a finalidade da disciplina antitruste no Brasil, escreve Paula Forgioni:

“Isso tudo significa que, no Brasil, não se pode sustentar que a disciplina antitruste visa apenas a implementar a eficiência, seja ela alocativa, produtiva ou dinâmica. A grande questão é criar e preservar, nos ditames constitucionais, ambiente no qual as empresas tenham efetivos incentivos para competir, inovar e satisfazer as demandas dos consumidores; proteger o processo competitivo e evitar que os mercados sejam fossilizados pelos agentes com elevado grau de poder econômico”.³⁷

O princípio da livre concorrência, compreendido no texto constitucional, reflete características de um sistema que busca impedir a ocorrência de práticas que impeçam o estabelecimento de condições mínimas de concorrência. Nesse mesmo sentido, a autoridade antitruste brasileira deve garantir a liberdade de acesso ao mercado – garantida pelo princípio da liberdade de iniciativa – ao impedir a criação de barreiras à entrada de novos investidores.

A proteção do consumidor é também uma das finalidades da defesa da concorrência no Brasil. Essa preocupação fica clara na atual legislação concorrencial nacional³⁸, ao estabelecer que, para a aprovação de um ato de concentração, devem ser comprovados não só os potenciais ganhos de eficiência resultantes da operação, mas também que os benefícios serão repassados aos consumidores, afastando a possibilidade de ficarem restritos ao agente econômico.

Desse modo, deve haver uma relação de instrumentalidade entre a defesa da livre concorrência e a proteção dos consumidores, compatibilizando a preservação da ordem econômica e do sistema concorrencial com o bem-estar dos consumidores.

A jurisprudência do CADE indica que o órgão ainda não possui um entendimento pacificado sobre a orientação doutrinária que deve prevalecer no sistema concorrencial brasileiro. Isso, contudo, é reflexo da característica da autarquia, que deve agir de acordo com os ideais econômicos almejados, o que é mutável, de acordo com a realidade

³⁶ SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 818.

³⁷ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 188.

³⁸ § 6º Os atos a que se refere o § 5º deste artigo poderão ser autorizados, desde que sejam observados os limites estritamente necessários para atingir os seguintes objetivos:

I - cumulada ou alternativamente:

a) aumentar a produtividade ou a competitividade;
b) melhorar a qualidade de bens ou serviços; ou
c) propiciar a eficiência e o desenvolvimento tecnológico ou econômico; e

II - sejam repassados aos consumidores parte relevante dos benefícios decorrentes.

política e social do país. Tais variações de entendimento, verificadas nas decisões administrativas proferidas pelo colegiado, decorrem das diferenças de abordagens teóricas adotadas pelos Conselheiros Relatores em cada caso.

Quando submetidas ao Poder Judiciário, estas decisões não devem ser revistas em seu aspecto material. A adoção de uma ou outra abordagem teórica representa uma escolha política por parte da autoridade de defesa da concorrência, no âmbito de sua atribuição de manter a ordem econômica. Isto é, o Tribunal do CADE, através de seus Conselheiros, realiza uma opção em relação à finalidade da lei de concorrência e de que forma os seus objetivos devem ser alcançados.

Os magistrados, por sua vez, não detêm a prerrogativa de determinar os modos de consecução dos objetivos da defesa da concorrência no País, mas sim de garantir a aplicação correta da lei. Considerando que a eleição dos paradigmas doutrinários aplicáveis aos casos concretos compõe as decisões da autarquia, bem como as orientam, é possível dizer que, nesse ponto, são irretocáveis, configurando liberdade do Administrador.

Os objetivos do direito da concorrência, portanto, balizam as decisões do CADE, orientando a escolha da fundamentação teórica e doutrinária dos acórdãos prolatados. O Poder Judiciário, através de seus magistrados, não possui o instrumental técnico necessário para atuar nesse sentido – e sequer detém a atribuição de realizar a defesa da concorrência no País – de modo que deve se abster de adentrar o mérito das decisões do órgão competente, cabendo somente ao CADE eleger os objetivos do direito da concorrência que devem ser privilegiados.

2.4. O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL³⁹.

O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional está insculpido no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, o qual dispõe que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Tal princípio consta explicitamente no ordenamento jurídico pátrio desde a Carta Magna de 1946, onde estava presente com redação quase idêntica à atual.

A respeito do princípio ora discutido, assevera Ada Pellegrini Grinover:

“O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional foi assim se afirmando em todos os Estados modernos, indicando ao mesmo tempo o monopólio estatal na

³⁹ Terminologia utilizada por Pontes de Miranda

distribuição da justiça (ex parte principis) e o amplo acesso de todos à referida justiça (ex parte populi). A Constituição brasileira de 1946 consagrou o princípio, que hoje vem expresso pelo art. 5º, inc. XXXV da CF: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.⁴⁰

A Constituição de 1988 ampliou as possibilidades de acesso ao Poder Judiciário, ao garantir a provocação da atividade jurisdicional antes da ocorrência efetiva de lesão individual, abarcando também a ameaça a qualquer direito, inclusive os coletivos. Assim sendo, “nenhuma contenda sobre direitos pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário”.⁴¹

Discorre José Afonso da Silva:

“A primeira garantia que o texto revela é a de que cabe ao Poder Judiciário o monopólio de jurisdição, pois sequer se admite mais o contencioso administrativo que estava previsto na Constituição revogada. A segunda garantia consiste no direito de invocar a atividade jurisdicional sempre que se tenha como lesado ou simplesmente ameaçado um direito, individual ou não, pois a Constituição não mais o qualifica de individual, no que andou bem, porquanto a interpretação sempre fora a de que o texto anterior já amparava direitos, p. ex., de pessoas jurídicas ou de outras entidades não individuais, e agora hão de levar-se em conta os direitos coletivos também”.⁴²

Celso Antônio Bandeira de Mello ressalta que no Direito brasileiro há unidade de jurisdição, diversamente da maioria dos países europeus. Disto decorre que somente o Poder Judiciário é capaz de resolver definitivamente qualquer litígio de direitos. A Administração, portanto, fica adstrita ao controle de legalidade, sendo seus atos passíveis de anulação quando estes não se coadunarem ao ordenamento jurídico.

Sobre o tema, explana Amanda Flávio de Oliveira:

“O ordenamento jurídico brasileiro, após a República, encontra-se inserido no grupo que adota o sistema judicialista⁴³. Embora possam existir decisões de natureza administrativa, proferida por órgãos ou entidades da Administração Pública, tais

⁴⁰ GRINOVER, Ada Pellegrini. *A inafastabilidade do controle jurisdicional e uma nova modalidade de autotutela*. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007.

⁴¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 124.

⁴² SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 431.

⁴³ [...] todos os tribunais com competência para proferir sentenças passíveis de se tornarem definitivas encontram-se na estrutura do Poder Judiciário. Disso decorre o fato de que, nesse regime, os entes administrativos ficam dependentes da apreciação de seus atos pelos tribunais, que podem reexaminar as decisões por eles proferidas. Não há, portanto, a independência completa e absoluta da Administração quanto a seus atos, já que esses podem ser novamente analisados por outro poder estatal. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 44)

decisões podem ser objeto de controle pelo Poder Judiciário, nas hipóteses legalmente previstas”.⁴⁴

Ainda que prevaleça o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, faz-se necessário avaliar de que modo a atuação do Judiciário é capaz de influenciar a Administração, no que concerne à defesa da concorrência, especialmente no que diz respeito ao grau de eficácia da mesma. Para tanto, serão expostos uma série de dados coletados a respeito da atividade repressiva da autarquia antitruste, a fim de fundamentar a presente pesquisa.

3. A REVISÃO JUDICIAL DAS DECISÕES DO CADE: LEVANTAMENTO DE DADOS

A presente pesquisa busca demonstrar, por meio do método indutivo, qual a relação entre o controle judicial das decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a eficácia repressiva da autarquia antitruste. Para tanto, foi realizado um levantamento de dados, capazes de indicar, empiricamente, os impactos no sistema concorrencial provocados pela judicialização das decisões condenatórias por infrações à ordem econômica.

A importância de reunir dados concretos sobre os desdobramentos na esfera judicial dos processos administrativos julgados pelo CADE está em verificar a existência de padrões no que se refere ao comportamento das empresas penalizadas, bem como do próprio Poder Judiciário. Essas informações irão embasar as conclusões a que se pretende chegar no próximo capítulo.

Antes de iniciar a exposição dos dados, é necessário diferenciar as duas vertentes de tutela exercidas pela autoridade antitruste, considerando que a presente pesquisa irá tratar apenas de uma delas. Ainda, serão descritos, em linhas gerais, os procedimentos do processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica.

3.1. CONTROLE ESTRUTURAL E CONTROLE COMPORTAMENTAL

⁴⁴ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 47.

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência possui duas vertentes instrumentais de tutela para manutenção da ordem econômica. Uma, de natureza estrutural, e outra, de natureza comportamental.

No que tange ao primeiro subsistema, este se caracteriza por sua função preventiva. Através do controle das estruturas empresariais, a autoridade antitruste deve impedir a formação e concentração de excessivo poder de mercado, que traria prejuízos para concorrentes e consumidores. Desse modo, as empresas, a depender de seu porte, são impedidas de realizar livremente operações de fusão, aquisição ou incorporação, por exemplo. Caso tais atos de concentração pudessem ocorrer sem qualquer interferência do Estado, a possibilidade de formação de monopólios ou oligopólios em certos mercados seria muito alta.

No escopo de impedir a ocorrência dos prejuízos sociais e econômicos decorrentes do abuso de posição dominante, o órgão de defesa da concorrência deve monitorar a estrutura dos mercados no País, a fim de verificar a existência de concentrações excessivas. Nesse sentido, a Lei 12.529/2011 trouxe uma expressiva mudança ao impor o controle prévio dos atos de concentração⁴⁵.

Antes da edição da supramencionada legislação, as empresas poderiam submeter ao CADE atos de concentração após a efetivação da operação em questão. Isso tornava ineficaz qualquer medida de controle estrutural preventivo, pois, no momento da

45 Art. 88. Serão submetidos ao Cade pelas partes envolvidas na operação os atos de concentração econômica em que, cumulativamente:

I - pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no País, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); e

II - pelo menos um outro grupo envolvido na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no País, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

§ 1º Os valores mencionados nos incisos I e II do caput deste artigo poderão ser adequados, simultânea ou independentemente, por indicação do Plenário do Cade, por portaria interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e da Justiça.

§ 2º O controle dos atos de concentração de que trata o caput deste artigo será prévio e realizado em, no máximo, 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar do protocolo de petição ou de sua emenda.

§ 3º Os atos que se subsumirem ao disposto no caput deste artigo não podem ser consumados antes de apreciados, nos termos deste artigo e do procedimento previsto no Capítulo II do Título VI desta Lei, sob pena de nulidade, sendo ainda imposta multa pecuniária, de valor não inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) nem superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), a ser aplicada nos termos da regulamentação, sem prejuízo da abertura de processo administrativo, nos termos do art. 69 desta Lei.

§ 4º Até a decisão final sobre a operação, deverão ser preservadas as condições de concorrência entre as empresas envolvidas, sob pena de aplicação das sanções previstas no § 3º deste artigo.

§ 5º Serão proibidos os atos de concentração que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviços, ressalvado o disposto no § 6º deste artigo.

submissão à autoridade concorrencial, a concentração já havia se consumado, sem que o órgão pudesse evitar os efeitos potencialmente negativos da operação.

Atualmente, consoante previsto nos §§ 2º e 3º do artigo 88, esse controle será prévio, cabendo a aplicação de multa e pena de nulidade do ato se o procedimento não for observado. Os grupos econômicos que se enquadram no requisito relativo ao faturamento anual bruto são obrigadas a requerer autorização da autoridade concorrencial antes da realização de qualquer operação de concentração, sob pena de as mesmas serem consideradas irregulares.

A despeito da importância para o Direito da Concorrência da disciplina das estruturas, o presente trabalho foca-se somente na tutela comportamental realizada pelo órgão antitruste. Esse subsistema é caracterizado por sua função repressiva. Ou seja, enquanto a disciplina das estruturas busca evitar a concentração de poder econômico, a disciplina dos comportamentos preocupa-se em reprimir e sancionar os abusos de posição dominante no mercado e as práticas colusivas, efetivas ou em potencial.

É certo que, para a efetividade do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, são necessárias ambas as modalidades de controle e manutenção da ordem econômica. Não há como uma existir sem a outra, especialmente diante da complementariedade dessas ferramentas.

Nos dizeres de Calixto Salomão:

Os estudos de comportamentos anticoncorrenciais têm também um outro significado fundamental. Compõem, ao lado do controle das estruturas, o sistema de proteção concorrencial. É através da aplicação simultânea e conjunta de ambos os subsistemas (controle estrutural e comportamental) que a proteção da concorrência ganha eficácia [...]. Essa relação simbiótica leva a importantes complementariedades e esferas parcialmente coincidentes de aplicação que geram, por vezes, dúvidas aplicativas.⁴⁶

Contudo, considerando as particularidades de cada subsistema, optou-se por analisar somente o controle judicial das decisões condenatórias por infrações à ordem econômica. Entende-se que a dimensão repressiva da atividade intervencionista do órgão antitruste está muito mais sujeita à mitigação de seus efeitos em face do controle judicial de suas decisões do que em relação à dimensão estrutural. Ou, ainda, que essa influência, independente dos seus diferentes graus de afetação, provoca consequências particularmente nocivas para a atividade sancionadora.

⁴⁶

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito concorrencial*. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 384.

O controle comportamental dos agentes econômicos, conforme já mencionado, possui característica repressiva. Ou seja, é preciso que o CADE, após a realização de processo específico, comprove a ocorrência, factual ou potencial, de alguma das ações ilícitas tipificadas na legislação pertinente. Somente após essa constatação, no bojo de uma ação onde são respeitados todos os princípios do ordenamento jurídico pátrio, como ampla defesa e contraditório, é possível aplicar qualquer tipo de sanção administrativa.

Nesse contexto, é possível inferir que o agente condenado administrativamente pela prática de infração à ordem econômica, causou ou poderia causar efeitos negativos para o mercado, os concorrentes e os consumidores. Frise-se que, consoante o disposto no artigo 36 da Lei 12.529/2011, não é necessário que o ato ilícito tenha de fato produzido estes efeitos. A mera potencialidade é punível.

O Poder Judiciário, nessas situações, está mais propenso a mitigar a atividade do órgão de defesa da concorrência, porque o agente econômico que já tenha incorrido em alguma prática ilícita tende a buscar maneiras de retardar ou obstar a aplicação das penalidades cabíveis. Por outro lado, considerando que na maioria dos casos não há penalidades para os agentes envolvidos em atos de concentração, mas apenas a improcedência do pedido, são menores as possibilidades de que se recorra ao Judiciário nessas hipóteses. Ademais, os efeitos materiais de uma possível concentração indevida, em tese, ainda não ocorreram nestes casos. Desse modo, este estudo irá concentrar-se no controle comportamental.

3.2. INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INFRAÇÕES À ORDEM ECONÔMICA

O ordenamento jurídico brasileiro estabelece, com fulcro no artigo 36 da Lei 12.529/11, três modalidades de ilícitos concorrenciais⁴⁷. No inciso I, a concorrência desleal;

⁴⁷ Acerca da conduta prevista no inciso III do artigo 36 da Lei Concorrencial, qual seja, o aumento arbitrário dos lucros, assinala Calixto Salomão Filho: O aumento arbitrário dos lucros nada mais é do que uma espécie do gênero “abuso de posição dominante”, que não pode ser caracterizada como ilícito independente. A história da referida previsão legal e a lógica econômica unem-se para demonstrá-lo. A referida expressão aparece em todas as Constituições brasileiras, desde 1946, não como método de aferição de poder no mercado, mas como forma independente da caracterização do abuso do poder econômico (ao lado da dominação dos mercados e da eliminação da concorrência), constituindo, portanto, “uma das bases independentes sobre a qual o Congresso pode elaborar legislação antitruste” (B. Shieber, Abusos do Poder Econômico, São Paulo, Ed. RT, 1966, p. 189)

no inciso II, os atos tendentes à dominação de mercado relevante de bens e serviços; e, no inciso IV, o abuso de posição dominante.

No parágrafo 3º do artigo supracitado, há uma lista, de rol exemplificativo, contendo as situações em que os ilícitos mencionados podem ocorrer. As condutas descritas somente caracterizam infração à ordem econômica caso produzam os efeitos mencionados no inciso I. Do contrário, não há ilicitude.

Dentre as condutas enumeradas, pode-se ressaltar a vedação aos acordos e ajustes entre concorrentes (que, sob qualquer forma, possam afetar preço, oferta e distribuição de bens e serviços, bem como fraudar licitações), criação de barreiras à entrada de novos competidores no mercado, restrições verticais, preço predatório, venda casada, abuso de propriedade intelectual, entre outros.

Caso o CADE verifique a ocorrência de alguma dessas práticas – por meio de representação formulada por qualquer interessado ou da atividade fiscalizadora exercida pela própria autarquia, através de ato de ofício – a Superintendência-Geral dará início à apuração e investigação de infrações à ordem econômica.

Ainda, na hipótese de a Superintendência-Geral entender que existem elementos suficientes para caracterizar alguma das condutas ilícitas previstas na lei, expedirá parecer e dará início ao processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica. Havendo necessidade de maiores diligências e apuração de fatos, será aberto, previamente ao processo administrativo, o inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica.

O processo administrativo no CADE é julgado pelo TADE - Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, que irá decidir se as condutas averiguadas são, de fato, ilícitas. O TADE é um órgão judicante, composto por um Presidente e seis Conselheiros, com mandato de quatro anos.

O artigo 9º da Lei 12.529/2011 prevê as competências do Plenário do Tribunal Administrativo, dentre as quais está decidir os processos administrativos para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica instaurados pela Superintendência-Geral. O § 2º do mesmo dispositivo prevê, in verbis, que “as decisões do Tribunal não

Ocorre que, na elaboração concreta da legislação, notou-se a imperfeição da terminologia constitucional. Com efeito, o aumento dos lucros só pode ser considerado arbitrário – e, portanto, só pode constituir ilícito independente – quando decorrente da exploração de uma situação de monopólio. Só ali é que ele constitui a demonstração da utilização de poder de mercado para imposição de preços excessivos. (SALOMÃO FILHO, Calixto. Direito concorrencial. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 404)

comportam revisão no âmbito do Poder Executivo, promovendo-se, de imediato, sua execução e comunicando-se, em seguida, ao Ministério Público, para as demais medidas legais cabíveis no âmbito de suas atribuições”.

Logo, a legislação é bastante clara no sentido de que, no âmbito do Poder Executivo, as decisões tomadas pela autoridade concorrencial não são passíveis de reforma ou de revisão, ainda que estas decisões possam ser apreciadas pelo Poder Judiciário, ante à inafastabilidade do controle jurisdicional.

As decisões em processos administrativos exaradas pelo TADE devem conter a especificação dos fatos que constituam a infração apurada, com indicação de providências a serem tomadas para a cessação da conduta. Além disso, caso constatada infração à ordem econômica, podem prever a aplicação de penalidades para os representados. Estas, na grande maioria dos casos, consistem em multa pecuniária, mas também é possível a imposição de outras sanções.

3.3. COMPETÊNCIA PARA JULGAR AÇÕES QUE ENVOLVAM O CADE

O Recurso Extraordinário nº 627709 julgado pelo Supremo Tribunal Federal, sob relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, foi interposto pelo CADE “contra acórdão que entendeu que o critério de definição do foro competente para a ação ajuizada contra a autarquia federal recorrente é o mesmo atribuído à União pelo art. 109, § 2º, da Constituição Federal, que atribui ao autor a escolha dos locais de aforamento entre os indicados no mencionado preceito”⁴⁸.

O Tribunal, por maioria, negou provimento ao recurso da autarquia federal, decidindo, assim, que ao CADE se aplica a mesma regra de competência da União, prevista na Constituição Federal, qual seja, “as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal”.

Diante dessa decisão, as ações ajuizadas contra o CADE puderam passar a ser aforadas em qualquer localidade, a critério do autor, e não apenas no Distrito Federal, como antes ocorria.

48

Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7088876>

O referido acórdão data de 20/08/2014. Considerando que a presente pesquisa utilizou como referência os processos administrativos julgados nos anos de 2012 e 2013, o levantamento de dados realizado utilizou como base somente os processos ajuizados perante a Justiça Federal do Distrito Federal e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

3.4. APRESENTAÇÃO DE DADOS

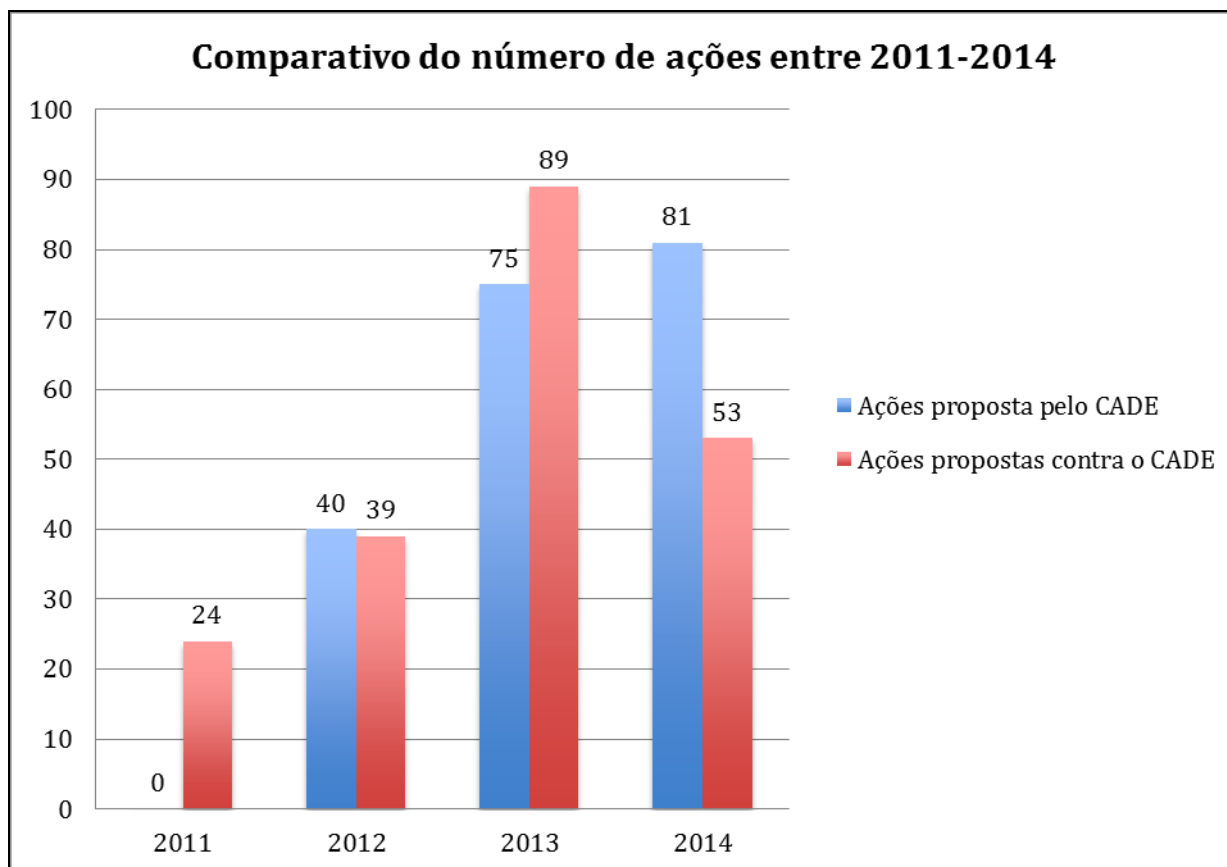
Para a elaboração da presente pesquisa, foi realizado um levantamento de dados acerca da repercussão no âmbito do Poder Judiciário das decisões administrativas condenatórias por infrações à ordem econômica. Ficam, portanto, excluídas desse levantamento as decisões referentes aos atos de concentração.

O objetivo da realização dessa coleta de dados é verificar o grau de influência do controle judicial das decisões administrativas condenatórias do CADE no comportamento dos agentes econômicos representados. Ou seja, constatar, com base nos números apurados, se o tratamento dado pelo Judiciário às questões concorrenciais ora discutidas pode mitigar a atividade repressiva da autarquia e, em última instância, motivar os agentes econômicos a burlar a legislação antitruste.

O presente levantamento de dados leva em consideração todas as decisões condenatórias por infrações à ordem econômica expedidas pelo CADE nos anos de 2012 e 2013. A partir dessas decisões, apurou-se quais e quantas delas foram posteriormente judicializadas. Foram analisadas, também, outras informações sobre os processos judiciais encontrados, como, por exemplo, índice de concessão de liminares.

Segundo dados obtidos junto à Procuradoria Federal do CADE, entre os anos de 2011 e 2014, foram propostas contra e pelo CADE o seguinte número de ações⁴⁹:

⁴⁹ Fonte: Relatório da Procuradoria Federal do CADE - Atividades da Coordenação-Geral do Contencioso Judicial – CGCJ



Os dados acima expostos levam em consideração ações propostas em todo território nacional, incluindo execuções fiscais, execuções de obrigações de fazer, buscas e apreensões, cumprimentos de sentença, exceções de incompetência, embargos à execução, ações ordinárias, ações cautelares, mandados de segurança, execuções de honorários advocatícios, embargos à execução e reclamações trabalhistas.

Este estudo monográfico considerou as ações propostas na área de competência geográfica do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e que tenham decorrido de processos administrativos julgados pelo CADE em 2012 e 2013. Resta, contudo, evidenciado no gráfico exposto, que, no que se refere à atividade contenciosa do CADE, não há um número expressivo de ações propostas a cada ano, o que decorre das poucas decisões condenatórias emitidas.

Não obstante, ainda que não representem uma grande quantidade de ações, estas, quando propostas contra a autarquia, são capazes de mitigar a atividade repressiva da mesma, dado o alto grau de sucesso na suspensão dos efeitos da decisão administrativa, o que será exposto nos próximos tópicos.

3.4.1. Controle judicial das decisões administrativas condenatórias por infração à ordem econômica no ano de 2012

No ano de 2012, consoante se extrai das atas das Seções Ordinárias de Julgamento publicadas no sítio eletrônico do CADE⁵⁰, foram julgados 14 (quatorze) processos administrativos, dos quais 12 (doze) foram arquivados e somente 2 (dois) resultaram em condenação para os representados.

No que tange aos processos administrativos em que houve condenação por infração à ordem econômica, o primeiro deles, o PA nº 08012.004702/2004-77, julgado na 514ª Sessão Ordinária de Julgamento, sob relatoria do Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, condenou uma empresa e sete pessoas físicas pela prática de cartel clássico.

Extrai-se do dispositivo:

Decisão: O Plenário, por unanimidade, considerou os representados como incurso em violação aos artigos 20, incisos I, II, III e IV e 21, incisos I, II, III, X, XII e XIII da Lei nº 8.884/84, pela prática de cartel clássico no mercado brasileiro de Peróxidos de Hidrogênio (H₂O₂) [...] o Plenário, por unanimidade, condenou-os ao recolhimento de multa, no prazo de 30 (trinta) dias, [...]. Adicionalmente, o Plenário, por unanimidade, determinou, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, a inscrição de representados no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor, a recomendação de não-concessão ou o cancelamento de benefícios e/ou incentivos fiscais ou subsídios públicos, e o envio de remessa de cópia dos autos e da decisão ao Ministério Público Federal, tanto junto ao CADE quanto em exercício no Estado de São Paulo, e ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

Com relação a este processo administrativo, foram encontradas sete ações judiciais em curso, na Justiça Federal do Distrito Federal e no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo uma ação cautelar inominada, um agravo de instrumento, um mandado de segurança e quatro ações ordinárias. Todos os processos visavam suspender a aplicação das penalidades impostas no processo administrativo e anular a decisão do CADE.

Destas, as ações de número 0003355-81.2013.4.01.3400, 0002399-65.2013.4.01.3400, 0017418-14.2013.4.01.3400 e 0002437-77.2013.4.01.3400, que, diante da ocorrência de conexão foram reunidos para julgamento simultâneo, obtiveram deferimento do pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela. Foi localizado, também, um agravo de instrumento decorrente do processo de nº 0003355-81.2013.4.01.3400. O recurso, interposto contra o CADE, foi autuado sob o nº 0035867-98.2014.4.01.0000 e ainda aguarda julgamento.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.cade.gov.br/Default.aspx?2316e434cd43d959ad9aadb995> (acesso em 28/05/2015)

O procedimento ordinário de nº 0017435-50.2013.4.01.3400 e o mandado de segurança de nº 0021895-17.2012.4.01.3400 também foram reunidas para julgamento conexo, entretanto o segundo foi extinto sem julgamento de mérito por desistência dos impetrantes, enquanto o segundo obteve deferimento do pedido liminar.

A decisão interlocutória prolatada nos autos da ação cautelar inominada de nº 0017418-14.2013.4.01.3400 assim dispõe:

Como já houve oferta de garantia do juízo mediante fianças bancárias equivalentes ao total das multas impostas, suspendo a exigibilidade de tais débitos constituídos contra os autores desta ação, determinando que a parte ré seja intimada da garantia ofertada e se abstenha de realizar cobranças ou registros cadastrais de caráter sancionador ou restritivo, enquanto perdurar a presente decisão judicial.

Das seis ações supracitadas que ainda aguardam julgamento, todas obtiveram sucesso nos pedidos de antecipação dos efeitos da tutela.

Já o segundo processo administrativo, autuado sob o número 08012.001099/1999-71, foi julgado na 515ª Sessão Ordinária de Julgamento. O relator, Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, votou no seguinte sentido:

O Plenário, por unanimidade, considerou a representada Comepla Indústria e Comércio Ltda como incurso em violação ao artigo 21, incisos IV, V e XII da Lei nº 8.884/94 e condenou-a, nos termos do voto do Conselheiro Relator, ao recolhimento de multa correspondente a 4% do seu faturamento e às seguintes sanções adicionais: i) publicação de extrato da decisão em jornal de grande circulação; ii) proibição de participar de licitação; iii) a inscrição do representado no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor; e iv) recomendação de não concessão de parcelamento de tributos federais e de concessão de incentivos fiscais ou subsídios públicos. Quanto aos representados Reprinco Indústria e Comércio Ltda e Queiroz & Sousa Comércio de Placas Automotivas Ltda, o Plenário, também por unanimidade, determinou o arquivamento do processo administrativo, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, bem como o envio de cópia do voto ao DETRAN/SP.

Quanto a este processo, não foi localizada nenhuma ação judicial em curso.

Em síntese, no ano de 2012, dos dois processos administrativos que impuseram sanções às partes por infração à ordem econômica, em relação à um deles não foram localizadas ações judiciais. No entanto, quanto ao outro, foram localizadas sete ações judiciais, das quais cinco obtiveram procedência do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

3.4.2. Controle judicial das decisões administrativas condenatórias por infração à ordem econômica no ano de 2013

No ano de 2013, também com base nas atas das Sessões Ordinárias de Julgamento, houve um expressivo aumento no número de processos administrativos julgados. Neste período, 69 (sessenta e nove) processos administrativos foram julgados, dos quais 16 (dezesesseis) foram arquivados, 21 (vinte e um) processos administrativos resultaram em condenação para os representados e em 32 (trinta e dois) foram celebrados Termo de Cessação de Conduta.

Os processos administrativos julgados pelo CADE em 2013 em que houve condenação por infração à ordem econômica foram os seguintes:

	Processo administrativo	Representada	Condenação	Processo Judicial
01	08012.001271/ 2001-44 (15ª SOJ)	Empresa do ramo da indústria de plásticos e borracha	O Plenário, por maioria, considerou a Representada como incurso em violação dos arts. 20 e 21, IV e V, ambos da Lei 8.884/94, e condenou-a ao pagamento de multa.	01 (um) Procedimento Ordinário ajuizado contra o CADE, autuado sob o nº 0019858-80.2013.4.01.3400.
02	08012.006923/ 2002-18 (16ª SOJ)	Associação Brasileira de Agências de Viagens do Rio de Janeiro - ABAV-RJ	O Plenário, por unanimidade, considerou a representada como incurso em violação ao artigo 20, I e IV c/c artigo 21, II da lei nº 8.884/94, determinou a cessação da prática e condenou-a ao pagamento de multa e outras penalidades.	Nenhum processo judicial localizado.

03	08012.010215/ 2007-96 (17ª SOJ)	Postos de Combustíveis de Caxias Do Sul - Rs	O Plenário, por unanimidade, considerou todos os representados incursos nos artigos 20, I, e 21, I e II, da Lei no 8.884/1994, e condenou-os ao pagamento de multa [...] e outras penalidades.	01 (um) Procedimento Ordinário ajuizado contra o CADE, autuado sob o nº 0025161-75.2013.4.01.3400
				15 (quinze) Execuções Fiscais ajuizadas pelo CADE.
04	08012.007301/2 000-38 08700.000547/2 008-95 (17ª SOJ)	Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado do Piauí - SINDIPETR O-PI e uma pessoa física.	O Plenário, por unanimidade, considerou os representados incursos no art. 21, inc. II, combinado com o art. 20, inc. I, da Lei no 8.884/94, e condenou-os ao pagamento de multa [...] e outras penalidades.	02 (duas) Execuções Fiscais ajuizadas pelo CADE.
05	08012.004472/2 000-12 (17ª SOJ)	Postos de Combustíveis de Bauru – SP e pessoas físicas.	O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação de parte dos Representados pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20 da Lei nº 8.884/1994 e no art. 36 da Lei nº 12.529/2011, com aplicação de multa.	Nenhum processo judicial localizado.

06	08012.001003/ 2000-41 (17ª SOJ)	Postos de Combustíveis de Londrina – PR e pessoas físicas.	O Plenário, por unanimidade, considerou parte dos representados incursos no art. 20, I, c/c art. 21, I e II, da Lei nº 8.884/94, e condenou-os ao pagamento de multa. [...] e outras penalidades.	03 (três) Procedimentos Ordinários ajuizados contra o CADE, autuados sob os números 0010889-08.2015.4.01.3400, 0076332-37.2014.4.01.3400, 0008344-62.2015.4.01.3400
				17 (dezessete) Execuções Fiscais ajuizadas pelo CADE.
07	08012.002959/ 1998-11 (17ª SOJ)	Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Amazonas (AMAZONPETRO) e duas pessoas físicas.	O Plenário, por unanimidade, considerou os representados incursos nos artigos 21, inc. II, combinado com o art. 20, inc. I, da Lei no 8.884/94, e condenou-os ao pagamento de multa, [...] e outras penalidades.	Nenhum processo judicial localizado.
08	08012.003745/ 2010-83 (18ª SOJ)	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD e outras associações e sociedades de	O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação de todos os representados, com fundamento nos artigos 20 e 21 da Lei no 8.884/94. O Plenário, por maioria, considerou todos os representados incursos nos	06 (seis) Procedimentos Ordinários ajuizados contra o CADE, autuados sob os números 0028897-04.2013.4.01.3400, 0027455-03.2013.4.01.3400,

		músicos e compositores.	artigos 20, I c/c o artigo 21, I, II e XXIV, da Lei no 8.884/1994, bem como considerou o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, incurso também nos artigos 20, I, II e IV c/c o artigo 21, IV e V, da Lei no 8.884/1994, e condenou-os ao pagamento de multa [...] e outras penalidades.	0028778-43.2013.4.01.3400, 0028779-28.2013.4.01.3400, 0027891-59.2013.4.01.3400, 0028849-45.2013.4.01.3400 E 01 (um) Agravo de Instrumento interposto contra o CADE, autuado sob o número 0045412-32.2013.4.01.0000
09	08012.004039/2001-68 (22ª SOJ)	Panificadoras da cidade de Sobradinho – DF e pessoas físicas.	O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados [pessoas físicas] pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, inc. I c/c art. 21, inc. II da Lei no 8.884/94 e dos demais Representados pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, inc. I, II, III e IV c/c art. 21, inc. I e II da Lei no 8.884/94. Pela prática de tal infração, os Representados, nos termos do art. 37, inc. I da Lei no 12.529/2011 e do	24 (vinte e quatro) Execuções Fiscais ajuizadas pelo CADE.

			art. 23, inc. III da Lei nº 8.884/94, foram condenados ao pagamento de multa.	
10	08012.004573/2 004-17 08012.007149/2 009-39 (24ª SOJ)	Postos de Combustíveis de Santa Maria – RS e pessoas físicas.	O Plenário, por unanimidade, determinou, em virtude da prática das infrações tipificadas no artigo 20, incisos I e III c/c artigo 21, incisos I, II e XXIV, ambos da Lei nº 8.884/94, a condenação dos Representados ao pagamento de multa.	Nenhum processo judicial localizado.
11	08012.007205/ 2009-35 (25ª SOJ)	Unimed Nordeste Goiano - Cooperativa de Trabalho Médico	O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação da Representada por infração à ordem econômica, prevista no artigo 20, incisos I, II e IV c/c artigo 21, incisos IV e V da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multa e outras penalidades.	Nenhum processo judicial localizado.
12	08012.011027/2 006-02 (27ª SOJ)	Companhias aéreas	O Plenário, com relação aos beneficiários da leniência, [...] determinou, por unanimidade, a aplicação de todos os benefícios previstos no Acordo de Leniência, e decretou a extinção da ação punitiva da administração pública nos	01 (um) Mandado de Segurança impetrado contra o CADE, autuado sob o nº 0011034-98.2014.4.01.3400

			termos da lei. Determinou, ainda, por unanimidade, a condenação dos demais Representados por crime contra a ordem econômica nos termos do artigo 20, inciso I e artigo 21, incisos, I e II da Lei nº 8.884/94, com a aplicação das seguintes multas: [...] e demais penalidades definidas no voto do Conselheiro Relator.	
13	08012.008224/ 1998-38 (27ª SOJ)	Companhias de seguro	O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo Administrativo em relação a: [...]; e determinou a condenação dos Sindicatos representados, pelas condutas incursas nos art. 20, inciso I, c/c art. 21, inciso II, ambos da Lei 8.884/94, impondo a cada um destes Representados, nos termos do art. 37, inc. I da Lei n. 12.529/2011 e do art. 23, inc. III da Lei 8.884/94, o pagamento de multa, bem como ao cumprimento das demais penalidades constantes do	Nenhum processo judicial localizado.

			voto.	
14	08012.005524/ 2010-40 (27ª SOJ)	Sindicato das Academias do Estado do Rio de Janeiro - SINDACAD/RJ e uma pessoa física.	O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados pela prática de infração à ordem econômica nos termos do art. 20, I c/c o art. 21, V e X da Lei 8.884/94, com aplicação das seguintes penas: pagamento de multa e outras penalidades.	01 (uma) Execução Fiscal ajuizada pelo CADE.
15	08012.011668/2 007-30 (31ª SOJ)	Postos de Combustíveis dos municípios de Londrina, Cambé, Ibiporã e Jataizinho, todos localizados no estado do Paraná e pessoas físicas.	O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação de parte dos Representados pela prática de infrações à ordem econômica previstas no art. 20, I, c/c art. 21, I e II, da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multas e das demais penalidades constantes do voto, tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora	02 (dois) Procedimentos Ordinários ajuizados contra o CADE, autuados sob os números 0047636-88.2014.4.01.3400 e 0081227-41.2014.4.01.3400 02 (duas) Execuções Fiscais ajuizadas pelo CADE.
16	08012.010576/ 2009-02 (32ª SOJ)	Unimed Cooperativa de Serviços de Saúde dos Vales do Taquari e Rio	O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação da Representada por infração à ordem econômica, prevista no artigo 20, incisos I, II e	02 (duas) Execuções Fiscais ajuizadas.

		Pardo Ltda.	IV c/c artigo 21, incisos IV e V da Lei nº 8.884/1994, com aplicação de multa e demais penalidades, nos termos do voto do Conselheiro Relator.	
17	08012.003874/ 2009-38 (33ª SOJ)	Sindicato dos Proprietários de Centros de Formação de Condutores de Minas Gerais – SIPROCFC/MG	O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação da Representada, por infração à ordem econômica, com fulcro no art. 20, inciso I, e no art. 21, inciso II, ambos da Lei 8.884/94, com a aplicação cumulativa de multa e demais penalidades.	02 (duas) Execuções Fiscais ajuizadas pelo CADE.
18	08012.012420/ 1999-61 (34ª SOJ)	Livrarias, Editoras e pessoas físicas.	O Plenário, por unanimidade determinou a condenação de parte dos Representados pela prática da infração prevista no art. 20, inc. I c/c art. 21, inc. V da Lei 8.884/94, com aplicação de multa.	Nenhum processo judicial localizado.
19	08012.001503/ 2006-79 (34ª SOJ)	Uniodonto de Lençóis Paulista	O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação da Representada por infração à ordem econômica, prevista no artigo 20, incisos I, II e IV c/c artigo 21, incisos IV e V da Lei nº 8.884/94, com	02 (duas) Execuções Fiscais ajuizadas.

			a aplicação cumulativa de multa e demais penalidades nos termos do voto do Conselheiro Relator.	
--	--	--	---	--

Decorrentes dos vinte e um processos administrativos por infração à ordem econômica julgados pelo CADE acima elencados, foram localizados 16 (dezesseis) processos judiciais nos quais o CADE figurou no polo passivo e 67 (sessenta e sete) Execuções Fiscais ajuizadas pela autarquia.

Verificou-se que, dentre estes:

- I. A parte condenada ajuizou ação contra o CADE perante a Justiça Federal do Distrito Federal ou Tribunal Regional Federal da 1ª Região: processos de itens 01, 03, 06, 08, 12, 15 da tabela.
- II. O CADE ajuizou Execução Fiscal para cobrança da multa aplicada no processo administrativo: processos de itens 03, 04, 06, 09, 14, 15, 16, 17, 19 da tabela.
- III. Não foram localizadas ações judiciais em curso: processos de itens 02, 05, 07, 10, 11, 13, 18 da tabela.

Dos processos em que a parte condenada administrativamente pelo CADE ajuizou ação perante a Justiça Federal, observa-se o seguinte:

	Processo Judicial	Objeto	Antecipação de tutela	Situação
01	Procedimento Ordinário nº 0019858-80.2013.4.01.3400	Declarar a inexistência de qualquer infração à lei antitruste bem como inaplicável qualquer sanção administrativa.	Deferida	Sentença procedente.
02	Procedimento Ordinário nº	Retirar quaisquer	Indeferida	Sentença

	0025161-75.2013.4.01.3400	inscrições negativas ao crédito dos autores junto ao SERASA, SPC, CADIN, Banco Central e cartório de protestos.		improcedente.
03	Procedimento Ordinário nº 0010889-08.2015.4.01.3400	Anular a decisão proferida no processo administrativo.	Aguardando decisão.	Aguardando julgamento.
04	Procedimento Ordinário nº 0076332-37.2014.4.01.3400	Declarar nulo o processo administrativo.	Deferida.	Aguardando julgamento.
05	Procedimento Ordinário nº 0008344-62.2015.4.01.3400	Anular a decisão proferida no processo administrativo.	Aguardando decisão.	Aguardando julgamento.
06	Procedimento Ordinário nº 0028897-04.2013.4.01.3400	Suspender o pagamento da multa aplicada pelo CADE	Deferida.	Parcialmente procedente.
07	Procedimento Ordinário nº 0027455-03.2013.4.01.3400	Suspender o pagamento da multa aplicada pelo CADE	Deferida.	Parcialmente procedente.
08	Procedimento Ordinário nº 0028778-43.2013.4.01.3400	Que seja anulada a decisão do CADE proferida no processo	Deferida.	Parcialmente procedente.

		administrativo, tornando-se sem efeito todas as penalidades aplicadas.		
09	Procedimento Ordinário nº 0028779-28.2013.4.01.3400	Suspender o pagamento da multa aplicada pelo CADE	Deferida.	Parcialmente procedente.
10	Procedimento Ordinário nº 0027891-59.2013.4.01.3400	Anular a decisão proferida no processo administrativo.	Deferida.	Parcialmente procedente.
11	Procedimento Ordinário nº 0028849-45.2013.4.01.3400	Suspensão da multa aplicada ao autor pelo CADE no processo administrativo.	Deferida.	Parcialmente procedente.
12	Agravo de Instrumento nº 0045412-32.2013.4.01.0000	Declarar nula a decisão do CADE.	Aguardando decisão.	Aguardando julgamento.
13	Mandado de Segurança nº 0011034-98.2014.4.01.3400	Suspender o trâmite do processo administrativo.	Indeferida.	Aguardando julgamento.
14	Procedimento Ordinário nº 0047636-88.2014.4.01.3400	Suspender a aplicação da penalidade imposta à autora no processo administrativo.	Indeferida.	Aguardando julgamento

15	Procedimento Ordinário nº 0081227-41.2014.4.01.3400	Anular a condenação imposta a requerente no processo administrativo em razão de vícios formais e materiais	Indeferida (decisão agravada)	Aguardando julgamento.
16	Agravo de Instrumento nº 0008625- 67.2014.4.01.0000/DF	Concessão de prazo de sete dias para manifestação acerca de parecer jurídico da ProCADE exarado nos autos do Processo Administrativo.	Deferida.	Aguardando julgamento.

Verifica-se que, embora os números totais de ações localizadas não sejam muito expressivos, há uma tendência de o Poder Judiciário conceder a antecipação dos efeitos da tutela e, quando indeferido, de tal pedido ser agravado pela parte. Estes fatos, por si só, indicam que as decisões do CADE podem ter seus efeitos postergados pela simples suspensão judicial, o que já provoca a mitigação da eficácia repressiva do órgão.

É necessário levar em consideração que, ainda que o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional prevaleça, sendo inviável conceber um sistema em que as decisões administrativas do órgão de defesa da concorrência sejam irrecorríveis e totalmente inatacáveis, é preciso que a autoridade antitruste possa atuar de forma eficaz no combate aos ilícitos contra a ordem econômica. Nesse sentido, se o Judiciário funcionar como um meio de os representados retardarem ou anularem as decisões da autarquia, obtendo facilmente provimentos a seu favor ainda que não possuam os requisitos necessários para tanto, isso servirá como um modo de incentivo às práticas anticompetitivas.

Resta verificado que, em muitos casos, os magistrados não levam em consideração a importância da atividade repressiva do órgão de defesa da concorrência, concedendo provimentos que suprimem o trabalho de manutenção da ordem econômica praticado pela Administração. Há de haver, portanto, maior zelo por parte do Poder Judiciário na análise das ações que visem anular as decisões do CADE, posto que, em última medida, será a sociedade que sofrerá os prejuízos com a impunidade de agentes econômicos que tenham praticado infrações concorrenciais.

4. A EFICÁCIA REPRESSIVA DAS DECISÕES DO CADE

Consoante exposto nos capítulos anteriores, o controle judicial das decisões do CADE decorre do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Cabe, contudo, investigar, através da análise de casos concretos, de que modo esse controle, quando exercido sem o rigor e o critério necessário, é capaz de provocar a supressão dos poderes repressivos da Administração no que se refere à manutenção da ordem econômica.

Tendo em mente que o Direito Antitruste possui especial relevância para a sociedade, a ineficácia das ferramentas de preservação da livre concorrência pode ocasionar graves consequências para consumidores e empresários. Sem ignorar que a autoridade de defesa da concorrência ainda necessita evoluir em termos estruturais, aprimorando os métodos de fiscalização das distorções comportamentais dos agentes econômicos, convém que o trabalho que vem sendo realizado pelo órgão não seja mitigado, o que serviria como incentivo ao descumprimento da legislação concorrencial.

4.1. O CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

4.1.1. Conceito de ato administrativo e natureza das decisões do CADE.

A doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua ato administrativo nos seguintes termos:

Declaração do Estado (ou de quem lhe faça as vezes – como, por exemplo, um concessionário de serviço público), no exercício das prerrogativas públicas,

manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional.⁵¹

Já Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ato administrativo é “[...] a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com a observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário”.⁵²

As decisões do CADE enquadram-se nesse conceito. Veja-se o que diz a professora Amanda Flávio de Oliveira sobre o tema:

Apesar das divergências verificadas na doutrina quanto ao conceito de ato administrativo, parece indiscutível que as decisões do CADE, enquanto proferidas por uma autarquia, no exercício de um poder concedido legalmente, devam assim ser entendidas.

Para que se possa caracterizar um ato jurídico como ato administrativo é dispensável que seja ele praticado pelos órgãos centrais da Administração Pública, podendo ser assim caracterizados os atos praticados pelas entidades autárquicas, componentes da Administração Pública Indireta.

Na medida que o CADE aprova ou não uma fusão de empresas ou estabelece uma multa em virtude de uma determinada conduta infrativa à ordem econômica adotada por uma empresa no mercado, está praticando ato administrativo, tanto pelo fato de emanar de uma entidade componente da Administração Pública Indireta Federal, quanto pela capacidade que tem esse ato de criar, reconhecer, modificar, resguardar ou extinguir relações jurídicas.

Hely Lopes Meirelles, em parecer⁵³ emitido sobre a condenação da Cia. Goodyear do Brasil pelo CADE, em 1976, por infração à Lei nº 4.137/1962, assim definiu as decisões da autoridade antitruste:

As decisões do CADE, concernentes a abuso do poder econômico, são de natureza administrativa jurisdicional, ou, em expressões mais técnicas, são decisões parajudiciais ou quase-judiciais. Isto significa que o CADE, mesmo quando delibera por seu colegiado, não pratica ato de jurisdição judicial, que, no nosso sistema constitucional, é privativa do Poder Judiciário. Pratica, sim, ato de jurisdição administrativa de sua específica competência, motivos e procedimentos estabelecidos na Lei nº 4.137/62 [...]. Mas a sua própria Lei institucional criou um sistema bipartido, em que a apuração e o julgamento dos abusos do poder econômico se fazem por via administrativa, e a execução dessa decisão, quando importar em intervenção na empresa, se opera por via judicial [...].

Essa separação das duas fases – do julgamento e da execução – acentua ainda mais o caráter administrativo da decisão do CADE, pois que na apuração dos fatos arguidos de infringentes da Lei nº 4.137/62, ele atua isoladamente, sem qualquer interferência do Poder Judiciário, até a prolação de seu julgamento. Mas, daí por diante, se

⁵¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 389

⁵² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 203.

⁵³ FRANCESCHINI, Jose Inacio Gonzaga; FRANCESCHINI, José Luiz Vicente de Azevedo. *Poder econômico: Exercício e abuso: direito antitruste brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

pretender efetivar a sanção interventiva, terá que requerê-la, por intermédio da Procuradoria da República, à Justiça Federal competente (arts. 48 e ss.). Como ato administrativo, embora de caráter parajudicial ou quase-judicial, a decisão do CADE fica sempre sujeita à revisão judicial, desde o momento em que é proferida e se torna capa de lesar direito do punido, visto que a Constituição da República impede que se exclua da apreciação do Poder Judiciário “qualquer lesão de direito individual” (art. 153, § 4º).

As decisões do CADE podem ser definidas, portanto, como atos administrativos de caráter parajudicial, posto que são praticados dentro de suas competências específicas, através de procedimento deliberativo previsto em lei, mas que, para sua execução, dependem do Poder Judiciário.

4.1.2. Vinculação e discricionariedade das decisões do CADE enquanto atos administrativos

Nesse diapasão, exsurge a necessidade de diferenciar os atos administrativos discricionários dos vinculados. Essa distinção possui especial relevância para o presente trabalho, pois é a partir da reflexão sobre o grau de discricionariedade das decisões do CADE que se poderá avaliar os limites do controle praticado pelo Poder Judiciário.

Extrai-se da doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello:

No interior das fronteiras decorrentes da dicção legal é que se pode vicejar a liberdade administrativa.

A lei, todavia, em certos casos, regula dada situação em termos tais que não resta para o administrador margem alguma de liberdade, posto que a norma a ser implementada prefigura antecipadamente com rigor e objetividade absolutos os pressupostos requeridos para a prática do ato e o conteúdo que este obrigatoriamente deverá ter uma vez ocorrida a hipótese legalmente prevista. Nestes casos, diz-se que há vinculação e, de conseqüente, que o ato a ser expedido é vinculado.

Reversamente, fala-se em discricionariedade quando a disciplina legal faz remanescer em proveito e a cargo do administrador uma certa esfera de liberdade, perante o quê caber-lhe-á preencher com seu juízo subjetivo, pessoal, o campo de indeterminação normativa, a fim de satisfazer no caso concreto a finalidade da lei.⁵⁴

Sobre o conceito de discricionariedade, leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Sob o ponto de vista prático, a discricionariedade justifica-se, quer para evitar o automatismo que ocorreria fatalmente se os agentes não tivessem senão que aplicar rigorosamente as normas preestabelecidas, quer para suprir a impossibilidade em que se encontra o legislador de prever todas as situações que o administrador terá de enfrentar. Isto sem falar que a discricionariedade é indispensável para permitir o poder de iniciativa da Administração, necessário para atender às infinitas, complexas e sempre crescentes necessidades coletivas. A dinâmica do interesse público exige

⁵⁴ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 977.

flexibilidade de atuação com a qual pode revelar-se incompatível o moroso procedimento de elaboração das leis.⁵⁵

Assim consignado, resta verificar se as decisões prolatadas pelo Tribunal Administrativo de Defesa Econômica são atos vinculados ou discricionários. Na opinião de Eduardo Talamini, só há discricionariedade quando o agente público, após “proceder à atuação interpretativa e integrativa mais rigorosa possível” e buscar a “solução ótima”, ainda encontrar mais de uma solução que se enquadre na moldura legal.

Prossegue o referido autor:

Na atividade de verificação da ocorrência de possíveis infrações da ordem econômica não há discricionariedade, considerando tudo o que se vem de dizer. Incumbe ao CADE rigorosamente verificar se a prática adotada pelo representado enquadra-se ou não nos tipos legais das infrações administrativas contra a ordem econômica. Nessa atividade de subsunção de fatos (as práticas efetivamente adotadas) às normas (as descrições legais das infrações) não se põe nenhum juízo de conveniência ou oportunidade por parte do CADE. Não se ignora que a grande maioria dessas infrações está descrita através de “conceitos indeterminados” ou “vagos” (v. os arts. 20 e 21). Ou seja, o legislador adotou fórmulas genéricas cuja exata definição do sentido exige do aplicador a consideração das circunstâncias concretas. Então, essa atividade de concreta determinação do “conceito vago” envolve certa “liberdade” do administrador-julgador, a qual será exercitada levando-se em conta as “máximas da experiência”, as práticas empresariais, os valores reinantes na comunidade e assim por diante. Mas, nela, não há discricionariedade. Estando o “conceito vago” na hipótese de incidência da norma (a descrição da infração), terão de ser identificados, concreta e precisamente, que fatos a ela se subsumem. E, operada essa identificação, não sobrará margem de liberdade para o aplicador: ou o fato se enquadra na hipótese de incidência normativa, e impõe-se a atuação da norma; ou o fato não corresponde ao previsto no modelo normativo, e a norma não estará incidindo. Enfim, ou a norma incide, ou não. Não há espaço para exame de oportunidade e conveniência quanto a isso.⁵⁶

No entender de Hely Lopes Meirelles, no mesmo sentido, não há discricionariedade nos atos administrativos praticados pelo CADE. Destaca o autor:

As decisões do CADE são atos vinculados, e não discricionários como podem parecer à primeira vista. Basta que se confrontem esses dois conceitos para surgir nítida essa característica: atos vinculados ou regrados – já os definimos em estudo anterior – são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização; atos discricionários são os que a Administração pode praticar com liberdade de escolha de seu conteúdo, de seu destinatário, de sua conveniência, de sua oportunidade e do modo de sua realização [...]. No caso em exame, revela-se a toda evidência que a conduta do CADE na repressão ao abuso do poder econômico, é inteiramente vinculada à Lei nº 4.137/62, pois esta norma legal define todos os casos de infração [...], estabelece as respectivas sanções [...], fixa os conceitos básicos concernentes às empresas [...], delimita rigidamente a

⁵⁵ OLIVEIRA, Amanda Flávio de. *O Direito da Concorrência e o Poder Judiciário*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 63.

⁵⁶ TALAMINI, Eduardo. *Efetivação judicial das decisões e compromissos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (Lei Federal nº 8.884/94) in Procedimentos Especiais Cíveis – Legislação Extravagante*. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 1.227.

competência do órgão apurador das infrações [...] e dispõe minuciosamente sobre o necessário processo administrativo e seu julgamento [...].⁵⁷

Celso Neves, em parecer sobre o mesmo caso analisado por Hely Lopes Meirelles, referente à condenação da Cia. Goodyear do Brasil pelo CADE, em 1976, por infração à Lei nº 4.137/1962, assim dispôs:

Naquilo que se refere ao interesse restrito da Administração, em que são admitidos atos tipicamente discricionários, é possível sustentar-se a exclusividade das atribuições do Poder Executivo. Todavia, onde sua atuação toque, de leve que seja, a esfera de qualquer direito individual, já aí a interferência do Judiciário é curial, dependendo, apenas, de provocação do interessado, em face do caráter dispositivo do processo civil.

As decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – lembram Nelson de Azevedo Branco e Celso de Albuquerque Barreto – “ficam sujeitas a revisão, por parte do Poder Judiciário, ao qual caberá o exame da legalidade extrínseca e intrínseca dos atos administrativos praticados pelo CADE e a execução da lei antitruste, até mesmo porque, em nosso sistema constitucional não pode a Administração Pública exercer atividade formalmente jurisdicional, que é privativa dos órgãos do Poder Judiciário [...].⁵⁸

Os autores supracitados entendem que as decisões do CADE, enquanto atos administrativos parajudiciais, possuem caráter vinculado, ou seja, não haveria esfera de discricionariedade na aplicação da legislação concorrencial pela autoridade de defesa da concorrência. O controle exercido pelo Poder Judiciário seria, portanto, amplo e irrestrito.

Questiona-se, contudo, esse argumento. Ainda que não se possa afastar da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direito, por força do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e também em razão da unidade de jurisdição, consagrada constitucionalmente, é preciso reconhecer que as decisões prolatadas pelo CADE possuem, em alguns pontos, caráter discricionário.

Eduardo Talamini, embora defenda que as decisões do CADE constituem atos administrativos vinculados, chama atenção para uma questão que provoca divergência entre os doutrinadores: haveria discricionariedade administrativa na aplicação concreta de conceitos vagos?

Traz-se à baila a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, referindo-se à Afonso Rodrigues Queiró:

A lei, como ressalta o alumiado autor, remete-se a fatos, a situações, pertinentes ao mundo da natureza ou da cultura, da causalidade ou do valor. Os conceitos de que faz uso dizem, portanto, com uma ou com outra destas realidades.

⁵⁷ FRANCESCHINI, Jose Inacio Gonzaga; FRANCESCHINI, José Luiz Vicente de Azevedo. *Poder econômico: Exercício e abuso: direito antitruste brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

⁵⁸ FRANCESCHINI, Jose Inacio Gonzaga; FRANCESCHINI, José Luiz Vicente de Azevedo. *Poder econômico: Exercício e abuso: direito antitruste brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985. p. 581.

Aqueles determináveis no plano das ciências que se embasam no valor teórico verdade são unissignificativos. Já, os conceitos atinentes ao mundo da razão prática, da sensibilidade, são plurissignificativos. Ressentem-se de certa fluidez, de alguma incerteza.

Pois, como a lei não se pode correr de manipular conceitos destas duas ordens, ora traz em si delimitações rigorosas, objetivas, inconfundíveis, ora abriga em seu bojo a indeterminação, a fluidez dos conceitos práticos.

A discricionariedade assistiria precisamente neste último campo, ao passo que a vinculação teria residência no primeiro.⁵⁹

É preciso, pois, levar-se em conta a existência na legislação em geral e, especificamente, também no diploma concorrencial pátrio, de conceitos fluidos que, consoante o supracitado autor, pertencem ao mundo da razão prática.

Sobre conceitos jurídicos indeterminados, escreve José dos Santos Carvalho Filho:

Conceitos jurídicos indeterminados são termos ou expressões contidos em normas jurídicas que, por não terem exatidão em seu sentido, permitem que o intérprete ou o aplicador possam atribuir certo significado mutável em função da valoração que se proceda diante dos pressupostos da norma. É o que sucede com expressões do tipo “ordem pública”, “bons costumes”, “interesse público”, “segurança nacional” e outras do gênero. Em palavras diversas, referidos conceitos são aqueles “cujo âmbito se apresenta em medida apreciável incerto, encerrando apenas uma definição ambígua dos pressupostos a que o legislador conecta certo efeito de direito”.⁶⁰

Nesse aspecto, é possível questionar se a Lei nº 12.529/2011 possui termos ou expressões aos quais se poderiam definir como conceitos vagos, fluidos ou indeterminados. Havendo, caberia ao administrador (o Conselheiro do CADE, na hipótese), através da razão prática, realizar juízo de oportunidade e conveniência, buscando a opção ótima com base no interesse público.

O presente trabalho, contudo, não pretende elencar em que pontos a legislação antitruste brasileira possui ou não algum nível de indeterminação nos conceitos jurídicos utilizados na descrição das condutas infrativas à ordem econômica. Inclusive porque entende-se que esse não é um requisito para a atuação discricionária do administrador.

Leciona o retrocitado autor:

A discricionariedade não pressupõe imprecisão de sentido, como ocorre nos conceitos jurídicos indeterminados, mas, ao contrário, espelha a situação jurídica diante da qual o administrador pode optar por uma dentre várias condutas lícitas e possíveis. Aqui é a própria norma que, ao ser criada, oferece ao aplicador a oportunidade de fazer a subsunção do fato à hipótese normativa mediante processo de escolha, considerando necessariamente o fim a que se destina a norma. Não é,

⁵⁹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 982.

⁶⁰ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 55.

portanto, uma opção absolutamente livre, visto que tem como parâmetro de legitimidade o objetivo colimado pela norma. A fisionomia jurídica da discricionariedade comporta três elementos: (1) norma de previsão aberta que exija complemento de aplicação; (2) margem de livre decisão, quanto à conveniência e oportunidade da conduta administrativa; (3) ponderação valorativa de interesses concorrentes, com prevalência do que melhor atender ao fim da norma.⁶¹

Ainda que não se esteja aqui falando em definir se este ou aquele termo presente na Lei nº 12.529/2011 trata-se ou não de um conceito vago ou indeterminado, é possível estabelecer, de modo geral, que no que se refere à definição objetiva e ao enquadramento no tipo legal de determinada conduta que se apura em processo administrativo, está-se diante de ato vinculado.

Todavia, no que se refere à análise econômica praticada pela autoridade antitruste, com a finalidade de verificar (i) se a conduta possuía racionalidade econômica, (ii) se provocou algum dos efeitos descritos nos incisos do artigo 36 e, nesse caso, (iii) se esse efeito, em conflito com potenciais vantagens (em termos de eficiência alocativa, por exemplo) provocou benefícios ao sistema concorrencial que possam anular os possíveis prejuízos provocados, entende-se que tais atos são discricionários e, portanto, não devem ser reavaliados pelo Poder Judiciário.

4.1.3. A especialidade da matéria concorrencial e a liberdade de atuação do CADE

Há que se considerar que o CADE é um órgão da Administração Pública Indireta, cujo objetivo é a manutenção da ordem econômica. É, portanto, um ente político. Ainda que esteja adstrito à norma concorrencial, a autoridade antitruste deve atuar na persecução do interesse público, cujo conceito está diretamente relacionado a diversas variáveis sociais e políticas.

É inerente à atividade do órgão de defesa da concorrência a realização de uma análise que leve em consideração o cenário econômico e social do país para a melhor aplicação da norma concorrencial, tanto em casos em que se aplica a disciplina das estruturas quanto em casos em que se aplica a disciplina das condutas. A busca pela “solução ótima”, então, está intimamente relacionada com soluções políticas.

Não parece, pois, que a autoridade concorrencial estaria exercendo a sua atividade de manutenção da ordem econômica na máxima potencialidade se estivesse

⁶¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 56.

absolutamente adstrita à letra da lei, sem qualquer possibilidade interpretativa no que se refere à finalidade da legislação pertinente. Não parece sequer possível que isso possa ocorrer, pois pode-se dizer que próprio conceito de “ordem econômica” possui certo nível de indeterminação, a depender do contexto político em que se insere.

Nos dizeres de Celso Antônio Bandeira de Mello:

Se a lei, nos casos de discricção, comporta medidas diferentes, só pode ser porque pretende que se dê uma certa solução para um dado tipo de casos e outra solução para outra espécie de casos, de modo que sempre seja adotada a solução pertinente, adequada à fisionomia própria de cada situação, a fim de que seja atendida a finalidade da regra em cujo nome é praticado o ato.⁶²

Frise-se, novamente, que não é a pretensão do presente trabalho avaliar, ponto por ponto, onde a lei antitruste abre margem para interpretação discricionária e onde não abre. Mas sim defender que o órgão de defesa da concorrência, em face do caráter extremamente especializado de suas atribuições, possui liberdade para atuar dentro de uma margem legal que permite a adoção de diferentes soluções para cada caso concreto, sempre com vistas ao interesse público.

É claro, também, que não se está defendendo a atuação irrestrita do CADE, especialmente no que tange às condutas vedadas pela lei de defesa da concorrência. Há, aí, uma moldura legal que deve ser minuciosamente respeitada, no que se refere à definição da prática combatida e seu enquadramento em alguma das hipóteses legais. Caso não houvesse, não se estaria falando em Estado Democrático de Direito, pois para que a parte possa exercer o seu direito de defesa é necessário que haja extrema clareza na definição da conduta tida como ilícita.

Não obstante, o § 3º do artigo 36 da Lei 12.529/2011 possui rol meramente exemplificativo, o que está expresso na dicção do texto legal, que dispõe que “as seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica” (grifou-se). Portanto, há condutas que não estão descritas na legislação concorrencial e que podem constituir infração da ordem econômica.

Os próprios incisos do artigo 36, que elencam quais os efeitos dos atos que se consideram como infrações à ordem econômica, possuem certo grau de fluidez. Veja-se o inciso primeiro, que define como ilícito o ato que “limitar, falsear ou de qualquer forma

⁶² MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 979.

prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa” (grifou-se). É inegável que, em maior ou menor grau, o texto legal é impreciso e confere ao aplicador margem de liberdade na definição da forma do ato que se pretenda coibir e na configuração do prejuízo ou não à livre concorrência.

É possível concluir, ainda que não se queira adentrar pormenorizadamente na discussão sobre a existência ou não de termos vagos na Lei nº 12.529/2011, que a natureza do órgão antitruste pressupõe um certo grau de liberdade na atuação da Administração no que se refere à opção sobre qual a melhor solução no caso concreto, que contemple a finalidade da lei de defesa da concorrência, qual seja, a manutenção da ordem econômica.

Sendo assim, defende-se que a autoridade antitruste possui obrigação de definir precisamente a conduta do representado que considera ilícita e, também, enquadrá-la em alguma das hipóteses específicas elencadas pela legislação concorrencial, sendo estes atos administrativos vinculados. Mas que, além disso, há liberdade e discricionariedade para definir se essa conduta possui racionalidade econômica e se os efeitos desse ato poderiam, ao menos potencialmente, configurar a apontada infração à ordem econômica.

É perceptível que o Poder Judiciário, no entanto, ignora que existem aspectos das decisões do CADE que não devem ser revistas. Além de tratar de matéria tecnicamente específica, para a qual o Judiciário não possui o instrumental necessário para avaliar, as decisões do CADE representam uma escolha da Administração, fundamentadas na teoria econômica mais adequada para atingir a finalidade da lei de concorrência.

Estudo realizado em 2009 pelo CADE em parceria com a Sociedade Brasileira de Direito Público e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, verificou a forte tendência demonstrada nos Tribunais de adentrar o mérito das decisões da autarquia concorrencial.

De um modo geral, cumpre ainda destacar que a tecnicidade das decisões do CADE não constituiu um argumento considerado de plano pelo Poder Judiciário para afastar a análise do mérito da decisão administrativa. Em um número bastante reduzido de casos, argumentou-se no sentido de ser a decisão administrativa estritamente discricionária, não sendo possível a sua modificação judicial. Este posicionamento não se consolidou, uma vez que se verificou que a revisão judicial justamente das mesmas questões discutidas nos casos em que esse argumento prevaleceu.

Mesmo nos casos em que se manteve a decisão do CADE em sua integralidade, foi possível identificar uma forte tendência à análise da motivação externada no processo de tomada da decisão por meio dos votos dos Conselheiros do CADE, sendo possível notar, inclusive, o reexame judicial de questões econômicas, com base nos estudos realizados pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e mesmo na aplicabilidade em abstrato das normas antitruste.

Em suma, é possível afirmar, com base nos casos concretos analisados, que os tribunais não têm procurado impor quaisquer limites ou restrições ao exercício do

controle judicial sobre as decisões do CADE, rejeitando a ideia de que o mérito dessas decisões não estaria sujeito à revisão por parte do Poder Judiciário. Nesse sentido, os tribunais, direta ou indiretamente, acabam por afastar o argumento de que a atuação do CADE se daria em bases discricionárias e revestidas de tecnicidade, o que mitigaria as possibilidades e limites do controle judicial que se pretenda exercer sobre suas decisões.⁶³

Concluiu-se neste estudo que os magistrados possuem tendência a realizar a reanálise do mérito das decisões da autarquia concorrencial. É forçoso reconhecer que esta prática esvazia a relevância do órgão de defesa da concorrência. Caso se entenda que os Tribunais possuem competência para analisar questões próprias da atividade de defesa da concorrência para as quais o CADE tem prerrogativa, é de se discutir até mesmo qual seria a necessidade de manter uma autarquia com esse propósito.

Se a autoridade concorrencial fosse impedida de realizar juízo de oportunidade e conveniência no que se refere à análise econômica dos atos tidos como infrativos à legislação concorrencial, estaria sendo impedida de praticar a sua finalidade própria por excelência e não haveria sequer motivo para que existisse. Referidas limitações poderiam causar danos não só para a sociedade, como também para os próprios representados.

A título de exemplo, veja-se o caso clássico da conduta de fixação de preços predatórios, elencado no inciso XV do § 3º do artigo 36 da Lei 12.529/2012, *in verbis*: “vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo”. Muito se discute a respeito da possibilidade de a referida conduta efetivamente provocar algum tipo de dano aos concorrentes (já que, para os consumidores, a oferta de produtos a baixos custos somente representa uma vantagem).

Alguns autores entendem que, no que se refere à prática de preço predatório, o agente econômico ofertaria produtos abaixo do preço de custo durante algum tempo até eliminar os concorrentes e conquistar poder de mercado. No entanto, a racionalidade dessa conduta pode ser questionada. No caso *Matsushita Electric Industrial Co. vs Zenith Radio Corp.*, julgado pela Suprema Corte dos Estados Unidos em 1986, a questão foi devidamente analisada pelo Juiz Powell.

Extrai-se do referido voto:

A predatory pricing conspiracy is by nature speculative. Any agreement to price below the competitive level requires the conspirators to forgo profits that free competition would offer them. The forgone profits may be considered an investment in the future. For the investment to be rational, the conspirators must have a reasonable expectation of recovering, in the form of later monopoly profits, more

⁶³ ALMEIDA, Fabricio Antonio Cardim de (coord.). *Revisão Judicial das Decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

than the losses suffered. The success of such schemes is inherently uncertain: the short-run loss is definite, but the long-run gain depends on successfully neutralizing the competition.

O magistrado ressalta a preocupação de que um precedente contrário a um certo tipo de comportamento no que se refere à preços possa provocar o indesejável efeito de desencorajar a legítima competição entre os concorrentes, onde cortes nos preços de oferta a fim de incrementar os negócios são a própria essência da competição.

Mais adiante, acerca dessa preocupação, o Juiz Powell assim dispõe:

In most cases, this concern must be balanced against the desire that illegal conspiracies be identified and punished. That balance is, however, unusually one-sided in cases such as this one. As we earlier explained, predatory pricing schemes require conspirators to suffer losses in order eventually to realize their illegal gains; moreover, the gains depend on a host of uncertainties, making such schemes more likely to fail than to succeed. These economic realities tend to make predatory pricing conspiracies self-detering: unlike most other conduct that violates the antitrust laws, failde predatory pricing schemes are costly to the conspirators. Finally, unlike predatory pricing by a single firm, successful predatory pricing conspiracies involving a large number of firms can be identified and punished once they succeed, since some form of minimum price-fixing agrément would be necessary in order to reap the benefits of predation. Thus, there is little reason to be concerned that by granting summary judgment in cases where the evidence of conspiracy is speculative or ambiguous, courts will encourage such conspiracies.

Dessarte, após o enquadramento da conduta no tipo legal, o que é relativamente fácil de ser identificado, faz-se necessário que a autoridade concorrencial proceda uma minuciosa análise do caso concreto, a fim de verificar a ocorrência de algum dos efeitos descritos no artigo 36, como por exemplo a dominação de mercado relevante ou prejuízos à livre concorrência.

Conforme descrito no caso julgado pela Suprema Corte dos Estados Unidos, a conduta ora analisada muito dificilmente seria capaz de provocar algum dos efeitos tidos como prejudiciais à ordem econômica, muito embora, *per se*, seja ilícita aos olhos da lei. Assim, faz-se necessário que a autoridade concorrencial realize uma análise econômica aprofundada do caso concreto, a fim de verificar, na prática, as consequências para o ambiente concorrencial dos atos praticados pelo agente econômico.

Em um segundo momento, é possível ainda argumentar que, mesmo que a conduta praticada tenha provocado, por exemplo, prejuízos a um concorrente, ela trouxe uma série de benefícios para os consumidores. Trata-se de verdadeiro conflito de valores, para os quais somente a autoridade especializada pode dar a solução que atenda de melhor modo a finalidade da lei.

De modo geral, o Direito da Concorrência é permeado por esses conflitos. Esse é justamente o princípio da Escola de Chicago, no sentido de que, se uma conduta pode ser explicada em termos de eficiência alocativa, ainda que em certa medida seja contrária à determinados preceitos legais, ela pode ser englobada pelo sistema concorrencial, em face de seus benefícios intrínsecos.

Define o professor José Carlos Paz, sobre o controle judicial praticado na União Europeia:

Judicial review needs to strike the right balance between improving courts' scrutiny and leaving the competition authority the necessary room to shape and implement competition policy. On the one hand, European courts must carry out a comprehensive review of the Commission's decisions, extending to the inextricably linked factors of the law, the facts and their appraisal (Article 263 TFEU). The reason being that what is at stake is not just the control of legality of the Commission's decisions, but also the protection of the citizen's rights. However, on the one hand, we cannot forget that judicial review and competition law enforcement are different functions. The legal framework entrusts the European Commission, rather than the courts, with the task of implementing competition policy. This raises some limits for judicial review.⁶⁴

O referido autor prossegue estabelecendo que, de acordo com o artigo 263 do TFEU, as Cortes Europeias estão habilitadas a anular as decisões da Comissão, mas não a se pronunciar sobre o mérito das mesmas, posto que o Judiciário não deve realizar análises econômicas ou tomar decisões administrativas. Ainda, dispõe que o âmbito de discricionariedade das decisões só pode ser atingido na hipótese de contrariar o enquadramento legal pertinente, mas que as Cortes não podem se pronunciar nesse aspecto nem substituir a decisão da Comissão pela sua.

Entende-se que este é o paradigma ideal para a realidade brasileira. Há que se convir que a total eliminação do espaço de liberdade de atuação da autoridade antitruste pode levar à tomada de decisões que não atendam de modo mais imediato ao interesse público. É necessário que se reconheça a supremacia do órgão especializado no que se refere à avaliação das melhores soluções, nos termos de lei de defesa da concorrência, para cada caso concreto.

Nesse sentido, o Poder Judiciário pode atuar como mitigador da eficiência da atividade repressiva de autoridade concorrencial, ao substituir ou anular as decisões do CADE. Imperioso, portanto, que os magistrados reconheçam os limites do controle que por si deve ser exercido, para que não se esvazie a utilidade da existência de uma autarquia volta à manutenção da ordem econômica.

⁶⁴ PAZ, José Carlos Laguna de. *Understanding the limits of judicial review in European competition law*. Journal of Antitrust Enforcement, Vol. 2, nº 1 (2014).

4.2. O CONTROLE JURISDICIONAL E O ENFRAQUECIMENTO DA ATUAÇÃO REPRESSIVA DO CADE

Ainda que no ordenamento jurídico brasileiro prevaleça o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, de modo que não é possível impedir que os representados e eventualmente condenados em processos administrativos submetam tais questões à apreciação do Poder Judiciário, é necessário avaliar de que forma este controle pode influenciar a atividade de controle e regulação exercida pelo Poder Executivo.

No que tange a manutenção da ordem econômica realizada pelo Estado, por meio de autarquia especializada, que conta com orçamento próprio e independência funcional, os impactos causados pelo controle jurisdicional podem provocar a mitigação de sua atividade repressiva, como pode ser demonstrado por meio dos dados expostos no segundo capítulo deste trabalho.

Ab initio, é necessário tecer alguns breves comentários sobre a estrutura do CADE e a efetividade da repressão às infrações contra a ordem econômica. Ainda que a autoridade concorrencial brasileira tenha experimentado expressivos avanços nas últimas décadas, alçando-se a um posto de destaque no cenário internacional, este crescimento é muito recente e o órgão ainda possui certas deficiências estruturais.

Atualmente, o CADE não possui capacidade, em termos orçamentários e de pessoal, de realizar um acompanhamento intensivo do cenário econômico nacional, verificando distorções no mercado e dando início, de ofício, a inquéritos administrativos e posteriores processos administrativos. Para se ter ideia, o Departamento de Estudos Econômicos conta com uma equipe bastante reduzida, sendo composto por um Economista-Chefe, um Economista-Chefe Adjunto, dois coordenadores e uma equipe técnica composta por poucos funcionários, formados em ciências econômicas. Desse modo, a grande maioria dos inquéritos e processos administrativos decorre de representações encaminhadas por interessados.

Além disso, o Brasil ainda não desenvolveu uma cultura concorrencial no contexto da sociedade e dos consumidores, de modo que a maioria das representações é formulada por concorrentes prejudicados por alguma suposta infração. Seria importante que os consumidores também fossem estimulados a representar contra empresas que estejam

praticando algum tipo de ilícito. Nesse aspecto, o Ministério Público possui papel crucial, o que será debatido posteriormente.

O fato de a legislação antitruste ter se desenvolvido de maneira paulatina impediu o desenvolvimento de uma cultura concorrencial não só entre os consumidores, mas também no meio empresarial brasileiro, que durante muito tempo manteve-se ignorante – ou preferiu ignorar – às regras de conduta na relação entre os concorrentes. Mormente porque, até certa época, praticamente não havia consequências para os abusos de posição dominante, colusões e demais infrações.

Os processos julgados no CADE dificilmente geravam uma condenação para os representados. Nas palavras de Moniz Bandeira, sobre o período de vigência da Lei 4.137/62, “não obstante as provas coletadas, na totalidade dos processos levados a julgamento até então, o denunciado havia sido absolvido, na maioria das vezes por ausência de provas”.⁶⁵

Ademais, desde a gênese da política concorrencial no Brasil, o Judiciário atuou de maneira bastante decisiva para o descrédito do empresariado em relação às consequências da adoção de práticas anticoncorrenciais, haja vista a facilidade com que as decisões da autoridade concorrencial eram suspensas ou anuladas.

Descreve Paula Forgioni:

Ao contrário do que se possa pensar, não é insignificante o número de averiguações preliminares que se fez proceder durante a vigência da Lei 4.137, de 1962. Não obstante, até o ano de 1975, apenas onze processos administrativos haviam sido julgados pelo CADE, e em apenas um a prática foi considerada abuso de poder econômico.

Um dos principais problemas enfrentados na concretização das disposições da Lei 4.137 pelo CADE derivou da atuação do Poder Judiciário, agindo para salvaguarda das garantias individuais dos cidadãos, constitucionalmente asseguradas. A grande maioria das decisões do Conselho acabou por ter seus efeitos suspensos em decorrência de mandados de segurança impetrados pelas empresas condenadas na esfera administrativa⁶⁶.

Prossegue a autora:

Em virtude dessa aplicação bastante diluída e quase ineficaz, o CADE passa a ser visto pelo empresariado (e mesmo pela população) como órgão inoperante ou que, se fazia algo, não era de muito relevo. Alguns viram nessa imagem o reflexo do desarmamento da atuação do CADE, levado a efeito pela política econômica que era

⁶⁵ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 117.

⁶⁶ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 117.

então adotada, incentivadora, sobretudo, das fusões e incorporações e da criação de grandes empresas e conglomerados nacionais⁶⁷.

Aparte as notáveis transformações nesse cenário, especialmente após a consolidação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, com a Lei 8.884/94, o CADE ainda padece, em certo grau, dos mesmos problemas outrora observados. Nesse diapasão, é possível afirmar que, em termos de defesa da concorrência, o Brasil ainda vive um processo de fortalecimento e estabilização das estruturas voltadas à manutenção da ordem econômica.

4.2.1. Análise de dados à luz dos casos concretos

A título de exemplo, observe-se um dos processos julgados pelo CADE em 2012, objeto do levantamento de dados realizado para a presente pesquisa. Muito embora, em relação ao processo administrativo nº 08012.001099/1999-71, não se tenham localizado quaisquer ações judiciais decorrentes, foi possível verificar algo bastante relevante no que se refere à efetividade da ação repressiva da autoridade antitruste.

O processo administrativo supracitado apurou a infração de discriminação de preços e serviços no mercado de placas automotivas, serviços de emplacamento e lacração de veículos na cidade de São Paulo e região metropolitana. A denúncia foi apresentada em 16 de dezembro de 1998, por uma empresa do ramo de placas automotivas contra três representadas, contratadas do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN/SP. O referido processo foi instaurado em 21 de novembro de 2000⁶⁸.

Após a realização de todos os procedimentos pertinentes, sendo oportunizado contraditório e ampla defesa às empresas representadas, o processo administrativo foi encaminhado ao CADE somente em 27 de maio de 2011. Ou seja, após a realização da denúncia em 1998, foram necessários treze anos para que o processo fosse recebido no CADE e mais um ano para que fosse julgado, totalizando quatorze anos.

É evidente que uma infração que levou quatorze anos para ser apurada, julgada e condenada administrativamente, provocou imensos danos durante o decurso desse lapso temporal. Diante do atraso na aplicação da lei em casos como este, é de se pensar inclusive

⁶⁷ FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 118.

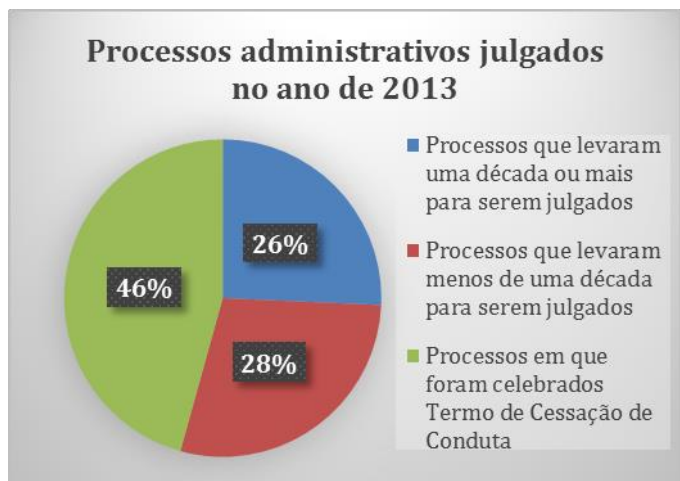
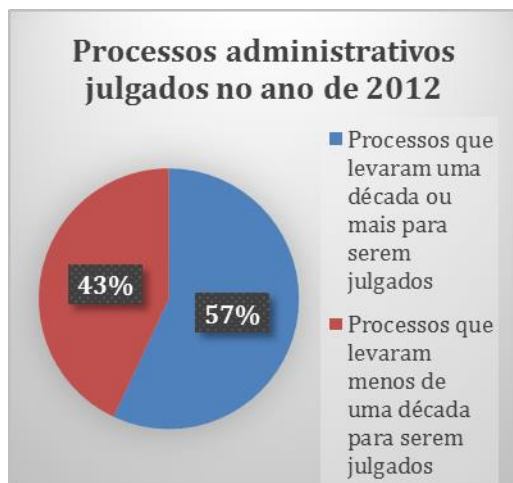
⁶⁸ Acórdão do Processo Administrativo 08012.001099/1999-71.

que a repressão surte muito pouco ou nenhum efeito, pois determinados prejuízos são incontornáveis.

Nesse sentido, se a infração praticada por uma empresa provoca a falência das concorrentes, o fechamento do mercado e a concentração de poder econômico, com tendência à monopolização de determinado mercado relevante, em que medida é possível retornar ao *status quo ante*? Na quase totalidade dos casos, impossível. A repressão das infrações à ordem econômica, nesses casos, não tem qualquer efeito restaurador e a demora no julgamento desses delitos contribui ainda mais para a ineficácia das sanções administrativas.

No ano de 2012, dos quatorze processos administrativos julgados pelo CADE, oito haviam sido instaurados em 2002 ou antes, ou seja, com um lapso de uma década entre a abertura do processo e seu julgamento, isso sem contar a duração do inquérito. Aproximadamente 57% dos processos administrativos, por conseguinte, demoraram uma década ou mais para serem levados a julgamento.

Já no ano de 2013, dos setenta processos julgados, dezoito haviam sido instaurados em 2003 ou anteriormente, representando aproximadamente 25,7% do total. Ressalte-se, contudo, que em 2013 foram celebrados trinta e dois Termos de Cessação de Conduta, dos quais em apenas três o processo havia sido instaurado há uma década ou mais, demonstrando que a adoção dessa prática representa um ganho de eficiência na defesa da concorrência, com resultados muito mais imediatos.



A demora no julgamento dos processos administrativos pelo CADE certamente estava relacionada com a desconcentração estrutural do órgão, que antes dividia-se entre o próprio CADE, a SEAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico, vinculada ao Ministério da Fazenda, e a SDE – Secretaria de Direito Econômico, ligada ao Ministério da

Justiça. Com a criação da Superintendência Geral do CADE, que concentrou as atividades da autarquia, é possível afirmar que esse problema será amenizado.

Não há como negar, todavia, que ainda há uma relativa demora na apuração das infrações à ordem econômica pela autoridade antitruste e que, nesse aspecto, o controle jurisdicional praticado pelo Poder Judiciário possui especial influência. Afinal, a duração de um processo judicial expande ainda mais o tempo entre a prática da infração e a aplicação de uma sanção.

Tais questões não passam despercebidas pelo Poder Judiciário. Nessa toada, há relevantes manifestações exaradas nas Cortes Superiores, como a formulada pela Ministra Eliana Calmon nos autos da Medida Cautelar nº 12.590/DF, proposta pela Companhia Vale do Rio Doce perante o Superior Tribunal de Justiça.

Extrai-se do corpo do acórdão excertos dos memoriais apresentados pelo CADE:

4) toda decisão do CADE implica em restrição à atividade particular, dotada de auto-executoriedade, como as demais decisões administrativas. A concessão de liminar retira tal qualidade da decisão, exigindo-se o crivo do Judiciário, com trânsito em julgado para o cumprimento;

[...]

7) as minas da MINERADORA FERTECO e da CSN não são infinitas, tendo vida útil calculadas em 2005 de 6 a 8 anos, de modo que se a decisão do CADE demorar muito mais a ser implementada, quedará absolutamente ineficaz. E, se não for implementada a decisão do CADE, haverá sérios prejuízos, tais como: aumento de preços, diminuição do investimento, diminuição de emprego e da renda nacional;

[...]

10) a última tentativa da CVRD de evitar o cumprimento da decisão do CADE, quando o TRF negou provimento a sua apelação, foi ajuizar ação ordinária declarando formalmente que deseja cumprir a decisão do CADE, mas questiona o direito de ser previamente indenizada pela CSN;

11) a CVRD usa o Poder Judiciário como espécie de loteria, deduzindo pretensões insinceras, contraditórias entre si, para multiplicar as chances de um pronunciamento favorável.

A manifestação da Excelentíssima Ministra, contudo, assim dispõe:

Dentro de um juízo de absoluta razoabilidade, e já estando admitido o Recurso Especial, entendo que a melhor solução, e que atende à prudência e aos interesses de ambas as partes, sem desautorar, em nenhum passo o órgão que detém o relevantíssimo papel de fiscalizar e coibir o abuso do poder econômico, é suspender os efeitos do acórdão impugnado, até o julgamento do Recurso Especial, o que será feito com a maior brevidade.

Observe-se que o CADE aguardou 05 (cinco) anos para concluir o seu processo administrativo. A batalha judicial nasceu em novembro de 2005. Dentro de tanta espera, o que significa aguardar mais 30 (trinta) ou 60 (sessenta) dias para uma decisão definitiva com o julgamento do Recurso Especial?

Pondero que, efetivamente, goza o ato administrativo de auto-executoriedade, mas também é certo que pode, o Poder Judiciário, suspender essa presunção, quando questionada for a legalidade do mesmo, o que ocorreu na espécie em julgamento.

Por fim, quero registrar que no juízo acautelatório é importante a presença dos dois pressupostos básicos, mas sem dúvida alguma o perigo da demora é o que mais peso apresenta para o Judiciário.

Na hipótese dos autos, para desfazer-se a decisão do CADE, se executada, em caso de ser vencedora a CVRD, seriam necessárias diversas medidas judiciais, o que não encontra razoabilidade quanto a uma espera de no máximo 60 (sessenta) dias.

Com essas considerações, CONCEDO A LIMINAR para suspender os efeitos da decisão impugnada em Recurso Especial já admitido, ficando suspensa, em consequência, a decisão administrativa do CADE, até o julgamento do recurso pendente.

A Ministra Eliana Calmon, no acórdão supracitado, mencionou expressamente a demora da autarquia no julgamento do processo administrativo levado a contenda pela Companhia Vale do Rio Doce. A morosidade da autarquia, que no caso em comento levou cinco anos para julgar o processo, foi levada em consideração pela relatora para a concessão da liminar.

Ressalte-se que a Vale do Rio Doce, empresa de capital aberto, é uma das maiores mineradoras do mundo. Trata-se, portanto, de agente econômico extremamente relevante no cenário brasileiro, com influências significativas na economia do País. A morosidade na repressão a possíveis infrações concorrenciais provoca consequências que afetam diretamente a sociedade, mormente pelo poder de mercado que a referida empresa possui.

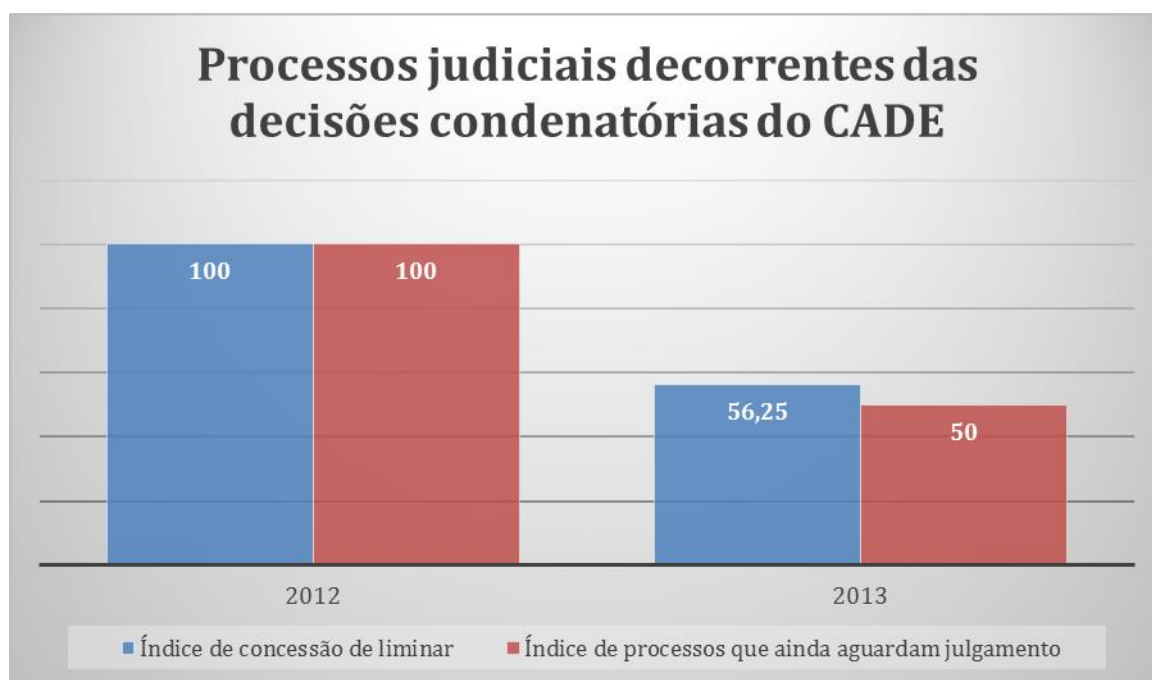
Nesse contexto, ainda que no exemplo supracitado a relatora tenha afirmado que o julgamento do recurso no STJ ocorreria “com a maior brevidade”, é de se considerar que qualquer prolongamento provocado pelos processos judiciais esmorece a força das sanções aplicadas pelo CADE no âmbito administrativo.

A partir do levantamento de dados realizado para a presente pesquisa, foi possível verificar, também, o andamento das ações judiciais propostas pelas partes condenadas administrativamente, com o intuito de suspender ou anular a decisão do CADE. Foram analisados o grau de concessão de antecipação dos efeitos da tutela, a quantidade de processos que ainda aguardavam julgamento e, em relação aos que já haviam sido julgados, quantos haviam obtido sentença procedente.

Com relação às ações judiciais decorrentes dos processos administrativos condenatórios por infrações à ordem econômica julgados pelo CADE no ano de 2012, para a presente análise foram excluídos o agravo de instrumento e o mandado de segurança. Das cinco ações restantes, verificou-se que nenhuma delas havia sido julgada ainda na Justiça Federal do Distrito Federal e que todas elas obtiveram sucesso no pedido de antecipação de tutela.

Portanto, excluídos o agravo e o mandado de segurança, todos os outros feitos submetidos ao Poder Judiciário visando a suspensão ou anulação das decisões do CADE prolatadas em 2012 obtiveram sucesso na concessão de antecipação dos efeitos da tutela, bem como estão, até o presente momento, aguardando julgamento.

Dos processos administrativos condenatórios por infrações à ordem econômica julgados pelo CADE no ano de 2013, decorreram dezesseis ações judiciais questionando a sanção aplicada pela autarquia. Destas, verificou-se que, até maio de 2015, oito já haviam sido julgadas e outras oito ainda aguardavam julgamento. Dos oito processos julgados, um obteve sentença procedente, seis obtiveram sentença parcialmente procedente e apenas uma ação foi improcedente. No que se refere ao pedido de antecipação de tutela, em nove ações ele foi deferido.



A ação 0027455-03.2013.4.01.3400, por exemplo, decorreu do processo administrativo 08012.003745/2010-83 que apurou a ocorrência de cartel, entre outras infrações, no mercado relevante na dimensão produto de “direitos autorais e direitos conexos”, praticado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD e Associações do ramo musical e lítero-fonográfico.

Os representados foram condenados ao pagamento de multa, além de outras penalidades, tais como: determinação para cessar a conduta de fixação conjunta e unificada de preços, proibição de que os dirigentes das representadas participem de outras direções que possuam os mesmos objetivos das Associações que participavam, proibição de que sejam

discutidos preços nas Assembleias Gerais, vedação a promulgação de tabela de preços pelo ECAD e determinação de mudanças no sistema de gestão coletiva, bem como no Estatuto.

Dessa decisão, decorreram várias ações judiciais. Uma delas, autuada sob o nº 0027455-03.2013.4.01.3400, foi proposta pelo ECAD, visando suspender os efeitos da decisão condenatória.

Extrai-se da decisão interlocutória proferida na referida ação:

Sustenta, em síntese, que a decisão administrativa em comento vai de encontro ao entendimento esposado pelo próprio CADE em outros julgados semelhantes, além de desconsiderar precedentes jurisprudenciais e pareceres do Ministério Público Federal e do Ministério da Cultura, o que justificaria o seu afastamento por deficiência na fundamentação.

Mais adiante, a Magistrada de primeira instância assim decidiu:

Assim, apresentada garantia idônea, consistente em carta de fiança bancária, no valor da multa aplicada [...], e inexistindo outras penas pecuniárias a cumprir, restam satisfeitos os requisitos legais, impondo-se o deferimento do pedido antecipatório. Ante o exposto, defiro o pedido de suspensão da exigibilidade da decisão preferida pelo CADE [...].

Verifica-se que, muito embora a ação ordinária proposta tenha como fundamento rediscutir o mérito (ao alegar que a decisão administrativa não se coaduna com julgados semelhantes e que houve “deficiência na fundamentação”), a Magistrada a quo deferiu o pedido de antecipação de tutela, suspendendo os efeitos da condenação administrativa.

Ainda que a apresentação de caução ou garantia de fato represente a segurança de que haverá o adimplemento da multa pecuniária, é de se questionar a concessão da tutela antecipada em ação que visa unicamente discutir o mérito. O mero oferecimento de garantia, que no caso supracitado consiste de carta de fiança bancária, não deveria ser o principal requisito para o deferimento da liminar.

Isso porque esta medida possui um efeito bastante negativo para a atividade exercida pela autarquia. O simples fato de o CADE ser impedido de dar efetividade a suas decisões, mesmo que temporariamente, cria uma sensação de ineficácia e enfraquece a autoridade do órgão. Ademais, a decisão interlocutória citada aparentemente desconsiderou os requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil.

A esse respeito, a Magistrada assim consignou:

No concernente à verossimilhança das alegações, especificamente quanto à possibilidade de suspensão da exigibilidade da decisão do CADE, entendo que, ao contrário do quanto afirmado pelo autor, a multa que lhe foi aplicada se revela líquida, certa e exigível, tanto que foi possível a apresentação de carta de fiança bancária, em valor certo, a fim de garantir eventual execução. Apesar disso, é certa a

possibilidade de suspensão da decisão administrativa em comento, tendo em vista a previsão contida na Lei nº 8.884/94 [...].

Frise-se que a suspensão da exigibilidade da decisão administrativa ora atacada, mediante o oferecimento de garantia idônea, diversa do depósito em dinheiro, vai ao encontro do disposto na norma supramencionada, que objetiva, essencialmente, o efetivo cumprimento da decisão final, sendo desprovida de razoabilidade uma interpretação restritiva no sentido de que tal garantia somente seria possível via depósito em dinheiro.

Pelo exposto, é possível depreender que, para a análise do requisito da verossimilhança da alegação, somente foi levado em consideração a oferta ou não de caução. Todavia, partindo-se do princípio que o controle judicial das decisões do CADE deve restringir-se ao controle de legalidade, impõe-se a análise do fundamento jurídico da ação. Se pretende exclusivamente reanalisar o mérito, o magistrado deve indeferi-la.

Em outra ação judicial, proposta pela União Brasileira de Compositores e autuada sob o nº 0028897-04.2013.4.01.3400, a magistrada de primeira instância também deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, sob o seguinte fundamento:

Entretanto, a autora foi condenada pelo CADE, nos autos do processo administrativo 08012.003745/2010-83, dentre outras penalidades, ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.347.050,00 “a ser comprovada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta decisão”, que ocorreu no DOU – Seção 1, de 26/04/2013. Nesse contexto, se a exigibilidade da referida multa não for suspensa, em sede de cognição sumária, vislumbro grave perigo de demora na prolação do provimento jurisdicional. Dessarte, muito embora não considere pertinente o deferimento da tutela antecipatória *in casu*, em observância ao poder geral de cautela, julgo adequado e necessário, para se assegurar a eficácia do processo de conhecimento [...].

Assim é que, em análise meramente perfunctória, tenho que a imposição do exíguo prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento da multa perfaz, a um só tempo, evidente periculum in mora e fumus boni juris ante a ausência de razoabilidade na cominação de tal prazo.

Na decisão interlocutória supracitada, a magistrada chega a mencionar que não considera pertinente o deferimento da tutela antecipatória na hipótese, o que só ocorre para obstar o prazo de exigibilidade da multa. Resta evidenciado, contudo, que desde o princípio a ação judicial visava desconstituir a decisão do CADE através da rediscussão de mérito.

A sentença prolatada julgou conjuntamente os processos nº 0027455-03.2013.4.01.3400, 0028779-28.2013.4.01.3400, 0028897-04.2013.4.01.3400, 0028778-43.2013.4.01.3400, 0027891-59.2013.4.01.3400 e 0028849-45.2013.4.01.3400. *Ab initio*, a magistrada ressalta que “ao Poder Judiciário compete a revisão ampla das decisões tomadas pelas autoridades de defesa da concorrência”.

A referida decisão analisou a possibilidade de sujeição dos autores à legislação antitruste, a formação de cartel entre o ECAD e as Associações efetivas por fixação conjunto do valor dos direitos relativos à execução pública das obras musicais, lítero-musicais e dos

fonogramas, a abrangência da decisão do CADE e infração da ordem econômica praticada pelos autores contra as TVs por assinatura e as penalidades não pecuniárias.

Extrai-se do julgado:

Como visto, o CADE não se restringiu ao delimitado no próprio voto condutor do julgado administrativo. De fato, a lide administrativa havia sido circunscrita às atividades de TV por assinatura; porém, o julgamento da aludida autarquia desbordou os próprios limites por ela impostos e julgou a conduta do ECAD e de suas Associações com relação aos todos usuários (sic). Isso, portanto, violou os princípios da ampla defesa e do contraditório, sendo, dessarte, nulo, no que extrapolou a referida delimitação.

Assim, a multa imposta deverá ser reduzida de forma proporcional à participação das TVs por assinatura na receita do Escritório Central [...].

Concluo, pois, pela redução das multas em 92,06% [...].

Mais adiante, a magistrada de primeira instância, ao discutir as penalidades não pecuniárias impostas, entendeu que, à luz da legislação 12.529/2011, as práticas reprimidas pelo CADE não mais configuravam um ilícito, anulando a decisão da autarquia nesse ponto. Ainda, foi confirmada a decisão interlocutória que deferiu a suspensão da exigibilidade da decisão proferida pelo CADE, bem como foi determinado que a autoridade antitruste se abstenha de adotar medidas executivas no que exceder aos valores arbitrados pelo Judiciário.

No caso em comento, é necessário ressaltar que o processo administrativo julgado pelo CADE tem por objeto questões referentes especificamente ao mercado que se discute e à disciplina concorrencial. Essa é uma característica do trabalho de manutenção da ordem econômica realizado pela autarquia: cada caso levado a julgamento possui uma definição de mercado na dimensão produto, uma definição de mercado na dimensão geográfica, entre outras particularidades.

Em síntese, a magistrada reduziu em 92,06% o valor das multas aplicadas administrativamente pelo órgão de defesa da concorrência, bem como anulou todas as penalidades não pecuniárias. Ou seja, a decisão administrativa foi praticamente anulada por completo.

No caso da ECAD e Associações de direitos autorais, o voto do Conselheiro Relator Elvino de Carvalho Mendonça no processo administrativo nº 08012.003745/2010-83, analisa, ao longo de 139 páginas, questões como: a competência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, a violação ao texto constitucional, a evolução legislativa da Lei de Direitos Autorais, o Direito Autoral, os mercados relevantes, a Gestão Coletiva de Direitos Autorais, a possibilidade de concorrências nas atividades de Arrecadação e Distribuição de direitos autorais, as provas das condutas, a individualização da participação dos acusados, etc.

Ou seja, a autoridade antitruste realizou minuciosa pesquisa sobre diversos aspectos do mercado em questão, através não só da análise econômica, como também através de abordagem comparativa (entre sistemas de direitos autorais adotados em outros países), histórica e jurídica. Não se vislumbra que o Judiciário possa atuar com a mesma profundidade de análise. Sequer deveria. É de se considerar, portanto, que nesses aspectos prevaleça o entendimento da autarquia.

Por sua vez, em relação ao processo administrativo 08012.011668/2007-30, cujo escopo era investigar a ocorrência de infrações à ordem econômica, consistentes em supostas práticas colusivas no mercado de combustíveis dos municípios de Londrina, Cambé, Ibiporã e Jataizinho, todos localizados no estado do Paraná, foram localizadas duas ações contra o CADE, visando a anulação da decisão administrativa.

O processo autuado sob o nº 0081227-41.2014.4.01.3400, foi proposto por AVN Comércio de Combustíveis Ltda - EPP (Autoposto Bonanza), um dos postos de combustíveis condenados pelo CADE por formação de cartel. Ao pleitear a anulação da multa aplicada pela autoridade concorrencial, com antecipação dos efeitos da tutela, a empresa condenada administrativamente obteve na justiça deferimento do pleito antecipatório, nos seguintes termos:

A enormidade do valor cobrado – R\$ 610.314,46 – bem como os indícios de boa-fé dos atuais proprietários e administradores da empresa aconselham a suspensão da exigibilidade do débito, inclusive em favor da existência da devedora.

Assim, defiro o pedido de antecipação da tutela para SUSPENDER A EXIGIBILIDADE da multa referida no Procedimento Administrativo nº 080012.011668/2007-30, sem depósito, vedando a adoção de qualquer medida tendente à cobrança da mesma.

Nesta ação, não houve sequer a exigência de caução ou garantia, o que contraria a Lei nº 12.529/2012, que dispõe:

Art. 98. O oferecimento de embargos ou o ajuizamento de qualquer outra ação que vise à desconstituição do título executivo não suspenderá a execução, se não for garantido o juízo no valor das multas aplicadas, para que se garanta o cumprimento da decisão final proferida nos autos, inclusive no que tange a multas diárias.

§ 1º Para garantir o cumprimento das obrigações de fazer, deverá o juiz fixar caução idônea.

Os termos da decisão interlocutória proferida, que mencionam a “enormidade do valor cobrado”, indicam que há uma tendência, ao menos subjetiva, à diminuição desse valor. Contudo, considerando os ganhos vultuosos gerados por uma prática colusiva para cada um dos participantes do cartel, o tratamento judicial conferido a essas partes no sentido de

minorar o valor das multas aplicadas pela autoridade concorrencial provoca uma sensação de impunidade, servindo como verdadeiro incentivo à formação de cartel.

4.2.2. O CADE e o Poder Judiciário

Sem afastar a importância de o Poder Judiciário, na estrutura tripartite de poderes, agir no controle das atividades do Poder Executivo e na defesa dos administrados perante o Estado, é importante ressaltar ser indevido também que ocorra o inverso. Ou seja, o controle judicial deve ser imparcial, sem favorecer ou prejudicar nenhuma das partes envolvidas no processo.

Contudo, a aparente falta de critério na concessão de tutela antecipada, bem como a anulação ou diminuição das sanções aplicadas pela autoridade de defesa da concorrência, leva a crer que o Poder Judiciário muitas vezes age de forma a privilegiar os representados condenados administrativamente, ignorando o efeito de mitigância que essa abordagem provoca na atividade da autarquia antitruste.

Presume-se que, para o empresário, é mais vantajoso financeiramente correr o risco de que ele próprio e sua empresa sejam processados administrativamente e eventualmente multados pelo CADE, se houver a expectativa de que tais sanções sejam posteriormente diminuídas ou anuladas pelo Poder Judiciário. Nesse sentido, é necessário que haja uma conscientização por parte dos magistrados acerca da importância da repressão aos ilícitos concorrenciais, para que o controle judicial não funcione somente como um modo de proteção dos infratores e não da autarquia.

É forçoso que a repressão e as sanções aos abusos de poder econômico sejam compatíveis com os lucros obtidos com a prática de infrações, para que os agentes econômicos não sejam compelidos a praticá-las. As multas aplicadas na esfera administrativa frequentemente alcançam valores que, à primeira vista, podem parecer exorbitantes. Porém, é necessário levar em conta que os ganhos obtidos com a prática de determinados delitos são igualmente vultuosos.

Por tais motivos, a suspensão liminar da cobrança, a minoração dos valores ou a anulação das multas aplicadas pela autoridade concorrencial não deveriam ser a prática corrente do Poder Judiciário, mas sim apenas naqueles casos em que, após análise rigorosa, foi verificado algum tipo de ilegalidade. A adoção imoderada de tais medidas, sob argumentos

que nem sempre se coadunam com a finalidade da lei de concorrência, configuram um incentivo às práticas desleais.

Ainda, impende ressaltar que o alto grau de especificidade da matéria tratada pelo CADE, bem como as minúcias e o detalhamento de cada caso concreto (onde se discutem mercados extremamente particulares, o que exige dos conselheiros estudo sobre a dimensão produto em cada caso, o que é deveras laborioso) torna o reexame da questão muito mais complicado para o juiz.

A autarquia é especializada em matéria concorrencial, de modo que as decisões do CADE são fundamentadas na lei de defesa da concorrência e também nos estudos econômicos produzidos durante o processo. Não há como exigir do magistrado o mesmo tipo de profundidade no provimento jurisdicional, pois não lhe é exigido que possua formação econômica.

Por sua vez, os conselheiros do CADE muitas vezes são economistas por formação ou, quando provenientes da área jurídica, possuem especialização na área de direito econômico. Tal conhecimento é necessário para a formulação do raciocínio exigido na avaliação de cada caso concreto, no intuito de verificar a racionalidade econômica das condutas tidas como infracionais.

A ideia de que o Poder Judiciário não possui limites no que se refere ao controle das decisões do CADE significa dizer que é possível ao magistrado substituir-se ao conselheiro do órgão, o que não parece ser apropriado. O controle judicial não deve, portanto, adentrar o mérito das decisões da autarquia, mas sim limitar-se à verificação de seus requisitos formais. Se a decisão prolatada pela autoridade de defesa da concorrência respeitou formalmente os requisitos legais, não há que se falar em sua alteração na esfera jurídica.

Em síntese, entende-se que no que se refere à tipificação das infrações supostamente cometidas pelo representado, o CADE pratica ato administrativo vinculado, de modo que se impõe a estrita obediência da lei, no sentido de definir com precisão quais condutas são objeto do processo administrativo. Nesse ponto, havendo descumprimento pelo órgão de defesa da concorrência das referidas premissas, é de se impor o provimento jurisdicional no sentido de anular a decisão da autarquia.

Mas, após o correto enquadramento legal, o CADE possui liberdade para realizar juízo de conveniência e oportunidade, no que se refere à definição dos efeitos potencialmente causados pela conduta, a fim de verificar se houve, ou não, danos à ordem

econômica. Nesse aspecto, a necessidade de que sejam realizados estudos específicos e particulares sobre cada caso, afasta a possibilidade de o Poder Judiciário atuar nesse sentido.

O magistrado, caso verifique que a Administração cumpriu os requisitos formais do ato (na hipótese, o correto enquadramento legal da conduta), não deve emitir qualquer tipo de juízo acerca do mérito das decisões da autarquia, sendo as mesmas, nesse ponto, intocáveis.

4.3. MEIOS DE INCREMENTO DA EFICÁCIA REPRESSIVA DO CADE

Conforme foi possível inferir a partir dos dados levantados, no que se refere à repressão das infrações contra a ordem econômica, o CADE ainda atua de forma tímida. São poucos processos julgados por ano e é menor ainda o número de condenações. Nesse contexto, a atuação do Poder Judiciário, quando não anula ou modifica as decisões do órgão de defesa da concorrência, retarda, em muito, a aplicação das penas impostas por este, o que mitiga a sua eficácia repressiva.

Com as alterações trazidas pela Lei nº 12.529/2011, especificamente com a criação da Superintendência Geral do CADE, é possível supor que o controle e punição das infrações contra a ordem econômica será aperfeiçoado. A realização da instrução processual dentro do próprio órgão indica que não só haverá um aumento no número de processos administrativos julgados durante um ano, como também suas decisões passarão por um salto qualitativo.

As perspectivas do Direito Concorrencial no Brasil só tendem a melhorar. Todavia, faz-se necessário que o CADE adote medidas práticas para amenizar os problemas – de diversas ordens, sejam elas estruturais, orçamentárias ou culturais – que amortecem a eficácia da entidade.

O controle exercido pelo Poder Judiciário, em muitos aspectos, pode ser visto como um entrave à atividade repressiva da autarquia antitruste. Seja pelo alto número de pedidos de antecipação de tutela deferidos, seja pela demora no julgamento das ações anulatórias, que faz com que a punição aos agentes econômicos infratores da lei de defesa da concorrência sofra consequente protelação, entre outros efeitos mitigadores da eficácia do CADE.

Cumpra a autarquia, portanto, buscar medidas que possam amenizar os obstáculos à sua plena atuação. A análise dos dados coletados mostrou que uma das maneiras

mais eficazes de contornar os problemas provocados não só pelo controle judicial, quando mal praticado, como pelas outras deficiências estruturais do órgão, consubstancia-se na celebração de Termos de Compromisso de Cessação de Prática.

Consoante os dados coletados, no ano de 2013, dos processos levados à julgamento pelo Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, em 46% deles foram realizados acordos de cessação de prática. Destes, a grande maioria havia sido instaurado há menos de cinco anos, o que demonstra que a medida é mais célere e eficiente, posto que grande parte dos processos administrativos percorrem um lapso temporal deveras dilatado até seu julgamento.

O compromisso de cessação está previsto no artigo 85 da Lei nº 12.529/2011, *in verbis*:

Art. 85. Nos procedimentos administrativos mencionados nos incisos I, II e III do art. 48 desta Lei, o Cade poderá tomar do representado compromisso de cessação da prática sob investigação ou dos seus efeitos lesivos, sempre que, em juízo de conveniência e oportunidade, devidamente fundamentado, entender que atende aos interesses protegidos por lei.

§ 1º Do termo de compromisso deverão constar os seguintes elementos:

I - a especificação das obrigações do representado no sentido de não praticar a conduta investigada ou seus efeitos lesivos, bem como obrigações que julgar cabíveis;

II - a fixação do valor da multa para o caso de descumprimento, total ou parcial, das obrigações compromissadas;

III - a fixação do valor da contribuição pecuniária ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos quando cabível.

Através do compromisso de cessação, o representado se dispõe a encerrar imediatamente a prática da conduta investigada, entre outras obrigações determinadas pelo CADE, além de realizar o pagamento de quantia a ser destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

O termo de compromisso de cessação de prática, nos termos do § 8º do referido artigo, constitui título executivo extrajudicial. Desse modo, havendo descumprimento por parte do representado, o CADE pode forçar o cumprimento do acordo, por meio de ação executiva.

Além disso, é importante mencionar que o processo administrativo não se encerra com a celebração do compromisso de cessação, mas sim fica suspenso, conforme prevê o § 9º. O processo administrativo só é arquivado ao término do prazo fixado para o cumprimento das obrigações, se atendidas todas as condições estabelecidas no termo.

O compromisso de cessação, portanto, possui inúmeras vantagens, tanto para a autarquia, como para o representado e também para a sociedade. Isso porque configura modo

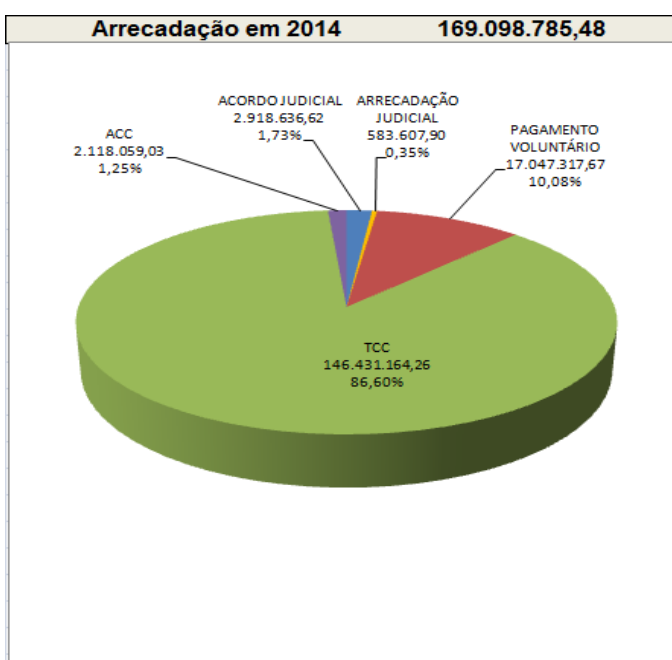
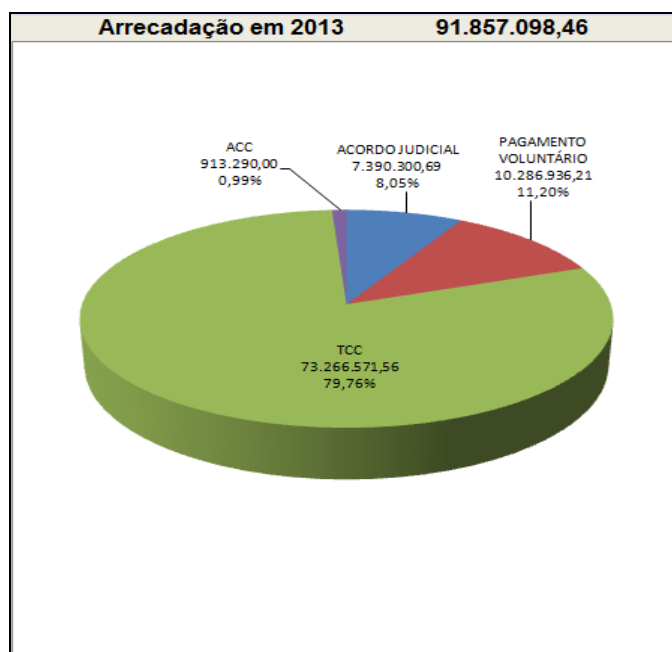
muito mais eficaz e imediato de atingir os efeitos pretendidos com o processo administrativo. De acordo com os dados coletados, foi possível perceber que o tempo de duração dos processos administrativos no CADE é muito extenso, o que de certo modo os torna pouco eficientes como ferramentas de repressão às infrações contra a ordem econômica.

Os efeitos de uma conduta lesiva à ordem econômica, quando esta se estende por um prolongado período de tempo, provocam danos cujas consequências são muito difíceis de serem reparadas. Sendo assim, a celebração de compromisso de cessação configura um instrumento fundamental para o órgão de defesa da concorrência, pois possibilita a imediata interrupção da prática e de seus efeitos, o que não ocorreria, necessariamente, com a instauração de processo administrativo.

O acompanhamento do cumprimento dos termos do compromisso de cessação é realizado pela Procuradoria Federal junto ao CADE, que administra e avalia se os representados estão atendendo as determinações constantes do acordo. Assim, a autarquia mantém os representados sob constante vigilância, o que possui a vantagem de prevenir a ocorrência de novas infrações.

Consoante dados reunidos pela própria Procuradoria Federal junto ao CADE, verifica-se que, em termos de receita, os acordos de cessação de prática são os que mais eficientemente garantem o recolhimento das contribuições pecuniárias. Considerando a diferença entre os valores pagos voluntariamente e aqueles provenientes da celebração de TCC, é possível concluir que, no que se refere às sanções pecuniárias, esta é a medida mais eficaz.





Ainda, o baixo valor dos pagamentos voluntários permite inferir que os representados condenados administrativamente em geral não cumprem a decisão da autarquia, buscando a anulação judicial ou forçando o CADE a ajuizar execução fiscal. Resta claro, portanto que a atividade repressiva praticada pela autarquia gera resultados muito mais eficazes quando praticada por meio de acordos de cessação de prática.

Entretanto, a lei prevê que o referido acordo somente deve ser aplicado àqueles casos em que a autoridade antitruste, após juízo de conveniência e oportunidade, entender que

a finalidade da lei será atingida. O compromisso de cessação é, portanto, uma faculdade da Administração Pública e não um direito do administrado.

Há casos em que se entende que o compromisso de cessação não deve ser celebrado, especialmente aqueles cujas infrações possuam grandes dimensões, que envolvam agentes econômicos com alto poder de mercado e que tenham provocado danos extensos à ordem econômica. Para estes, o processo administrativo ainda representa o melhor modo de controle de conduta e manutenção da concorrência.

Outra forma de incremento da atividade repressiva do órgão de defesa da concorrência é um maior envolvimento do Ministério Público nas questões relativas à ordem econômica, defesa da concorrência e direito dos consumidores. Considerando que essa instituição possui a prerrogativa constitucional da proteção dos interesses sociais e individuais indisponíveis, faz-se necessário que atue em conjunto com o CADE a fim de promover as medidas cabíveis em casos de infração à ordem econômica.

O artigo 127 da Constituição Federal e o artigo 5º, II, “c”, da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993, preveem que é dever do Ministério Público a defesa dos princípios da ordem constitucional econômica, dentre os quais a liberdade de iniciativa, a livre concorrência, a defesa dos consumidores e a repressão ao abuso de poder econômico (artigos 170, IV e V e 173, § 4º, da Carta Magna).

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para defesa do interesse difuso e coletivo à livre concorrência e à livre iniciativa, faz-se necessário uma maior sinergia entre o CADE e a mencionada instituição, a fim de que sejam somados os esforços de ambos na efetivação da proteção da concorrência.

A SDE e o Ministério Público Federal, por exemplo, especificamente no que se refere às práticas de cartel, firmaram acordo visando o intercâmbio e a cooperação técnica relacionados à defesa do consumidor. É de se esperar que o mesmo tipo de convênio seja realizado entre o próprio CADE e o Ministério Público, a fim de promover o intercâmbio de informações e o suporte técnico e material entre as instituições.

Desse modo, o CADE poderia auxiliar o Ministério Público na instrução de eventuais inquéritos administrativos e ações civis públicas que possam ser propostas contra agentes econômicos que cometeram infrações à legislação concorrencial. O MP deve, ainda, promover ações que visem à reparação de danos difusos, coletivos e individuais homogêneos decorrentes dessas infrações. Tais ações possuem caráter pedagógico, além de reparatório,

pois promovem a conscientização não só do infrator como de outros integrantes do mercado em questão.

Compete, ainda, ao Ministério Público, promover a ação penal pública em face dos crimes contra a ordem econômica, nos termos do artigo 129, I, da Constituição Federal. Nesse sentido, a participação do MP possui especial importância, considerando o crescente interesse social na persecução e punição de tais práticas criminosas, o que fomentaria ainda mais a cultura concorrencial no país.

Desse modo, deve o CADE investir na celebração de compromissos de cessação de prática, bem como estreitar a parceria com o Ministério Público no que tange à defesa da concorrência, para que a atividade repressiva praticada pelo órgão ganhe em termos de agilidade e de eficiência. Caso tais práticas sejam implementadas, seria possível aumentar não só a qualidade das decisões proferidas em processos administrativos, como a rapidez com que sejam proferidas.

5. CONCLUSÃO

O Direito da Concorrência objetiva, em última instância, a manutenção da ordem econômica pelo Estado, que atua de forma a corrigir as distorções no mercado e garantir a livre concorrência. A autoridade administrativa deve atuar com vigor na repressão às infrações previstas na Lei nº 12.529/2011, que são capazes de gerar imensos prejuízos para a população. Empresas que detêm grande poder de mercado e praticam abuso de posição dominante interferem diretamente na organização social do País, causando prejuízos de diversas ordens.

Impedir que abusos ocorram nem sempre é uma tarefa fácil, pois para certos agentes atuar de forma ilegal é financeiramente mais interessante e as consequências são pequenas. Sendo assim, o CADE, deve atuar preventivamente e repressivamente. A autarquia antitruste brasileira vem passando por diversas mudanças nos últimos anos, que levam a crer que haverá um incremento de qualidade em suas ações.

O CADE, enquanto entidade da Administração Pública Federal, subordina-se ao controle exercido pelo Poder Judiciário. Suas decisões podem ser submetidas ao escrutínio judicial, em face do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, insculpido no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, o qual dispõe que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

É direito dos representados que tenham sido julgados e condenados em processos administrativos conduzidos pelo CADE que submetam tais decisões ao Poder Judiciário, caso entendam que tenham ocorrido alguma ilegalidade no procedimento que apurou a ocorrência de infração à ordem econômica. É praxe, contudo, que grandes empresas busquem a reforma ou anulação das decisões prolatadas pela autarquia mesmo quando a legislação, em seus aspectos processuais e procedimentais, tenha sido estritamente respeitada.

A coleta de dados realizada para fundamentar a análise crítica do presente estudo monográfico demonstrou que é comum que empresas de grande porte (como companhias aéreas e indústria de commodities, por exemplo) recorram a diversas medidas judiciais, desde mandados de segurança até ações ordinárias, visando retardar o cumprimento das decisões do CADE, bem como embaraçar o andamento tanto do inquérito quanto do processo administrativo.

Por outro lado, em julgados que apuraram a ocorrência de cartel (em mercados como os de postos de gasolina ou padarias, por exemplo), verifica-se uma incidência bem

mais baixa de ações judiciais decorrentes da condenação administrativa. Estima-se que as empresas envolvidas em tais colusões, considerando serem de menor porte e não contarem com o devido suporte jurídico de uma banca de advogados própria, não possuem a mesma facilidade das grandes companhias, muitas vezes multinacionais, em acessar o Judiciário.

Destarte, verificou-se que na grande maioria das condenações envolvendo empresas de grande porte e alto poder de mercado, há repercussões no Poder Judiciário, onde as mesmas buscam a anulação das decisões contra si impostas. Já no caso de empresas menores, geralmente envolvidas em casos de cartel, é menor o número de ações judiciais decorrentes. Todavia, é bastante alto o número de execuções fiscais ajuizadas pela autarquia, o que demonstra ser raro o pagamento espontâneo das sanções pecuniárias.

Nesse contexto, observa-se que a atividade praticada pelo órgão de defesa da concorrência no Brasil, no que se refere a seu aspecto repressivo, resta prejudicada pelo controle jurisdicional, pois é alto o grau de sucesso no deferimento de pedidos de tutela antecipada, bem como de reforma das condenações administrativas. Estes provimentos possuem o efeito de retardar o cumprimento das decisões da autarquia, quando mantidas, ou de reforma-las ou anulá-las. Em todos os casos, isso mitiga a força da autoridade antitruste, levando os agentes econômicos a crerem na impunidade das infrações concorrências, funcionando como verdadeiro incentivo às práticas anticompetitivas.

As decisões do CADE possuem, em certa medida, elevado grau de discricionariedade. As funções exercidas pela autarquia, especialmente aquelas relacionadas ao controle de condutas, refletem escolhas políticas e econômicas, para as quais a legislação oferece mais de uma solução ótima possível. Cada caso julgado pelo órgão requer um aprofundado estudo técnico, a fim de que se verifiquem as particularidades do mercado em questão. Há diversas abordagens teóricas possíveis para a análise dos resultados desses estudos.

Dentro da moldura legal da matéria antitruste, deve haver liberdade de atuação da Administração, de modo que seja possível alcançar, da forma mais eficiente possível, os objetivos da lei de defesa da concorrência. Nesse aspecto, as decisões do CADE não devem ser substituídas pela decisão judicial. Os Tribunais não possuem o instrumental necessário para analisar e reparar os estudos econômicos necessários às causas concorrenciais e sequer estão incumbidos de tomar decisões próprias do Poder Executivo.

Sendo assim, resta ao Poder Judiciário o controle de legalidade dos atos administrativos, sem adentrar ao mérito. É possível que as decisões condenatórias por

infrações contra a ordem econômica venham a ser anuladas. Mas entende-se serem indevidos os provimentos jurisdicionais que as reformam ou alteram, naquilo que se entende competir exclusivamente à Administração.

É necessário que as Cortes estejam atentas a estes limites, sob pena de prejudicarem a eficiência do órgão antitruste. Caso o Poder Judiciário tivesse a prerrogativa de agir irrestritamente, é de se questionar qual seria a necessidade da existência de uma autarquia voltada para a defesa da concorrência. Se os Magistrados possuísem capacidade técnica e competência legal para realizar o mesmo trabalho de um Conselheiro do CADE, não haveria motivos para a destinação de verbas a este tipo de entidade da Administração Pública. Bastaria que o Ministério Público se equipasse na persecução das infrações concorrenciais, praticando a atividade repressiva da Lei 12.529/2011 por meio dos Tribunais.

Pelo exposto, entende-se que há limites para o controle jurisdicional das decisões do CADE, muito embora isso não se verifique nas Cortes, consoante foi possível aferir pelos dados coletados. A especificidade técnica das decisões da autarquia, bem como o grau de liberdade administrativa na escolha da melhor solução legal possível em cada caso, indicam que as decisões do órgão de defesa da concorrência são, no que tange ao mérito, irreformáveis.

É indispensável que o CADE aprimore a qualidade de suas ações, especialmente no que se refere ao tempo de duração dos processos administrativos, bem como ao monitoramento do mercado e instauração de inquéritos administrativos de ofício, quando necessário. As recentes inovações no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência apontam para esse caminho.

Considerando que o controle jurisdicional pode representar um obstáculo para a evolução da qualidade da atividade repressiva do órgão, é primordial que o CADE busque meios mais eficazes de dar efetividade para suas decisões. Uma solução possível é o investimento nos compromissos de cessação de conduta, em todos os casos que possuam os requisitos para a celebração de acordo. Isso porque a finalidade do controle de condutas é não só a interrupção da infração e a tentativa de restabelecimento das condições competitivas, como também a punição do agente econômico que tenha cometido o ilícito. Nos acordos de cessação de conduta, estes objetivos são alcançados com maior celeridade e menos custos para a Administração.

A celebração de termo de compromisso também traz vantagens no que se refere às contribuições pecuniárias que, nestes casos, são cumpridas com muito mais rapidez.

Os processos administrativos, muito embora sejam necessários em alguns casos, são mais custosos para a Administração e levam muito mais tempo para surtirem os efeitos desejados, além de serem menos eficientes – ou menos ineficientes – na restauração do ambiente competitivo. Considerando que muitas vezes eles demoram mais de uma década para serem julgados, presume-se que a capacidade de atenuarem os efeitos de uma prática infrativa seja muito pequena. Ademais, as multas raramente são cumpridas espontaneamente, exigindo o ajuizamento de execução fiscal.

Outra solução possível é uma maior integração entre o CADE e o Ministério Público. O órgão que defende os direitos coletivos e difusos deve atuar de maneira mais contundente na repressão aos ilícitos concorrenciais, o que levaria ao desenvolvimento de um maior senso a respeito da matéria pelos Magistrados e pelo Poder Judiciário como um todo.

Em suma, o Poder Judiciário, conforme extraído dos dados coletados, tende a mitigar a atividade repressiva do órgão de defesa da concorrência, ao atuar de maneira irrestrita na reanálise das decisões do CADE, realizando não apenas o controle da legalidade como também do mérito. É preciso que as Cortes nacionais se conscientizem sobre a importância das atividades desenvolvidas pela autarquia antitruste, emitindo provimentos que respeitem as decisões da autoridade concorrencial, naquilo que lhes é próprio.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Fabricio Antonio Cardim de (org.). **Revisão Judicial das Decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.
2. AREEDA, Phillip; KAPLOW, Louis; EDLIN, Aaron S. **Antitrust analysis: problems, text, cases**. 6ª ed. Nova York: N.Y. Aspen Publishers, 2004.
3. BORK, Robert H. **The antitrust paradox: A policy at war with itself**. Nova Iorque: Basic Books, 1978.
4. BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
5. _____. **A Teoria das Formas de Governo**. 10. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
6. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 47.
7. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
8. FILHO, Calixto Salomão. **Direito Concorrencial**. São Paulo: Malheiro 2013.
9. FORGIONI, Paula A. **Os fundamentos do antitruste**. 6ª Ed. São Paulo: RT, 2013.
10. FRANCESCHINI, Jose Inacio Gonzaga; FRANCESCHINI, José Luiz Vicente de Azevedo. **Poder economico: Exercicio e abuso: direito antitruste brasileiro**. Sao paulo: Revista dos Tribunais, 1985.
11. FRANCESCHINI, Jose Inacio Gonzaga. **Introducao ao direito da concorrência**. São Paulo: Malheiros, 1996.
12. FREITAS, Raquel Coelho de. **A igualdade liberal**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, v. 34, n. 1, jan./jun. 2013.
13. GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988: (interpretação e critica)**. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.
14. GRINOVER, Ada Pellegrini. A inafastabilidade do controle jurisdicional e uma nova modalidade de autotutela. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-013-Ada_Pellegrini_Grinover.pdf
15. GOYDER, Joanna; ALBORS-LLORENS, Albertina. **Goyder's EC Competition Law**. 5. ed. Oxford: The Oxford University Press, 2009.

16. HANDLER, Milton. [et al.]. **Trade Regulation: cases and materials**. 4. ed. Nova Iorque: The Foundation Press, 1997.
17. HOVENKAMP, Herbert. **Antitrust**. 4ª ed. São Paulo: Thomson/West, 2005.
18. _____. **Federal antitrust policy: the law of competition and its practice**. 3ª ed. São Paulo: Thomson/West, 2006.
19. JUNIOR, Ivo T. Gico. **Metodologia e Epistemologia da Análise Econômica do Direito**. *Economic Analysis of Law Review*, Vol. 1, nº 1, 2010.
20. JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 7. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
21. JONES, Alison; SUFRIN, Brenda. **EC Competition Law: text, cases, and materials**. 1. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001.
22. MEIRELLES, Hely Lopes; AZEVEDO, Eurico de Andrade; ALEIXO, Dêlcio Balestero.; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro**. 35. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2009.
23. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
24. MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.
25. OLIVEIRA, Amanda Flávia de. **Direito da Concorrência e o Poder Judiciário**. 1ª ed. São Paulo: Forense, 2002.
26. PAZ, José Carlos Laguna de. **Understanding the limits of judicial review in European competition law**. *Journal of Antitrust Enforcement*, Vol. 2, No. 1 (2014), pp. 203–224.
27. POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
28. POLINSKY, A. Mitchell e SHAVELL, Steven. **Handbook of Law and Economics**, v. 1 e v.2. San Francisco: North Holland (Elsevier), 2007.
29. POSNER, Richard A. **Law, pragmatism, and democracy**. 1ª ed. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
30. SILVA, Jose Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 35. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012.
31. SILVA, Miguel Moura e. **Direito da Concorrência: uma introdução jurisprudencial**. Coimbra: Almedina. 2008.

32. SULLIVAN, E. Thomas e HOVENKAMP, Herbert. **Antitrust Law, Policy and Procedure**. Charlottesville: Lexis Law Publishing. 1999.
33. TALAMINI, Eduardo. **Efetivação judicial das decisões e compromissos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (Lei Federal nº 8.884/1994)** *in* Procedimentos Especiais Cíveis – Legislação Extravagante, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
34. WHISH, Richard; BAILEY, David. **Competition Law**. 7. ed. Oxford: The Oxford University Press, 2012.

ANEXO 1: LEVANTAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PELO CADE NO ANO DE 2012

2012	SOJ	Processos administrativos julgados	Decisão
	507	0	
	508	0	
	509	Sessão cancelada	
	510	89. Processo Administrativo nº 53500.006130/2001 (b)	Decisão: O Plenário, por unanimidade, negou provimento ao recurso de ofício e determinou o arquivamento do processo administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Declarou-se impedido o Presidente Interino Olavo Zago Chinaglia.
		87. Processo Administrativo nº 08012.004897/2000-23	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do presente Processo Administrativo, em face da ocorrência de prescrição intercorrente, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
		88. Processo Administrativo n.º 08012.000444/2002-98 (Apensada: Averiguação Preliminar n.º 08012.012644/1999-18)	Decisão: O Plenário, por unanimidade, negou provimento ao recurso de ofício e determinou o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Declarou-se impedido o Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo.
	511	0	
	512	0	
	513	0	
	514	36. Processo Administrativo nº 08012.004702/2004-77	Decisão: O Plenário, por unanimidade, considerou os representados como incursos em violação aos artigos 20, incisos I, II, III e IV e 21, incisos I, II, III, X, XII e XIII da Lei nº 8.884/84, pela prática de cartel clássico no mercado brasileiro de Peróxidos de Hidrogênio (H2O2), com exceção dos representados Solvay do Brasil Ltda. e Sr. Dirk Egon Regett, em face dos quais foi reconhecida a ausência de participação no ilícito, tendo sido determinado o arquivamento do processo para os mesmos. Foi declarado, à unanimidade, o cumprimento do acordo de leniência celebrado no âmbito da investigação com a concessão dos benefícios previstos nos artigos 35-B, §4º, inciso I e 35-C, Parágrafo Único, ambos da Lei nº 8.884/94, em especial a extinção da ação punitiva da administração pública em favor dos representados Degussa Aktiengesellschaft, Degussa Brasil Ltda., e Srs. Weber Ferreira Porto, Marcelo Ronald Schaalmann, Roberto de Barcellar Blanco, Sidnei Inácio Cestari, Werner Karl Ross, Hans Willmann, Wilfried Eul e Karl-Erhard Müller; quanto aos representados Peróxidos do Brasil Ltda., e

		<p>Srs. Nicolas Makay Júnior, Carlos Alberto Tieghi, Paulo Francisco Trévia Schirch, Luiz Leonardo da Silva Filho, Gibran João Tarantino, Sérgio Afonso Zini e Roberto Nascimento da Silva, o Plenário, por unanimidade, condenou-os ao recolhimento de multa, no prazo de 30 (trinta) dias, no valor de R\$ 133.644.180,67 (cento e trinta e três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, cento e oitenta reais e sessenta e sete centavos) para a Peróxidos do Brasil Ltda.; de R\$ 4.454.800,62 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos reais e sessenta e dois centavos) para o Sr. Nicolas Makay Junior; de R\$ 4.454.800,62 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos reais e sessenta e dois centavos), para o Sr. Paulo Francisco Trévia Schirch; de R\$ 2.128.200,00 (dois milhões, cento e vinte e oito mil e duzentos reais), para o Sr. Carlos Alberto Tieghi; de R\$ 2.128.200,00 (dois milhões, cento e vinte e oito mil e duzentos reais), para o Sr. Sérgio Afonso Zini; de R\$ 2.128.200,00 (dois milhões, cento e vinte e oito mil e duzentos reais), para o Sr. Luiz Leonardo da Silva Filho; de R\$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais), para o Sr. Roberto Nascimento da Silva; e de R\$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais), para o Sr. Gibran João Tarantino; todos definidos de acordo com memória de cálculo presente no voto do Conselheiro-Relator. Adicionalmente, o Plenário, por unanimidade, determinou, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, a inscrição de representados no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor, a recomendação de não-concessão ou o cancelamento de benefícios e/ou incentivos fiscais ou subsídios público, e o envio de remessa de cópia dos autos e da decisão ao Ministério Público Federal, tanto junto ao CADE quanto em exercício no Estado de São Paulo, e ao Ministério Público do Estado de São Paulo.</p>
515	102. Processo Administrativo nº 08012.006439/2009-65	Decisão: O Plenário, por unanimidade, negou provimento ao recurso de ofício e determinou o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	101. Processo Administrativo nº 08012.001099/1999-71	Decisão: O Plenário, por unanimidade, considerou a representada Comepla Indústria e Comércio Ltda como incurso em violação ao

		<p>artigo 21, incisos IV, V e XII da Lei nº 8.884/94 e condenou-a, nos termos do voto do Conselheiro Relator, ao recolhimento de multa correspondente a 4% do seu faturamento e às seguintes sanções adicionais: i) publicação de extrato da decisão em jornal de grande circulação; ii) proibição de participar de licitação; iii) a inscrição do representado no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor; e iv) recomendação de não concessão de parcelamento de tributos federais e de concessão de incentivos fiscais ou subsídios públicos. Quanto aos representados Reprinco Indústria e Comércio Ltda e Queiroz & Sousa Comércio de Placas Automotivas Ltda, o Plenário, também por unanimidade, determinou o arquivamento do processo administrativo, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, bem como o envio de cópia do voto ao DETRAN/SP.</p>
1	0	
2	22. Processo Administrativo nº 08012.000751/2008-64	<p>Manifestou-se o Procurador-Geral do CADE, Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Após o voto do Conselheiro Relator determinando o arquivamento do processo, tendo em vista a incidência de prescrição da pretensão punitiva da Administração, e, se vencido quanto a esse ponto, pela inexistência de infração à ordem econômica, pediu vista o Conselheiro Marcos Paulo Verissimo. Aguardam os demais.</p>
3	0	
4	0	
5	0	
6	0	
7	32. Processo Administrativo nº 08012.000429/2007-54 (b)	<p>Decisão: O Plenário, por maioria, determinou o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.</p>
	33. Processo Administrativo nº 53500.002336/2003 (b)	<p>Decisão: O Plenário, por maioria, determinou o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.</p>
	35. Processo Administrativo nº 08012.011924/1999-17 (b)	<p>Decisão: O Plenário, por maioria, determinou o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do voto da Conselheira Relatora.</p>
8	25. Processo Administrativo nº 08012.000998/1999-83 (b)	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto da Conselheira Relatora.</p>
9	0	
10	10. Processo Administrativo nº 08012.007196/2009-82	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do voto da Conselheira Relatora.</p>

	11	27. Processo Administrativo nº 08012.005969/2009-96 (b)	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	12	18. Processo Administrativo nº 08012.009906/1999-94 (b)	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	13	25. Processo Administrativo nº 08012.000775/2000-66	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
		26. Processo Administrativo nº 08000.009391/1997-17	Após o voto da Conselheira Relatora, determinando o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do seu voto, foi suspenso o julgamento do presente processo em virtude de pedido de vista do Conselheiro Marcos Paulo Verissimo. Aguardam os demais.
TOTAL: No ano de 2012, foram julgados 16 (dezesseis) Processos Administrativos, dos quais 12 (doze) foram arquivados, 2 (dois) foram arquivados pelo Relator, suspenso o julgamento em face de pedido de vista. 2 (dois) Processos Administrativos resultaram em condenação para os representados.			

LEVANTAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS PELO CADE NO ANO DE 2013

2013	SOJ	Processos Administrativos julgados	Decisão
	14	16. Processo Administrativo nº 08700.000783/2001-35 (b)	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do Processo Administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	15	02. Processo Administrativo nº 08012.001271/2001-44	Na 455ª SOJ, o Conselheiro-Relator, César Costa Alves de Mattos, votou pelo arquivamento do processo. Após o seu voto, o então Conselheiro Vinicius Marques de Carvalho pediu vista dos autos. Na 483ª SOJ, após voto-vista do então Conselheiro Vinicius Carvalho, que considerou a representada como incurso nos art. 20 e 21, IV e V, ambos da Lei 8.884/94, e divergiu do Conselheiro-Relator, que votara pelo arquivamento do Processo Administrativo; pediu vista dos autos o Conselheiro Ricardo Machado Ruiz. Na 485ª SOJ, após voto-vista do Conselheiro Ricardo Machado Ruiz, que acompanhou o voto-vista do Conselheiro Vinicius Carvalho, pediu vista dos autos o Conselheiro Olavo Zago Chinaglia. Na 498ª SOJ, após o voto do Conselheiro Olavo Zago Chinaglia pelo

			<p>arquivamento do Processo Administrativo, suspendeu-se o julgamento em decorrência do pedido de vista do Presidente Fernando de Magalhães Furlan. Na 506ª SOJ, após voto-vista do Presidente Fernando de Magalhães Furlan, que divergiu do voto do Conselheiro-Relator e acompanhou a conclusão do voto do Conselheiro Vinicius Marques de Carvalho pela condenação das representadas, o julgamento foi suspenso diante de pedido de vista do Conselheiro Marcos Paulo Verissimo. Na 15ª SOJ, votaram os Conselheiros Marcos Paulo Verissimo e Eduardo Pontual Ribeiro, ambos aderindo às conclusões do voto do Conselheiro Vinicius Marques de Carvalho, no sentido da condenação da Representada. Decisão: O Plenário, por maioria, considerou a Representada como incurso em violação dos arts. 20 e 21, IV e V, ambos da Lei 8.884/94, e condenou-a ao pagamento de multa no valor estipulado, que deverá ser comprovado no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do voto do Conselheiro Vinicius Marques de Carvalho. Vencidos os Conselheiros César Costa Alves de Mattos e Olavo Zago Chinaglia.</p>
16	15. Processo Administrativo nº 08012.006923/2002-18		<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, considerou a representada como incurso em violação ao artigo 20, I e IV c/c artigo 21, II da lei nº 8.884/94, determinou a cessação da prática e condenou-a ao pagamento de multa em valor equivalente a 100.000 (cem mil) UFIR, com publicação do extrato da decisão em periódico de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro e comunicação da decisão aos seus associados, nos termos do voto do Relator.</p>

17	20. Processo Administrativo nº 08012.010215/2007-96	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, considerou todos os representados incursos nos artigos 20, I, e 21, I e II, da Lei nº 8.884/1994, e condenou-os ao pagamento de multa, nos seguintes termos: i) Ademir Antônio Onzi, no valor de R\$ 607.699,10; ii) Darci José Tonietto, no valor de R\$ 532.467,52; iii) Deunir Luis Argenta, no valor de R\$ 4.297.391,26; iv) Evaristo Antônio Andreazza, no valor de R\$ 268.820,57; v) Gelson Fernando Menegon, no valor de R\$ 143.475,79; vi) Itacir Neco Argenta, no valor de R\$ 2.291.942,00; vii) Iur de Souza Lavratti, no valor de R\$ 170.638,13; viii) Lori Luiz Furlan, no valor de R\$ 203.840,50; ix) Luiz Pedro Postali, no valor de R\$ 132.637,20; x) Paulo Ricardo Tonolli, no valor de R\$ 162.502,78; xi) Roberto Tonietto, no valor de R\$ 1.037.453,03; xii) Vilson Luiz Pioner, no valor de R\$ 296.410,33; xiii) Auto Posto Comboio Ltda., no valor de R\$ 2.964.106,53; xiv) Auto Posto Rodeio Ltda., no valor de R\$ 6.916.353,53; xv) Cooperativa de Consumo dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Caxias do Sul - Coocaver, no valor de R\$ 5.324.675,19; xvi) Auto Posto Petrolino Ltda., no valor de R\$ 1.434.757,89; xvii) Posto de Serviços Onzi Ltda., no valor de R\$ 4.861.592,83; xviii) Andebraz Mega Postos Ltda., no valor de R\$ 2.150.564,56; xix) Auto Posto Tonolli Ltda., no valor de R\$ 1.300.022,23; xx) Posto Deltha Comercio de Comb. e Deriv. Ltda., no valor de R\$ 2.038.405,03; e xxi) Ditrento Postos e Logística Ltda., no valor de R\$ 28.649.275,04, nos termos do voto do Conselheiro Relator. O Plenário, atendendo a sugestão do Conselheiro Marcos Paulo Verissimo, determinou ainda a recomendação aos órgãos públicos competentes para que não seja concedido aos infratores parcelamento de tributos federais por eles devidos ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos (art. 38, IV, b da Lei nº 12.529/2011), bem como solicitou à Procuradoria que verifique o grau de confidencialidade das gravações telefônicas apontadas pelo Poder Judiciário ao encaminhar as provas para o CADE para</p>
----	---	---

			fins de publicização do voto do Conselheiro Relator e decisão.
		<p>18. Processo Administrativo nº 08012.007301/2000-38</p> <p>E</p> <p>19. Processo Administrativo nº 08700.000547/2008-95</p>	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, considerou os representados incurso no art. 21, inc. II, combinado com o art. 20, inc. I, da Lei nº 8.884/94, e condenou-os ao pagamento de multa, nos seguintes termos:</p> <p>i) Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado do Piauí – SINDIPETRO-PI, em valor equivalente a 5.000.000 (cinco milhões) de Ufirs e ii) José Duarte Saraiva, em valor equivalente a 1.000.000 (um milhão) de Ufirs, que deverão ser pagos em até 30 dias, bem como determinou a recomendação aos órgãos públicos competentes para que não seja concedido aos infratores parcelamento de tributos federais por eles devidos ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos (art. 38, IV, b da Lei nº 12.529/2011), nos termos do voto do Conselheiro Relator.</p>

	<p>22. Processo Administrativo nº 08012.004472/2000-12</p>	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação ao Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo – Regional de Bauru – SINCOPESTRO, considerou os demais representados incurso no art. 20, I, c/c art. 21, I e II, da Lei nº 8.884/94, e condenou-os ao pagamento de multa, nos seguintes termos: (i) Auto Posto Petroper Ltda., no valor de R\$ 851.280,00; (ii) Posto Sebastião Homero Gomes Bauru, no valor de R\$ 609.405,14; (iii) Auto Posto Mary Dota Ltda., no valor de R\$ 206.569,46; (iv) Auto Posto Jardim Brasil Bauru Ltda., no valor de R\$ 851.280,00; (v) Auto Posto Nunes de Assis Ltda., no valor de R\$ 602.423,01; (vi) Auto Posto Vila São Paulo Ltda., no valor de R\$ 208.690,23; (vii) Auto Posto Bauru 2000 Ltda., no valor de R\$ 246.428,66; (viii) Lopes & Lombardi Ltda., no valor de R\$ 847.553,33; e (ix) Lion & CIA Comércio de Combustíveis Ltda., no valor de R\$ 851.280,00; e das pessoas físicas (i) Sebastião Homero Gomes, no valor de R\$ 218.543,77; (ii) Wagner Siqueira, no valor de R\$ 316.749,70; (iii) Luiz Carlos Lombardi, no valor de R\$ 127.133,00; (iv) Davilço Graminha, no valor de R\$ 127.133,00; (v) João Nunes Pimentel, no valor de R\$ 127.692,00; e (vi) Sílvio Carlos Martins Martinez, no valor de R\$ 63.846,00, que deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da decisão. O Plenário determinou ainda, com base no art. 23, IV da Lei nº 8.884/94, a recomendação aos órgãos públicos competentes que não seja concedido aos condenados no presente voto o parcelamento de tributos federais por eles devidos ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos</p>
--	--	---

	<p>21. Processo Administrativo nº 08012.001003/2000-41</p>	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação aos representados Valter Domingos Sasso, Auto Posto Centro Cívico Ltda. e Auto Posto 10 de Dezembro Ltda., considerou os demais representados incurso no art. 20, I, c/c art. 21, I e II, da Lei nº 8.884/94, e condenou-os ao pagamento de multa, nos seguintes termos: (i) O. Frasson & S. M. Marchetti Ltda. (Posto Meninão), no valor de R\$ 2.766.660,00; (ii) Auto Posto Exposição Ltda., no valor de R\$ 2.766.660,00; (iii) Petromax Derivados de Petróleo Ltda., no valor de R\$ 2.766.660,00; (iv) Posto Comércio de Combustíveis Talismã Ltda., no valor de R\$ 2.766.660,00; (v) Auto Posto Morishita Ltda., no valor de R\$ 2.766.660,00; (vi) Monteiro e Azevedo Ltda., no valor de R\$ 2.766.660,00; (vii) Surian e Vieira Ltda., no valor de R\$ 2.766.660,00; (viii) Posto de Gasolina Nova Higienópolis Ltda., no valor de R\$ 2.766.660,00; (ix) Posto 15 Londrina Ltda., no valor de R\$ 2.766.660,00; (x) Derivados de Petróleo Três Marcos, no valor de R\$ 1.393.760,51; e (xi) Auto Posto Gideão Ltda., no valor de R\$ 4.149.990,00; (xii) Sérgio Góes de Oliveira, no valor de R\$ 829.998,00; (xiii) Maxwell Pavesi, no valor de R\$ 414.999,00; (xiv) Hamilton Cobo Pires, no valor de R\$ 414.999,00; (xv) Reginaldo Monteiro, no valor de R\$ 414.999,00; (xvi) Marcos Antonio Surian, no valor de R\$ 414.999,00; (xvii) Sandro Vicente Zanchet, no valor de R\$ 414.999,00; (xviii) Luiz Jorge Bolgnesi, no valor de R\$ 414.999,00; (xix) Ismael Anselmo, no valor de R\$ 209.064,07; (xx) Ariovaldo Ferraz de Arruda, no valor de R\$ 705.498,30; (xxi) Nilo Joji Morishita, no valor de R\$ 63.846,00; e (xxii) Associação dos Revendedores de Combustíveis do Norte do Paraná – ARCON, no valor de R\$ 1.064.100,00; que deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da decisão. O Plenário determinou ainda a proibição de o representado Ariovaldo Ferraz de Arruda contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitação tendo por objeto aquisições, alienações, realização de obras e serviços,</p>
--	--	--

			<p>concessão de serviços públicos, na administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como em entidades da administração indireta, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos (art. 38, II da Lei nº 12.529/2011). O Plenário determinou, por fim, com base no art. 38, IV, b, da Lei nº 12.529/2011, recomendação aos órgãos públicos competentes que não seja concedido aos condenados no presente voto parcelamento de tributos federais por eles devidos ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos, tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora.</p>
		<p>17. Processo Administrativo nº 08012.002959/1998-11</p>	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, considerou os representados incurso nos artigos 21, inc. II, combinado com o art. 20, inc. I, da Lei nº 8.884/94, e condenou-os ao pagamento de multa, nos seguintes termos: i) Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Amazonas (AMAZONPETRO), em valor equivalente a 5.000.000 (cinco milhões) de Ufirs; ii) Abdala Habib Fraxe Junior, em valor equivalente a 800.000 (oitocentos mil) Ufirs e iii) Valdir Duarte Alecrim, em valor equivalente a 800.000 (oitocentos mil) Ufirs. O Plenário determinou ainda, com base no art. 38, IV, b, da Lei nº 12.529/2011, recomendação aos órgãos públicos competentes que não seja concedido aos condenados no presente voto parcelamento de tributos federais por eles devidos ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos, tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator.</p>
18		<p>49. Processo Administrativo nº 08012.008735/2007-39 47. Processo Administrativo nº 08012.004596/2004-21</p>	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a celebração de Termo de Compromisso de Cessação, nos termos do voto da Conselheira Relatora.</p>

	<p>48. Processo Administrativo nº 08012.006253/2005-82</p> <p>50. Processo Administrativo nº 08012.008741/2007-96</p> <p>51. Processo Administrativo nº 08012.003779/2010-78</p> <p>39. Processo Administrativo nº 08012.002440/2005-97</p> <p>41. Processo Administrativo nº 08012.009534/2006-78</p> <p>42. Processo Administrativo nº 08012.008733/2007-40</p> <p>43. Processo Administrativo nº 08012.008737/2007-28</p> <p>44. Processo Administrativo nº 08012.008740/2007-41</p> <p>45. Processo Administrativo nº 08012.006762/2009-39</p> <p>46. Processo Administrativo nº 08012.007203/2009-46</p> <p>16. Averiguação Preliminar nº 08012.011005/2008-04</p> <p>19. Processo Administrativo nº 08012.002112/2000-88</p> <p>20. Processo Administrativo nº 08012.001046/2003-70</p> <p>21. Processo Administrativo nº 08012.001305/2003-62</p> <p>22. Processo Administrativo nº 08012.003368/2004-34</p> <p>23. Processo Administrativo nº 08012.001792/2007-97</p> <p>24. Processo Administrativo nº 08012.003035/2008-39</p> <p>25. Processo Administrativo nº 08700.003447/2008-11</p> <p>26. Processo Administrativo nº 08012.007885/2008-14</p> <p>27. Processo Administrativo nº 08012.008143/2008-06</p> <p>28. Processo Administrativo nº 08012.011124/2008-59</p> <p>29. Processo Administrativo nº 08012.011935/2008-50</p> <p>30. Processo Administrativo nº 08012.007204/2009-91</p> <p>31. Processo Administrativo nº 08012.003884/2010-15</p> <p>32. Processo Administrativo nº 08012.008031/2008-47</p> <p>33. Processo Administrativo nº 08012.008736/2007-83</p>	
--	--	--

	<p>34. Processo Administrativo nº 08012.009866/2008-14</p> <p>35. Processo Administrativo nº 08012.004993/2009-16</p> <p>36. Processo Administrativo nº 08012.006748/2009-35</p>	
	<p>38. Processo Administrativo nº 08012.003745/2010-83</p>	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação de todos os representados, com fundamento nos artigos 20 e 21 da Lei no 8.884/94. O Plenário, por maioria, considerou todos os representados incurso nos artigos 20, I c/c o artigo 21, I, II e XXIV, da Lei no 8.884/1994, bem como considerou o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, incurso também nos artigos 20, I, II e IV c/c o artigo 21, IV e V, da Lei no 8.884/1994, e condenou-os ao pagamento de multa, a ser comprovada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta decisão, nos seguintes termos: (i) Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, no valor de R\$ 6.416.460,00 (seis milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta reais); (ii) União Brasileira de Compositores – UBC, no valor de R\$ 5.347.050,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e sete mil e cinquenta reais); (iii) Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais - SOCIMPRO, no valor de R\$ 5.347.050,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e sete mil e cinquenta reais); (iv) Associação Brasileira de Música e Artes – ABRAMUS, no valor de R\$ 5.347.050,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e sete mil e cinquenta reais); (v) Associação de Músicos Arranjadores e Regentes – AMAR, no valor de R\$ 5.347.050,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e sete mil e cinquenta reais); (vi) Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música – SBACEM, no valor de R\$ 5.347.050,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e sete mil e cinquenta reais); (vii) Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais – SICAM, no valor de R\$ 5.347.050,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e sete mil e cinquenta reais), bem como às demais penalidades impostas, tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencidos os Conselheiros Marcos Paulo</p>

			<p>Verissimo e Ana Frazão, que divergiram quanto à tipificação das condutas classificadas pelo Conselheiro Relator como hipóteses adicionais de abuso de posição dominante, quanto à imposição das sanções comportamentais previstas no parágrafo 464, incisos III a VII do voto do Conselheiro Relator, substituindo-os pelos seguintes: que as Representadas abstenham-se de formular e impor tabelas unilaterais de preços, cessando imediatamente sua utilização; que ao invés engajem-se na negociação bilateral de condições de contratação com usuários ou associações de usuários, devendo, em caso de não ser possível atingir acordo, licenciar desde logo os direitos em apreço, recorrendo, em seguida, para o arbitramento judicial ou extrajudicial do preço e das condições de contratação; que as Requerentes se abstenham de impor condições fixas de contratação do tipo blanket licence ou one stop shop, abrindo-se à negociação de licenças parciais sempre que isso for de interesse do usuário, determinando ainda a condenação dos representados ao pagamento de multa, a ser comprovada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta decisão, nos seguintes termos: (i) Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, no valor de 4.200.000 de UFIR; (ii) União Brasileira de Compositores – UBC, no valor de 3.500.000 de UFIR; (iii) Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais - SOCIMPRO, no valor de 3.500.000 de UFIR; (iv) Associação Brasileira de Música e Artes – ABRAMUS, no valor de 3.500.000 de UFIR; (v) Associação de Músicos Arranjadores e Regentes – AMAR, no valor de 3.500.000 de UFIR; (vi) Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música – SBACEM, no valor de 3.500.000 de UFIR; (vii) Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais – SICAM, no valor de 3.500.000 de UFIR. O Presidente Substituto, Ricardo Machado Ruiz e o Conselheiro Marcos Paulo Verissimo apresentarão declarações de voto por escrito.</p>
--	--	--	--

	19	16. Processo Administrativo nº 08012.006755/2009-37 (b)	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a celebração de Termo de Compromisso de Cessação, nos termos do voto da Conselheira Relatora.
		02. Processo Administrativo nº 08000.009391/1997-17	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do presente processo, nos termos do voto da Conselheira Relatora e do voto-vista do Conselheiro Marcos Paulo Verissimo.
	20	25. Processo Administrativo nº 08012.005928/2003-12	Após o voto do Conselheiro Marcos Paulo Verissimo, no sentido do arquivamento do presente processo, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis. Aguardam os demais.
		05. Processo Administrativo nº 08012.011042/2005-61	Após o voto do Conselheiro Marcos Paulo Verissimo, no sentido do arquivamento do presente processo, recomendando à Superintendência Geral do CADE que abra, de ofício, Averiguação Preliminar destinada a apurar as condições em que se dá, atualmente, o relacionamento da Raízen com seus distribuidores franqueados e não franqueados, solicitando a essa empresa informações detalhadas e atuais acerca de eventuais práticas de fixação ou sugestão de preços, máximos, mínimos ou sugeridos, de revenda de combustíveis, bem como informações atuais e detalhadas ligadas a seus eventuais programas de <i>compliance</i> com a legislação antitruste e ligadas ao eventual monitoramento do comportamento competitivo de seus distribuidores e dos concorrentes destes nos vários mercados em que estes atuam, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis. Aguardam os demais.
		26. Processo Administrativo nº 08012.000751/2008-64	Na 2ª SOJ, após o voto do Conselheiro Relator determinando o arquivamento do processo, tendo em vista a incidência de prescrição da pretensão punitiva da Administração, e, se vencido quanto a esse ponto, pela inexistência de infração à ordem econômica, pediu vista o Conselheiro Marcos Paulo Verissimo. O Conselheiro Marcos Paulo Verissimo aderiu ao voto do Conselheiro Relator, no sentido do arquivamento do presente processo.

			Após o voto do Conselheiro Marcos Paulo Verissimo, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis. Aguardam os demais.
21	0		
22	12. Processo Administrativo nº 08012.004039/2001-68		<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados Jaime Alarcão e Wilmar Peixoto pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, inc. I c/c art. 21, inc. II da Lei nº 8.884/94 e dos demais Representados pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, inc. I, II, III e IV c/c art. 21, inc. I e II da Lei nº 8.884/94. Pela prática de tal infração, os Representados, nos termos do art. 37, inc. I da Lei nº 12.529/2011 e do art. 23, inc. III da Lei nº 8.884/94, foram condenados ao pagamento de multa, a ser comprovada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta decisão, nos seguintes termos: (i) multa equivalente a 30.000 (trinta mil) UFIRs, no valor de R\$ 31.923,00 (trinta e um mil, novecentos e vinte e três reais), para cada uma das pessoas jurídicas seguintes: Panificadora e Confeitaria Eulálio Ltda.; Panificadora Confeitaria e Mercearia da Paz Ltda.; Panificadora e Lanchonete Shallon; Panificadora Pão de Ouro Ltda.; Panificadora, Confeitaria e Mercearia Lua da Serra Ltda.; Pão D'Itália (WC da Silva Costa – ME); Panificadora Serranê Delícias do Trigo (Osnilson Alves da Costa - ME); Pão da Casa Panificadora Ltda. – ME; Panificadora de Itália;</p>

			<p>Indústria de Panificação Nobre Ltda.; Panificadora e Merceria Pão Nosso (J.S Telles – ME); Panificadora e Merceria Belo Pão; Panificadora e Confeitaria Candanga Ltda.; Padaria e Confeitaria São Francisco de Assis Ltda., Panificadora Pão Francês; Panificadora Pão da Casa; Panificadora e Confeitaria São Conrado Ltda.; Panificadora Pão de Sal (Empresário Indiv. Antero Ferreira Neto); (ii) multa a 10% da condenação imposta à respectiva pessoa jurídica, no valor de R\$ 3.192,30 (três mil, cento e noventa e dois reais e trinta centavos), para cada uma pessoas físicas seguintes: Alaor Eulálio Melo, Fábio Henrique Costa Lemos, Joe Silva, Josias Silva, Druso Matos Ferraz, Antônio da Paz Costa, Renes José Soares, José de Moraes Pessoa, Carlos Barbosa da Silva, Antônio Marcos Martins dos Reis, Jeovan Santana Teles, Édson Rocha da Silva, Marcelo Menezes Ribeiro, José Luciano Martins dos Reis, Ana Paula Pereira Gomes, Luiz Alberto Martins, Miguel Lourenço Batista; e (iii) multa equivalente a 10.000 (dez mil) UFIRs, no valor de R\$ 10.641,00 (dez mil, seiscentos e quarenta e um reais), para cada uma das pessoas físicas seguintes: Jaime Divino Alarcão e Wilmar Ferreira Peixoto, nos termos do voto da Conselheira Relatora.</p>
		02. Processo Administrativo nº 08012.006715/2002-19	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do presente processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.</p>
23	0		

24	<p>03. Processo Administrativo nº 08012.004573/2004-17</p> <p>04. Processo Administrativo nº 08012.007149/2009-39</p>	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do Processo Administrativo em relação ao Representado Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes - SULPETRO, bem como, em virtude da prática das infrações tipificadas no artigo 20, incisos I e III c/c artigo 21, incisos I, II e XXIV, ambos da Lei nº 8.884/94, a condenação dos Representados Miotti e Lima Ltda. - Auto Posto Central, Padre Réus Comércio de Combustíveis Ltda. - Posto Nota Dez, Pedro Maffini e Filhos, Dutra Auto Posto Ltda. - Dutra Auto Posto, Santa Lúcia Comércio e Pavimentações Ltda. - Postos Santa Lúcia, Volmar Peixoto e Cia. Ltda. – Posto Plaza, JN Comércio de Combustíveis Ltda. – Posto Ferrari, Comercial de Combustíveis Santo Amaro Ltda. – Posto Bambino, Arlindo dos Santos Dutra, Ivo Santa Lúcia, João Cleonir Moraes Saldanha, Jorge Humberto Vasques Miotti, Valnir José Dutra da Silva, Volmar Rosa Peixoto e Irineu João Barichello, e condenou-os ao pagamento de multa, que deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta decisão, nos seguintes termos: (i) Miotti e Lima Ltda. - Auto Posto Central: R\$ 533.729,65 (quinhentos e trinta e três mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos); (ii) Padre Réus Comércio de Combustíveis Ltda. - Posto Nota Dez: R\$ 1.073.236,23 (um milhão, setenta e três mil, duzentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos); (iii) Pedro Maffini e Filhos: R\$ 987.094,56 (novecentos e oitenta e sete mil, noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos); (iv) Dutra Auto Posto Ltda. - Dutra Auto Posto: R\$ 3.947.744,31 (três milhões, novecentos e quarenta e sete mil, setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e um centavos); (v) Santa Lúcia Comércio e Pavimentações Ltda. - Postos Santa Lúcia: R\$ 6.730.531,30 (seis milhões, setecentos e trinta mil, quinhentos e trinta e um reais e trinta centavos), (vi) Volmar Peixoto e Cia. Ltda. – Posto Plaza: 1.000.000 UFIR, equivalente a R\$ 1.064.100,00 (um milhão, sessenta e quatro mil e cem reais); (vii) JN Comércio de Combustíveis Ltda. – Posto Ferrari:</p>
----	---	---

		<p>1.000.000 UFIR, equivalente a R\$ 1.064.100,00 (um milhão, sessenta e quatro mil e cem reais); (viii) Comercial de Combustíveis Santo Amaro Ltda. – Posto Bambino: 1.000.000 UFIR, equivalente a R\$ 1.064.100,00 (um milhão, sessenta e quatro mil e cem reais); (ix) Arlindo dos Santos Dutra: R\$ 148.064,18 (cento e quarenta e oito mil, sessenta e quatro reais e dezoito centavos); (x) Ivo Santa Lúcia: R\$ 1.009.579,70 (um milhão, nove mil, quinhentos e setenta e nove reais e setenta centavos); (xi) João Cleonir Moraes Saldanha: R\$ 182.450,16 (cento e oitenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais e dezesseis centavos); (xii) Jorge Humberto Vasques Miotti: R\$ 90.734,04 (noventa mil, setecentos e trinta e quatro reais e quatro centavos); (xiii) Valnir José Dutra da Silva: R\$ 592.161,65 (quinhentos e noventa e dois mil, cento e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos); (xiv) Volmar Rosa Peixoto: 150.000 UFIR, equivalente a R\$ 159.615,00 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e quinze reais) e (xv) Irineu João Barichello: 300.000 UFIR, equivalente a R\$ 319.230,00 (trezentos e dezenove mil, duzentos e trinta reais). No tocante ao Representado Irineu João Barichello, em face do seu falecimento, o Plenário determinou a extinção de sua punibilidade. O Plenário determinou ainda a remessa desta decisão ao Ministério Público Estadual do Estado do Rio Grande do Sul e ao Tribunal de Justiça/RS, tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator.</p>
	05. Processo Administrativo nº 08012.006271/2009-98	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	06. Processo Administrativo nº 08012.002925/2009-12	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto da Conselheira Relatora.
25	08. Processo Administrativo nº 08012.008738/2007-72 (b)	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	07. Processo Administrativo nº 08012.007205/2009-35	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação da Unimed Nordeste Goiano por infração à ordem econômica, prevista no artigo 20, incisos I, II e IV c/c artigo 21, incisos IV e V da Lei

		<p>nº 8.884/94, com aplicação de multa no valor de 60.000 (sessenta mil) UFIR à Unimed Nordeste Goiano, equivalente ao valor de R\$ 63.846,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais), conforme previsão do artigo 23, inciso III c/c artigo 27, ambos da Lei 8.884/94. Determinou ainda à Unimed Brasil – responsável pela gerência do Sistema Unimed – e à Unimed Planalto – que absorveu os produtos e os beneficiários da Unimed Nordeste Goiano – que comuniquem o teor da presente decisão aos seus cooperados, por meio de qualquer meio interno de divulgação, comprovando, perante o CADE, o cumprimento desta determinação no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação da decisão, tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator.</p>
26	12. Processo Administrativo nº 08012.005524/2010-40	<p>Após o voto do Conselheiro Relator, determinando a condenação dos Representados pela prática de condutas anticoncorrenciais tipificadas nos artigos 20, I e 21, V e X da Lei nº 8.884/94, com aplicação das seguintes penas: (i) pagamento de multa pelo Sindicato das Academias do Estado do Rio de Janeiro – SINDACAD/RJ no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil) e pelo Senhor Ricardo Marques de Abreu no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil); (ii) retirada da Convenção Coletiva de Trabalho de qualquer menção à exigência de determinada quantidade de monitores; (iii) publicação de notícia sobre a condenação pelo CADE na página principal do <i>website</i> do Sindicato das Academias do Estado do Rio de Janeiro – SINDACAD/RJ pelo período de 60 dias; e (iv) encaminhamento de email e correspondência a todos os filiados do SINDACAD/RJ explicitando a retirada da Convenção Coletiva de Trabalho de qualquer menção à exigência de determinada quantidade de monitores, bem como o recolhimento das multas ao Fundo de Direitos Difusos – FDD deve ocorrer no prazo de 30 dias a contar da data da publicação da decisão, enquanto a comprovação do cumprimento das demais sanções deverá ocorrer no prazo de 60 dias a contar da data da publicação da decisão,</p>

			tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista pela Conselheira Ana Frazão. Aguardam os demais.
27	15. Processo Administrativo nº 08012.006043/2003-22 (b)		Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	14. Processo Administrativo nº 08012.011027/2006-02		Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do presente processo em relação à United Airlines Inc. e a Luiz Fernando Costa. Com relação aos beneficiários da leniência, Deutsche Lufthansa AG, Lufthansa Cargo AG, Swiss International Airlines, Cleverton Holtz Vighy, Vítor de Siqueira Manhães, Eduardo Nascimento Faria, Aluísio Damião da Silva Corrêa e Fernando Amaral, determinou, por unanimidade, a aplicação de todos os benefícios previstos no Acordo de Leniência, e decretou a extinção da ação punitiva da administração pública nos termos dos artigos 35-B, §4º, inciso I e artigo 35-C, parágrafo único, da Lei nº 8.884/94. Determinou, ainda, por unanimidade, o afastamento das preliminares suscitadas e a condenação dos Representados American Airlines, Inc., ABSA Aerolíneas Brasileiras S.A., Varig Logística S.A. – Varig Log, Alitalia Linee Aeree Italiane S.P.A., Dener José de Souza, Javier Felipe Meyer de Pablo, Hernán Arturo Merino Figueroa, José Roberto da Costa, Margareth de Almeida Faria, e Marcelo Del Padre, por crime contra a ordem econômica nos termos do artigo 20, inciso I e artigo 21, incisos, I e II da Lei nº 8.884/94, com a aplicação das seguintes multas: American Airlines, Inc., no valor de R\$ 25.770.589,61 (vinte e cinco milhões, setecentos e setenta mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos); ABSA Aerolíneas Brasileiras S.A. no valor de R\$ 114.133.918,25 (cento e quatorze milhões, cento e trinta e três mil, novecentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos); Varig Logística S.A. – Varig Log, no valor de R\$ 147.496.150,54 (cento e quarenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos); Alitalia Linee Aeree

		<p>Italiane S.P.A., no valor de R\$ 3.974.204,02 (três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e quatro reais e dois centavos); Dener José de Souza, no valor de R\$ 74.487,00 (setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete reais); Javier Felipe Meyer de Pablo, no valor de R\$ 1.141.339,18 (um milhão, cento e quarenta e um mil, trezentos e trinta e nove reais e dezoito centavos); Hernán Arturo Merino Figueroa, no valor de 1.141.339,18 (um milhão, cento e quarenta e um mil, trezentos e trinta e nove reais e dezoito centavos); José Roberto da Costa, no valor de R\$ 74.487,00 (setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete reais); Margareth de Almeida Faria, no valor de R\$ 74.487,00 (setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete reais); Marcelo Del Padre, no valor de R\$ 74.487,00 (setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete reais); e demais penalidades definidas no voto do Conselheiro Relator. O Plenário, por maioria, afastou as preliminares e determinou a condenação de Norberto Maria Jochmann, com aplicação de multa no valor de R\$ 2.282.678,37 (dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos), e demais penalidades previstas, nos termos do voto do Conselheiro Relator; vencida a Conselheira Ana Frazão que votou pelo arquivamento do processo em relação a este Representado. Em relação a Paulo Jofily de Monteiro Lima, Renata de Souza Branco, KLM – Companhia Real Holandesa de Aviação e Societé Air France, determinou, por unanimidade, a não aplicação de multa pecuniária uma vez que o processo administrativo está suspenso em virtude do Termo de Compromisso de Cessação pactuado, atualmente sob acompanhamento no CADE. O Plenário do CADE fixou o prazo de 60 (sessenta) dias para a comprovação do cumprimento da decisão do CADE, a contar de sua publicação, nos termos do voto do Conselheiro Relator.</p>
	16. Processo Administrativo nº 08012.008224/1998-38	<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo Administrativo em relação a: AGF Brasil</p>

			<p>Seguros S.A., A Marítima Cia. de Seguros Gerais, Finasa Seguradora S.A., General Accident Cia. de Seguros (atual Royal & Sunalliance Cia. De seguros), Generalli do Brasil Cia. Nacional de Seguros, J. Malucelli Seguradora S.A, Cia. de Seguros Minas Brasil, Nacional Companhia de Seguros, Unibanco AIG Seguros § Previdência, Novo Hamburgo Cia de Seguros Gerais (atual União Novo Hamburgo S.A), Cia. Paulista de Seguros (atual Liberty Paulista Seguros), Porto Seguros Cia. de Seguros Gerais, UAP Seguros Brasil S/A (atual AXA Seguros Brasil S.A), Cia. União Seguros Gerais (atual Novo Hamburgo S.A), ITAUSEG Seguros, Vera Cruz Seguradora S/A, Bradesco Seguros, Real Previdência e Seguros, Sul América Seguros; e determinou a condenação do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado de São Paulo – SINDSEG/SP e do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado do Paraná – SINDSEG/PR, pelas condutas incursas nos art. 20, inciso I, c/c art. 21, inciso II, ambos da Lei 8.884/94, impondo a cada um destes Representados, nos termos do art. 37, inc. I da Lei n. 12.529/2011 e do art. 23, inc. III da Lei 8.884/94, o pagamento de multa no valor individual de R\$ 106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais), a serem pagas no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da decisão, bem como ao cumprimento das demais penalidades constantes do voto, no prazo de 15 (quinze) dias, tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora.</p>
		<p>Processo Administrativo nº 08012.005524/2010-40</p>	<p>Na 26ª SOJ, após o voto do Conselheiro Relator, determinando a condenação dos Representados pela prática de condutas anticoncorrenciais tipificadas nos artigos 20, I e 21, V e X da Lei nº 8.884/94, com aplicação das seguintes penas: (a) pagamento de multa pelo Sindicato das Academias do Estado do Rio de Janeiro – SINDACAD/RJ no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil) e por Ricardo Marques de Abreu no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil); (b) retirada da Convenção Coletiva de</p>

			<p>Trabalho de qualquer menção à exigência de determinada quantidade de monitores; (c) publicação de notícia sobre a condenação pelo CADE na página principal do <i>website</i> do Sindicato das Academias do Estado do Rio de Janeiro – SINDACAD/RJ pelo período de 60 dias; e (d) encaminhamento de e-mail e correspondência a todos os filiados do SINDACAD/RJ explicitando a retirada da Convenção Coletiva de Trabalho de qualquer menção à exigência de determinada quantidade de monitores; bem como o recolhimento das multas ao Fundo de Direitos Difusos – FDD no prazo de 30 dias a contar da data da publicação da decisão e a comprovação do cumprimento das demais sanções no prazo de 60 dias a contar da data da publicação da decisão, tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista pela Conselheira Ana Frazão.</p> <p>Decisão: Após o voto da Conselheira Ana Frazão aderindo parcialmente ao voto do Conselheiro Relator, pela condenação dos Representados pela prática de infração à ordem econômica nos termos do art. 20, I c/c o art. 21, V e X da Lei 8.884/94, mas pela aplicação somente das seguintes penas: (i) pagamento de multa pelo Sindicato das Academias do Estado do Rio de Janeiro – SINDACAD/RJ no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil) e por Ricardo Marques de Abreu no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil); (ii) publicação de notícia sobre a condenação pelo CADE na página principal do <i>website</i> do Sindicato das Academias do Estado do Rio de Janeiro – SINDACAD/RJ pelo período de 60 dias, nos termos do seu voto. Manifestou-se oralmente o Conselheiro Ricardo Machado Ruiz, retificando o voto anteriormente proferido e aderindo ao voto vista da Conselheira Ana Frazão. O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados pela prática de infração à ordem econômica nos termos do art. 20, I c/c o art. 21, V e X da Lei 8.884/94, com aplicação das seguintes penas: (i) pagamento de multa pelo Sindicato das Academias do Estado do Rio de Janeiro –</p>
--	--	--	---

			SINDACAD/RJ no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil) e por Ricardo Marques de Abreu no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil); (ii) publicação de notícia sobre a condenação pelo CADE na página principal do <i>website</i> do Sindicato das Academias do Estado do Rio de Janeiro – SINDACAD/RJ pelo período de 60 dias, nos termos do voto retificado do Conselheiro Relator.
28	10. Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91		Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, bem como o arquivamento e indeferimento do Recurso Administrativo interposto pela Global Village Telecom Ltda. contra decisão proferida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL (Recurso Administrativo nº 08700.004149/2008-48); da Averiguação Preliminar daí decorrente (Averiguação Preliminar nº 53500.016900/2007); e do pedido de medida preventiva formulado pela Global Village Telecom Ltda. (Medida Preventiva nº 08700.002370/2007-81), nos termos do voto da Conselheira Relatora.
29	Sessão cancelada		
30	0		
31	08. Processo Administrativo nº 08012.004771/2011-18 (b)		Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	10. Processo Administrativo nº 08012.011668/2007-30		Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação às pessoas físicas Marcio Jiovane Matiazi, Adelton Antônio Fevereiro, José Eduardo Maluf e Emílio Sérgio Santaella e às empresas por eles representadas, quais sejam, N. Matiasi & Cia Ltda. (Auto Posto Portelão), A.A. Fevereiro, Doino & Machado Ltda. (antiga AA Fevereiro & Asbahr Ltda.), Kalahan Comércio de Combustíveis Ltda. e Auto Posto Carajás Ltda.; bem como determinou a condenação dos demais Representados pela prática de infrações à ordem econômica previstas no art. 20, I, c/c art. 21, I e II, da Lei nº 8.884/94, com aplicação de multas, que deverão ser recolhidas no prazo de 30 dias, fixadas nos seguintes valores: Auto Posto Paiguás Ltda. (Posto Alvorada), no valor de R\$ 487.134,86 (quatrocentos e oitenta e sete mil, cento e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos); Etel Comércio de

			<p>Combustíveis Ltda. (Posto Paizão), no valor de R\$ 744.870,00 (setecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta reais); Auto Posto Exposição Ltda., no valor de R\$ 744.870,00 (setecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta reais); Auto Posto Brasília de Londrina Ltda (Posto Meninão), no valor de R\$ 744.870,00 (setecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta reais); AVN Comércio de Combustíveis Ltda. (Auto Posto Bonanza), no valor de R\$ 610.314,46 (seiscentos e dez mil, trezentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos); Oil Petro Brasileira de Petróleo Ltda., no valor de R\$ 851.280,00 (oitocentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta reais); Mazzarelo & Cia Ltda. (Auto Posto Flamboyant), no valor de R\$ 851.280,00 (oitocentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta reais); DGJR Comércio de Combustíveis Ltda. (Posto Versailles e Posto Versailles II), no valor de R\$ 851.280,00 (oitocentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta reais); J Ramalho & Cia Ltda. (Auto Posto Versailles III), no valor de R\$ 851.280,00 (oitocentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta reais); Auto Posto 10 de Dezembro Ltda., no valor de R\$ 851.280,00 (oitocentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta reais); Posto Novo Oriente Ltda., no valor de R\$ 851.280,00 (oitocentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta reais); C.O. Bolognesi & Bolognesi Ltda. (Posto Tropical), no valor de R\$ 851.280,00 (oitocentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta reais); Djalma Eugênio Guarda Júnior, no valor de R\$ 79.340,88 (setenta e nove mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos); Édson Fernandes Gimenes, no valor de R\$ 63.327,53 (sessenta e três mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos); Sérgio Góes de Oliveira, no valor de R\$ 290.499,30 (duzentos e noventa mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta centavos); Djalma Eugênio Guarda, no valor de R\$ R\$ 346.931,17 (trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e um reais e dezessete centavos); Itauby Netto José Ramalho Guarda, no valor de R\$ 255.384,00</p>
--	--	--	---

			<p>(duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais); Claudir Osmir Bolognesi, no valor de R\$ 255.384,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais); Jônatas Cerqueira Leite, no valor de R\$ 127.692,00 (cento e vinte e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais); e Mauro César Guarda, no valor de R\$ 255.384,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais); e as demais penalidades constantes do voto, tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora.</p>
32	09. Processo Administrativo nº 08012.010576/2009-02		<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação da Unimed – Cooperativa de Serviços de Saúde dos Vales do Taquari e Rio Pardo Ltda. por infração à ordem econômica, prevista no artigo 20, incisos I, II e IV c/c artigo 21, incisos IV e V da Lei nº 8.884/1994, com aplicação de multa no valor de R\$ 2.903.070,68 (dois milhões, novecentos e três mil, setenta reais e sessenta e oito centavos), conforme previsão do artigo 37, inciso I da Lei nº 12.529/2011. Determinou, ainda: i) que a Representada retire de seu Estatuto Social de 30 de novembro de 2005 toda disposição que implique a exigência de exclusividade na prestação de serviços médicos por seus cooperados, particularmente o disposto na cláusula 24, incisos I e VI; na cláusula 25, parágrafo único; na cláusula 28; na cláusula 34, inciso I; e na cláusula 35, inciso V, comprovando o cumprimento de tal determinação em até 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação da decisão; ii) que se abstenha de quaisquer práticas que resultem em imposição de exclusividade a seus cooperados, dentre as quais a exigência de preenchimento de declaração de teor equivalente àquele mencionado nos itens 38 e 39 do voto; iii) que comunique o teor da presente decisão aos seus cooperados, através de qualquer meio interno de divulgação, comprovando perante ao CADE, o cumprimento da determinação no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação da decisão; iv) o envio da presente decisão à Unimed Brasil, com a solicitação para que a mesma comunique tal decisão a seus cooperados; e v) que</p>

			<p>publique, às suas expensas, extrato da decisão condenatória em meia página de jornal de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul, por dois dias seguidos, durante três semanas consecutivas; tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator.</p>
33	11. Processo Administrativo nº 08012.003151/2009-39 (b)		<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto da Conselheira Relatora.</p>
	10. Processo Administrativo nº 08012.003874/2009-38		<p>Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo administrativo em relação à Arcal Consultoria Gerencial Ltda., bem como determinou a condenação do Sindicato dos Proprietários de Centros de Formação de Condutores de Minas Gerais – SIPROCFC/MG, por infração à ordem econômica, com fulcro no art. 20, inciso I, e no art. 21, inciso II, ambos da Lei 8.884/94, com a aplicação cumulativa das seguintes penalidades, já calculadas segundo a lei mais benéfica ao representado e de acordo com os dispositivos legais: i) abstenção do Sindicato dos Proprietários de Centros de Formação de Condutores de Minas Gerais – SIPROCFC/MG de quaisquer práticas que resultem em discussão e elaboração de tabela de preços; ii) multa de 300.000 UFIRS, equivalente a R\$ 319.250,00 (trezentos e dezenove mil duzentos e cinquenta reais) a ser recolhida no prazo de trinta dias corridos a contar da publicação da presente decisão no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 23, inciso III da Lei 8.884/94; iii) inscrição do SIPROCFC/MG no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor; iv) publicação de extrato da presente decisão na seção de economia ou afim do jornal de maior circulação no estado de Minas Gerais, em meia página e às expensas do representado, por dois dias seguidos, ao longo de três semanas consecutivas, no mesmo prazo de recolhimento da multa, que deverá ser comprovada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação da decisão; v) que Sindicato dos Proprietários de Centros de Formação de Condutores de Minas Gerais – SIPROCFC/MG comunique o teor da presente decisão aos seus sindicalizados, através de qualquer</p>

			meio interno de divulgação, comprovando, perante o CADE, o cumprimento da determinação no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação da decisão, tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator.
34	13. Processo Administrativo nº 53500.015661/2007 (b)		Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	14. Processo Administrativo nº 08012.003267/2008-97 (b)		Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	15. Processo Administrativo nº 08012.004869/2008-61 (b)		Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	17. Processo Administrativo nº 08012.000841/2011-51 (b)		Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	16. Processo Administrativo nº 08012.007189/2008-08		Após o voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento do Processo Administrativo, foi suspenso o julgamento do presente processo em virtude de pedido de vista do Conselheiro Alessandro Octaviani Luis. Aguardam os demais.
	19. Processo Administrativo nº 08012.012420/1999-61		Decisão: O Plenário, por unanimidade determinou o arquivamento do processo em relação aos seguintes Representados: Livraria e Papelaria Saraiva S.A., Associação Nacional das Livrarias, Associação Nacional das Livrarias – Regional da Bahia, Saraiva S.A. Livreiros Editores, Editora Atlas S.A., Malheiros Editores Ltda., Editora Revista dos Tribunais Ltda. e Companhia Editora Forense; bem como em relação às seguintes pessoas físicas: Luiz Carlos Maciel, Valter da Silva, Paulo Campos da Silveira, Francisco Gouveia Pereira, Vladimir Nobre, Odair Luiz Zardo, Valdinar da Costa Veras, Eduardo Yassuda, Joana Angélica de Santana. O Plenário, por unanimidade, determinou, ainda, a condenação da Livraria e Editora Brasília Jurídica Ltda., da Livraria do Advogado de Brasília Ltda., da Livraria Universitária de Brasília Ltda., de Valdinar da Costa Veras E.P.P., da Livraria Edições Jurídicas Ltda., da Livraria Acadêmica Ltda., e da Câmara do Livro do Distrito Federal, pela prática da infração prevista no art. 20, inc. I c/c art. 21, inc. V da Lei 8.884/94, com aplicação de multa à Câmara

		do Livro do Distrito Federal no valor de R\$ 3.192,30 (três mil, cento e noventa e dois reais e trinta centavos) e aplicação de multa à Livraria e Editora Brasília Jurídica Ltda., à Livraria do Advogado de Brasília Ltda., à Livraria Universitária de Brasília Ltda., à Valdinar da Costa Veras E.P.P., à Livraria Edições Jurídicas Ltda., à Livraria Acadêmica Ltda., no valor individual de R\$ 5.320,50 (cinco mil trezentos e vinte reais e cinquenta centavos); que deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação da decisão, nos termos do voto da Conselheira Relatora.
	12. Processo Administrativo nº 08012.001503/2006-79	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação da Uniodonto Lençóis Paulista por infração à ordem econômica, prevista no artigo 20, incisos I, II e IV c/c artigo 21, incisos IV e V da Lei nº 8.884/94, com a aplicação cumulativa das seguintes penalidades: i) multa de R\$ 120.549,62 (cento e vinte mil quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos); ii) que a Uniodonto Lençóis Paulista retire de seu Estatuto Social toda disposição que implique a exigência de exclusividade na prestação de serviços odontológicos por seus cooperados, particularmente o disposto no artigo 7º, comprovando o cumprimento de tal determinação em até 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação da decisão; iii) que a Representada se abstenha de quaisquer práticas que resultem em imposição de exclusividade a seus cooperados; iv) que comunique o teor da presente decisão aos seus cooperados, por meio de qualquer meio interno de divulgação, comprovando, perante o CADE, o cumprimento da determinação no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação da decisão; v) que realize o envio da presente decisão à Uniodonto do Brasil Planos Odontológicos, com a solicitação para que a mesma comunique tal decisão a seus cooperados; tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator.
35	11. Processo Administrativo nº 08012.006450/2000-97 (b)	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

	09. Processo Administrativo nº 53500.015318/2006	Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.
	TOTAL: No ano de 2013, foram julgados 74 (setenta e quatro) Processos Administrativos, dos quais 16 (dezesesseis) foram arquivados, 21 (vinte e um) Processos Administrativos resultaram em condenação para os representados, 04 (quatro) tiveram pedido de vista e em 32 (trinta e dois) foram celebrados TCC.	

ANEXO 2: TABELA COM OS PROCESSOS JUDICIAIS DECORRENTES DAS DECISÕES
CONDENATÓRIAS DO CADE PROLATADAS EM 2012 E 2013

Processo no CADE	Processo judicial	Partes	Objeto	Situação
08012.004702/2 004-77	0003355- 81.2013.4.01.3400 PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Vara: 9ª VARA FEDERAL (conexa)	Réu CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE Autor PEROXIDOS DO BRASIL LTDA	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES Observação: SUSPENDER DESDE LOGO OS EFEITOS DA CONDENAÇÃO IMPOSTA PELO CADE UMA VEZ QUE A CAUÇÃO IMCIDA SUPERA MAIS DO DOBRO DO VALOR DA MULTA	15/04/2015 INTIMACAO NOTIFICACAO POR OFICIAL MANDADO REMETIDO CENTRAL
	0035867- 98.2014.4.01.0000 Nova Numeração:003586 7- 98.2014.4.01.0000 Grupo: AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO	AGRAVANTE PEROXIDOS DO BRASIL LTDA AGRAVADO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	CARTEL	22/10/2014 CONCLUSÃO PARA RELATÓRIO E VOTO
	0002399- 65.2013.4.01.3400 PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Vara: 9ª VARA FEDERAL (conexa)	Réu CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA Autor NICOLAS MAKAY JUNIOR	INQUÉRITO PROCESSO RECURSO ADMINISTRATIVO Observação: PROCESSO ADM 0812004702200477 SUSPENDER OS EFEITOS DA CONDENAÇÃO IMPOSTA PELO CADE	01/07/2013 CONCLUSOS PARA SENTENCA
	0017435- 50.2013.4.01.3400 Classe: 7 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Vara: 9ª VARA FEDERAL	Réu CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE Autor CARLOS ALBERTO TIEGHI	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES Observação: ANULAR A DECISÃO COLEGIADA PROFERIDA PELO RÉU NO ÂMBITO DO PROC ADM Nº 08012004702200477 E CONSEQUENTEMEN TE A MULTA IMPOSTA AO AUTOR	26/05/2014 CONCLUSOS PARA SENTENCA
	0002437- 77.2013.4.01.3400 PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Réu CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES Observação: SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DA	23/03/2015 CONCLUSOS PARA SENTENCA

	Vara: 9ª VARA FEDERAL (conexa)	ECONOMICA - CADE Autor PAULO FRANCISCO TREVIA SCHIRCH	MULTA APLICADA PELO RÉU NO AMBITO DO PROCESSO ADM 08012004702200477	
	0017418- 14.2013.4.01.3400 CAUTELAR INOMINADA Vara: 9ª VARA FEDERAL (conexa)	Requerido CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE Requerente SERGIO AFONSO ZINI Requerente ROBERTO NASCIMENTO Requerente GIBRAN JOAO TARANTINO Requerente LUIZ LEONARDO DA SILVA FILHO	INQUÉRITO PROCESSO RECURSO ADMINISTRATIVO Observação: PA 08012004702200477 SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DA DECISAO DO CADE	17/03/2014 CONCLUSOS PARA SENTENCA
	0021895- 17.2012.4.01.3400 MANDADO DE SEGURANÇA	Impetrado CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE Impetrante PAULO FRANCISCO TREVIA SCHIRCH Impetrante CARLOS ALBERTO TIEGHI	SUSPENSÃO DA DECISÃO QUE INCLUIU O PA 08012004702200477 EM PAUTA PARA JULGAMENTO DETERMINANDO- SE SEJA RETIRADO DE PAUTA, POSSIBILITAR O ACESSO ÀS MENSAGENS	Sentença sem exame de mérito (desistência)

2013

Processo no CADE	Processo judicial	Partes	Objeto	Situação
08012.001271/200 1-44	0019858- 80.2013.4.01.340 0 PROCEDIMENT O ORDINÁRIO 3ª VARA FEDERAL	Autor: SKF do Brasil Ltda. Réu: CADE	DECLARAR A INEXISTÊNCIA DE QUALQUER INFRAÇÃO À LEI ANTITRUSTE BEM COMO INAPLICÁVEL QUALQUER SANÇÃO ADMINISTRATIV A	22/11/2013 CONCLUSOS PARA SENTENCA
08012.010215/200 7-96	0010868- 32.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL 19ª VARA FEDERAL	Executado ADEMIR ANTONIO ONZI Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	30/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO

0010869-17.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado DARCI JOSE TONETTO Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/02/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
0010870-02.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado DEUNIR LUIS ARGENTA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/02/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
0010871-84.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado GELSON FERNANDO MENEGON Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/02/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
0010872-69.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL 11ª VARA FEDERAL	Executado ITACIR NECO ARGENTA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/02/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 26/03/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
0011428-71.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado IUR DE SOUZA LAVRATTI Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	02/03/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
0011375-90.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado LORI LUIZ FURLAN Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	02/03/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
0025161-75.2013.4.01.3400	Réu CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA	RETIRAR QUAISQUER INSCRIÇÕES NEGATIVAS AO	22/10/2014 Sentença JULGO IMPROCEDENTE

	PROCEDIMENTO ORDINÁRIO 16ª VARA FEDERAL	ECONOMICA CADE Autor VILSON LUIZ PIONER Autor AUTO POSTO COMBOIO LTDA	CRÉDITO DOS AUTORES JUNTO AO SERASA SPC CADIN BANCO CENTRAL E CARTÓRIO DE PROTESTOS	S os pedidos formulados pelos autores
	0072305- 45.2013.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado VILSON LUIZ PIONER Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	02/12/2013 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 16/01/2014 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	0011376- 75.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado VILSON LUIZ PIONER Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	02/03/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0072306- 30.2013.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado AUTO POSTO COMBOIO LTDA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	02/12/2013 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 16/01/2014 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	0010875- 24.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado AUTO POSTO COMBOIO LTDA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/02/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0010874- 39.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado COOPERATIVA DE CONSUMO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEICULOS RODOVIARIOS DE CAXIAS DO SUL Exequente CONSELHO	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/02/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO

		ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE		
	0010873-54.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL 11ª VARA FEDERAL	Executado AUTO POSTO PETROLINO LTDA (PETROLINO I) Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/02/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 26/03/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	0010876-09.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado POSTO DELTHA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/02/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0010877-91.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL 18ª VARA FEDERAL	Executado DITRENTTO POSTOS E LOGISTICA LTDA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/02/2015 PETICIONAMENTO ELETRÔNICO 05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
08012.007301/2000-38 08700.000547/2008-95	0026094-14.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL 19ª VARA FEDERAL	Executado SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETROLEO DE TERESINA - SINDPETRO-PI Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	08/04/2014 DISTRIBUICAO AUTOMATICA 20/02/2015 CITACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO
	0026093-29.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE Executado	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	08/04/2014 DISTRIBUICAO AUTOMATICA 20/02/2015 CITACAO POR OFICIAL AGUARDANDO

	19ª VARA FEDERAL	JOSE DUARTE SARAIVA		EXPEDICAO MANDADO
08012.001003/200 0-41	0086976- 39.2014.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado AUTO POSTO EXPOSICAO LTDA- EPP Exequirente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	09/01/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	0086973- 84.2014.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado PETROMAX DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-ME Exequirente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	09/01/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	0086971- 17.2014.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado AUTO POSTO MORISHITA LTDA-EPP Exequirente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	27/02/2015 CITACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO
	0086969- 47.2014.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado MONTEIRO E AZEVEDO LTDA- ME Exequirente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	09/01/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	0010889- 08.2015.4.01.340 0 PROCEDIMENT O ORDINÁRIO Vara: 5ª VARA FEDERAL	Réu CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE Autor MONTEIRO E AZEVEDO LTDA- ME Autor	INQUÉRITO PROCESSO RECURSO ADMINISTRATIV O ANULAR A DECISÃO PROFERIDA NO PROCESSO ADMINISTRATIV	27/03/2015 PETICAO OFICIO DOCUMENTO RECEBIDAO EM SECRETARIA

		REGINALDO MONTEIRO	O Nº 0801200100320004	
0088363-89.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado POSTO DE GASOLINA NOVA HIGIENOPOLIS LTDA (GERALDO ROSA DE SOUZA E CIA LTDA-ME) Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	25/02/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO	
0088364-74.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado POSTO 15 LONDRINA LTDA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	25/02/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO	
0076332-37.2014.4.01.3400 PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Vara: 2ª VARA FEDERAL	Réu CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE Autor DERIVADOS DE PETROLEO TRES MARCOS LTDA Autor ISMAEL ANSELMO	INQUÉRITO PROCESSO RECURSO ADMINISTRATIVO DECLARAR NULO O PROCESSO ADMINISTRATIVO 080120001003200041	06/03/2015 CONCLUSOS PARA DECISAO	
0087454-47.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado DERIVADOS DE PETROLEO TRES MARCOS LTDA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	20/02/2015 CITACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO	
0008344-62.2015.4.01.3400 PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Vara: 14ª VARA FEDERAL	Réu CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE Autor DERIVADOS DE PETROLEO TRES MARCOS LTDA	INQUÉRITO PROCESSO RECURSO ADMINISTRATIVO ANULAR A DECISÃO PROFERIDA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO	16/03/2015 PETICAO OFICIO DOCUMENTO JUNTADO	

		Autor ISMAEL ANSELMO	O N° 0801200100320004	
0087453- 62.2014.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado AUTO POSTO GIDEAO LTDA- ME Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	09/01/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO	
0087456- 17.2014.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERA	Executado SERGIO GOES DE OLIVEIRA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	25/02/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO	
0087500- 36.2014.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado MAXWELL PAVESI Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	19/12/2014 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO	
0087505- 58.2014.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado HAMILTON COBO PIRES Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	19/12/2014 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO	
0087502- 06.2014.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado REGINALDO MONTEIRO Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	20/02/2015 CITACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO	
0087503- 88.2014.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado MARCOS ANTONIO SURIAN Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	25/02/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO	

	0087452-77.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERA	Executado SANDRO VICENTE ZANCHET Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	25/02/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	0087419-87.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado ISMAEL ANSELMO Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	27/02/2015 CITACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO
	0087420-72.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado NILO JOJI MORISHITA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	20/02/2015 CITACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO
	0088379-43.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado ASSOCIACAO DOS REVENDEDORES DE COMBUSTIVEIS DO NORTE DO PARANA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	09/01/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	08012.003745/2010-83	0045412-32.2013.4.01.0000 Nova Numeração: 0045412-32.2013.4.01.0000 AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO	AGRAVANTE CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE AGRAVADO UNIAO BRASILEIRA DE COMPOSITORES UBC	CARTEL DECLARAR NULA A DECISÃO DO CADE
	0028897-04.2013.4.01.3400 PROCEDIMENT O ORDINÁRIO	Réu CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE Autor	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES SUSPENDER O PAGAMENTO DA MULTA APLICADA PELO	02/03/2015 REMETIDOS TRF S BAIXA

	Vara: 17ª VARA FEDERAL	UNIAO BRASILEIRA DE COMPOSITORES UBC	CADE NO PROCESSO ADMINISTRATIV O 0801200374520108 3	
	0027455- 03.2013.4.01.340 0 PROCEDIMENT O ORDINÁRIO Vara: 17ª VARA FEDERAL	Réu CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE Autor ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD	INQUÉRITO PROCESSO RECURSO ADMINISTRATIV O PROCESSO ADMINISTRATIV O Nº 0801200374520108 3	17/03/2015 INTIMACAO NOTIFICACAO POR OFICIAL MANDADO REMETIDO CENTRAL
	0028778- 43.2013.4.01.340 0 PROCEDIMENT O ORDINÁRIO Vara: 17ª VARA FEDERAL	Réu CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE Autor SOCIEDADE INDEPENDENTE DE COMPOSITORES E AUTORES MUSICAIS - SICAM	INQUÉRITO PROCESSO RECURSO ADMINISTRATIV O QUE SEJA ANULADA A DECISÃO DO CADE PROFERIDA NO PROCESSO ADM Nº 0801200374520108 3 TORNANDOSE SEM EFEITO TODAS AS PENALIDADES APLICADAS	27/02/2015 INTIMACAO NOTIFICACAO POR OFICIAL AGUARDANDO EXPEDICAO MANDADO
08012.004039/200 1-68	0011543- 92.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado PANIFICADORA E CONFEITARIA EULALIO LTDA- ME Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0011540- 40.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERA	Executado PANIFICADORA PAO DE OURO LTDA - ME Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/03/2015 MANDADO ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO CITACAO PENHORA E AVALIACAO
	0011532- 63.2015.4.01.340 0	Executado	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	30/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO

	Classe: 1116 - EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERA	PAO DA CASA PANIFICADORA LTDA - ME Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE		
	0011552- 54.2015.4.01.340 0 Classe: 1116 - EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado INDUSTRIA DE PANIFICACAO NOBRE LTDA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0012284- 35.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado PANIFICADORA E CONFEITARIA CANDANGA LTDA - EPP Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	11/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0012286- 05.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado PADARIA E CONFEITARIA SAO FRANCISCO DE ASSIS LTDA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	30/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0011116- 95.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERA	Executado PANIFICADORA E CONFEITARIA SAO CONRADO LTDA-ME Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	30/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0011383- 67.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL	Executado ALAOR EULALIO MELO Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO

	Vara: 18ª VARA FEDERAL	ECONOMICA - CADE		
	0011546- 47.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado FABIO HENRIQUE COSTA LEMOS Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/03/2015 MANDADO ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO CITACAO PENHORA E AVALIACAO
	0011551- 69.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado JOE SILVA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	30/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0012281- 80.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado JOSIAS SILVA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	11/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0011548- 17.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado DRUSO MATOS FERRAZ Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	30/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0011379- 30.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado RENES JOSE SOARES Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0011550- 84.2015.4.01.340 0 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado JOSE DE MORAIS PESSOA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	05/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0011549- 02.2015.4.01.340 0	Executado CARLOS	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/03/2015 MANDADO ORDENADA

	EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	BARBOSA DA SILVA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE		EXPEDICAO AGUARDANDO ATO CITACAO PENHORA E AVALIACAO
	0011542-10.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado ANTONIO MARCOS MARTINS DOS REIS Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	30/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0011541-25.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado JEOVAN SANTANA TELES Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/03/2015 MANDADO ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO CITACAO PENHORA E AVALIACAO
	0011547-32.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado EDSON ROCHA DA SILVA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/03/2015 MANDADO ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO CITACAO PENHORA E AVALIACAO
	0012289-57.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado MARCELO MENEZES RIBEIRO Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/03/2015 MANDADO ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO CITACAO PENHORA E AVALIACAO
	0012282-65.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado JOSE LUCIANO MARTINS DOS REIS Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	11/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO

	0011378-45.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado ANA PAULA PEREIRA GOMES Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	30/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0012288-72.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado MIGUEL LOURENCO BATISTA DE ALMEIDA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	30/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0012292-12.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado JAIME DIVINO ALARCAO Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	26/03/2015 MANDADO ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO CITACAO PENHORA E AVALIACAO
	0011381-97.2015.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 19ª VARA FEDERAL	Executado WILMAR FERREIRA PEIXOTO Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	30/03/2015 PROCESSO DIGITALIZADO
	0011034-98.2014.4.01.3400 MANDADO DE SEGURANÇA Vara: 7ª VARA FEDERAL	Impetrado CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE Impetrante HERNAN ARTURO MERINO FIGUEROA Impetrante NORBERTO MARIA JOCHMANN Impetrante JAVIER FELIPE MEYER DE PABLO	INQUÉRITO PROCESSO RECURSO ADMINISTRATIVO SUSPENDER O TRÂMITE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012011027200602 DO CADE	01/05/2014 CONCLUSOS PARA SENTENÇA

		Impetrante ABSA AEROLINHAS BRASILEIRAS S A		
08012.005524/2010-40	0049656-52.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado SINDICATO DAS ACADEMIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO- SINDACAD/RJ Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	17/12/2014 SUSPENSÃO PROCESSO CIVEL ORDENADA PENDENCIA DE DILIGENCIA DEPRECADA ROGADA SOLICITADA A OUTRO JUIZO
08012.011668/2007-30	0086976-39.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado AUTO POSTO EXPOSICAO LTDA- EPP Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	09/01/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	0047636-88.2014.4.01.3400 PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Vara: 21ª VARA FEDERAL	Réu CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE Autor AUTO POSTO BRASILIA DE LONDRINA LTDA ME	INQUÉRITO PROCESSO RECURSO ADMINISTRATIVO SUSPENDER A APLICAÇÃO DA PENALIDADE IMPOSTA À AUTORA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO 08012011668200730	16/01/2015 RECEBIDOS EM SECRETARIA
	0081227-41.2014.4.01.3400 PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Vara: 4ª VARA FEDERAL	Réu CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE Autor AVN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP (AUTOPOSTO BONANZA)	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES PA Nº 08012011668200730 ANULAR CONDENACAO IMPOSTA A REQUERENTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM RAZAO DE VICIOS FORMAIS E MATERIAIS	26/03/2015 INTIMACAO NOTIFICACAO VISTA ORDENADA AUTOR OUTROS
	0087456-17.2014.4.01.3400	Executado SERGIO GOES DE OLIVEIRA	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	25/02/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA

	EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE		EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
08012.010576/2009-02	0092026-46.2014.4.01.3400 Classe: 159 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Vara: 11ª VARA FEDERAL	Executado UNIMED COOPERATIVA DE SERVICOS DE SAUDE DOS VALES DO TAQUARI E RIO PARDO LTDA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA CADE	INQUÉRITO PROCESSO RECURSO ADMINISTRATIVO O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012001057200902	30/03/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	0093034-58.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado UNIMED COOPERATIVA DE SERVICOS DE SAUDE DOS VALES DO TAQUARI E RIO PARDO LTDA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	25/02/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
08012.003874/2009-38	0085288-42.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado SIPROCFC MG SINDICATO DOS PROPRIETARIOS DE CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS Exequente CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	25/02/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	0090765-46.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado SIPROCFC MG SINDICATO DOS PROPRIETARIOS DE CENT DE FORM DE CONDUT DO EST DE MINAS GERAIS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	10/03/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO

		Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE		
08012.001503/2006-79	0091995-26.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado CASSIA MARTINS OUSA Executado PATRICIA ORSI DUTRA CASIGLIONI PASCON Executado UNIODONTO DE LENCOIS PAULISTA-COOPERATIVA ODONTOLOGICA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	31/03/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO
	0091995-26.2014.4.01.3400 EXECUÇÃO FISCAL Vara: 18ª VARA FEDERAL	Executado CASSIA MARTINS OUSA Executado PATRICIA ORSI DUTRA CASIGLIONI PASCON Executado UNIODONTO DE LENCOIS PAULISTA-COOPERATIVA ODONTOLOGICA Exequente CONSELHO ADMINISTRATIV O DE DEFESA ECONOMICA CADE	MULTAS E DEMAIS SANÇÕES	25/02/2015 CARTA PRECATORIA ORDENADA EXPEDICAO AGUARDANDO ATO

*Levantamento realizado em abril de 2015.